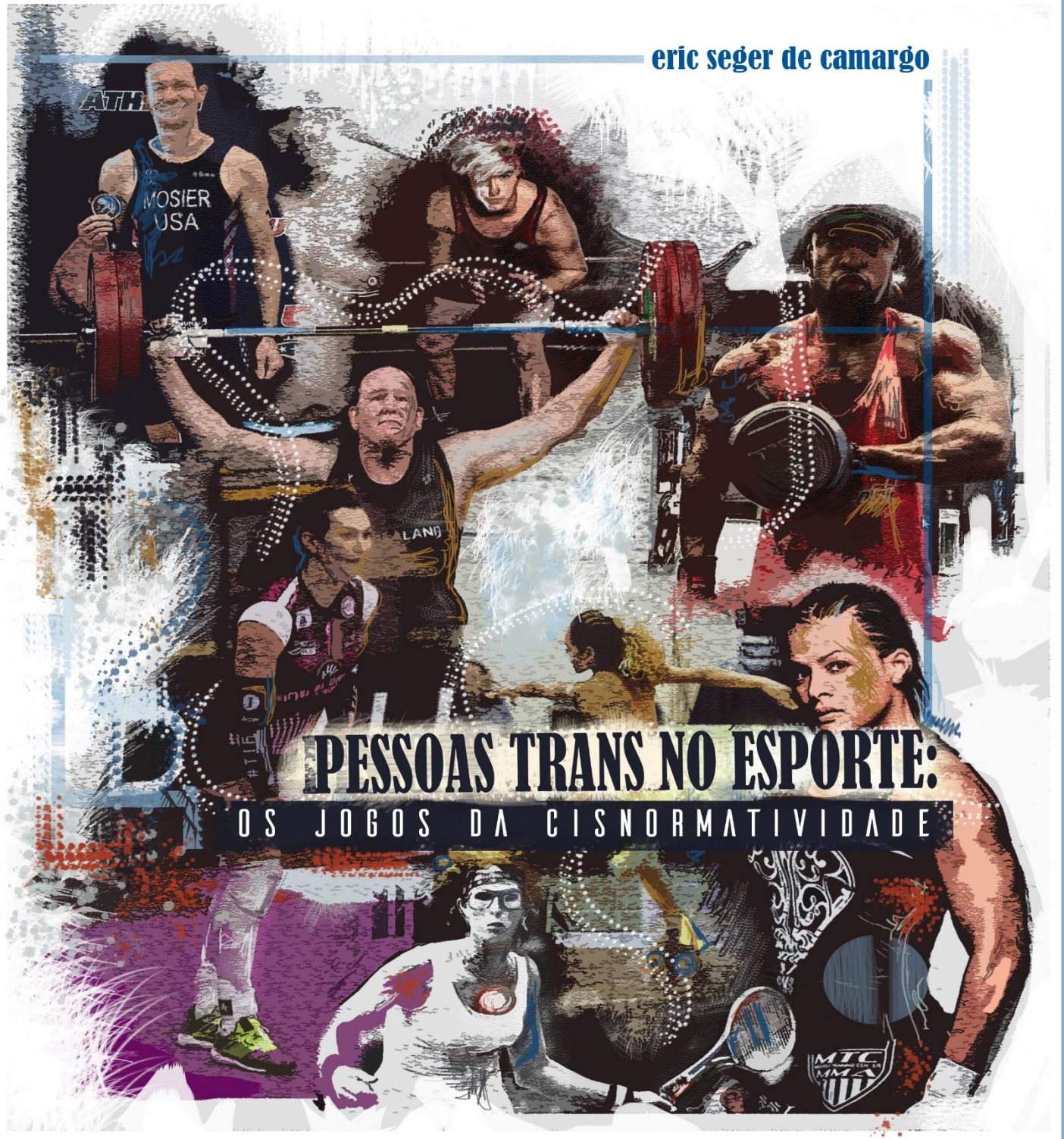


eric seger de camargo



PESSOAS TRANS NO ESPORTE:

OS JOGOS DA CISNORMATIVIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Eric Seger de Camargo

“PESSOAS TRANS NO ESPORTE”: Os Jogos da Cisnormatividade

Porto Alegre
2020

Eric Seger de Camargo

“PESSOAS TRANS NO ESPORTE”: Os Jogos da Cisnormatividade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Seffner

Linha de Pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero

Capa: Paulo Bevilacqua

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Seger de Camargo, Eric
Pessoas Trans no Esporte: Os Jogos da
Cisnormatividade / Eric Seger de Camargo. -- 2020.
155 f.
Orientador: Fernando Seffner.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Cisnormatividade. 2. Educação. 3. Esporte. 4.
Gênero. 5. Transexualidade. I. Seffner, Fernando,
orient. II. Título.

Eric Seger de Camargo

“PESSOAS TRANS NO ESPORTE”: Os Jogos da Cisnormatividade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Seffner

Linha de Pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero

Aprovado em 22 de dezembro de 2020.

Orientador. Prof. Dr. Fernando Seffner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Luiz Henrique Sacchi dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dra. Paula Sandrine Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira

Universidade Federal do Paraná – UFPR

AGRADECIMENTOS

O momento político vivido não é de celebração. O genocídio de populações negras e trans no Brasil clama pela seriedade na produção de recursos para reparação e equidade. Ao adentrar esse espaço de produção de conhecimento, agradeço à todes que antes de mim doaram seu trabalho e suas vidas para promover os direitos que hoje eu posso exercer. É com o espírito de continuar a ampliação do acesso a direitos que eu escrevo essa dissertação.

Para poder alcançar as condições emocionais necessárias para fazer essa produção foi requerido trabalho e dedicação. A cada leitura, recursos retóricos continham ameaças de aniquilação simbólica da existência. O equilíbrio só foi possível devido a toda rede de pessoas trans, amigos e familiares que sustentam a inteligibilidade nossas existências enquanto pessoas que divergem da cisheteronormatividade. A todas essas pessoas agradeço o apoio.

Tenho o privilégio de contar com o apoio da minha família: mãe, pai e irmã gêmea, com quem divido um “disco rígido simbólico” da gemealidade. O grupo HTA – Homens Trans em Ação sempre esteve presente na minha trajetória e é parte fundamental da possibilidade de produzir conhecimento. Fui também abençoado com muitos amigos queridos, que não vou ousar nomear já que são muitos. Vocês são muito grandes pra caber numa página de agradecimentos, e impossíveis de nomear sem restringir inteligibilidades. Que as forças da amizade permaneçam livres da definição por variáveis discretas.

Essa pesquisa foi financiada pelo CNPq. A paixão pelo estudo da Ciência aliada à sua aplicabilidade na Educação foi o que me trouxe até aqui. Com essa paixão, busco contribuir com questionamentos que permitam a construção de retóricas científicas mais atentas aos processos de colonização do saber-poder. Não no sentido de rejeitar a ciência enquanto instituição, promovendo movimentos anti-ciência, mas sim para incitar diversidades epistemológicas antes não permitidas e torna-las acessíveis para todes. Agradeço a todo suporte institucional que me foi oferecido, incluindo a orientação do professor Fernando Seffner, o PPGEDU e o Coletivo Discente do Programa.

Resumo

A crescente presença e progressiva visibilidade de pessoas trans no esporte suscita discussões sobre a equidade competitiva entre pessoas trans e pessoas cis. Educadores/as, treinadores/as e gestores/as do esporte precisam tomar decisões a respeito da inclusão de pessoas trans no esporte baseado em critérios científicos e sociais. As controvérsias envolvendo essa questão tomam como referência os parâmetros corporais “sexo biológico” como forma de comparar pessoas trans a pessoas cis e promover condições “justas” de competição. Com o objetivo de compor uma base teórica de análise para compreender essa questão, essa pesquisa analisou a produção científica de especialistas envolvidos no consenso do Comitê Olímpico Internacional sobre pessoas trans para situar a discussão em uma lente de análise consciente da cisnormatividade, do racismo e do colonialismo, entendendo como que a produção científica produz os critérios de elegibilidade das categorias feminina e masculina no esporte. A metodologia envolveu o levantamento de produções científicas associadas a questão que delineassem as epistemologias de corpos envolvidas na decisão apresentada pelo consenso. As ferramentas teóricas utilizadas para compreender essas bases epistemológicas foram a cisnormatividade a partir de Viviane Vergueiro, a performatividade de gênero/sexo proposta por Butler, e a praxiografia de Annemarie Mol, que juntas buscaram ampliar as possibilidades de inteligibilidade de corpos para entender os limites e pontos cegos envolvidos na determinação de critérios fisiológicos das diferenças sexuais. A associação das diferenças sexuais com hormônios (especificamente testosterona) e desempenhos esportivos proporcionalmente correspondentes ao binário sexual foi identificada como o paradigma atual de compreensão do sexo biológico. A primazia da testosterona como fator único e suficiente para predição de desempenho é contestada por diversos/as autores/as, alimentando controvérsias que se associam à questão das pessoas trans. A inteligibilidade dos corpos trans aparece limitada ao espelho da cisgeneridade, sendo definida a partir da noção de uma essência cisgênera modificada por hormônios, buscando-se assim a equivalência a essa referência, reduzindo as possibilidades de existências trans. A raça é uma variável central que é naturalizada na produção de um referencial branco universal, invisibilizando os mecanismos de conformação de gênero que penalizam mais frequentemente as pessoas negras, já que o referencial gendrado está associado à branquitude. As condições justas de competição envolvendo pessoas trans não devem ser limitadas a discussões sobre testosterona, e sim ampliar o referencial de compreensão sobre pessoas trans incluindo a percepção de como atuam os mecanismos de exclusão social. Não existem até o momento evidências significativas que apontem vantagens injustas de mulheres trans sobre mulheres cis em competições esportivas.

Palavras-Chave: Cisnormatividade, Educação, Esporte, Gênero, Transexualidade.

Abstract

The increase in presence and visibility of transgender people in sports raises questions about an equal playing field between cisgender and transgender people. Sports teachers, coaches and managers need to make decisions about the inclusion of trans people in sports based on scientific and social criteria. The controversies involving this issue revolves around body parameters of “biological sex” as a way to compare transgender and cisgender people and promote “fair” conditions for competition. Aiming to build a theoretical basis for the analysis of this question, this research starts by investigating the scientific production of specialists consulted in the International Olympic Committee consensus statement regarding transgender people in order to see this discussion through an analysis lens that is aware of cisnormativity, racism and colonialism, understanding how scientific production creates the eligibility criteria for men and women’s categories in sports. The methodology involved a bibliographic revision of scientific literature on the issue of sex differences and sports that hinted at how sexed bodies were epistemologically defined in this statement. The theoretical basis to analyse this material was cisnormativity as used by Viviane Vergueiro, gender/sex performativity as discussed by Butler and Annemarie Mol’s praxioagraphy. This set of theoretical concepts intended to multiply the possible intelligibilities of bodies, understanding the blind spots and limitations regarding the determination of physiological criteria in sex differences. The association of sex differences with hormones (specifically testosterone) and differences of performance in sports corresponding to the sexual binary was identified as the current paradigm for the understanding of biological sex. The primacy of testosterone as the main factor in producing performance differences is contested by several authors, raising the controversy associated with transgender issues. The intelligibility of transgender bodies is limited to being a mirror to cisgenerity and is defined as if it were a hormone-modified cisgender essence, thus reducing the possibilities for trans existence. Race is a central variable which is naturalized in the production of a universal white reference, rendering the race bias in mechanisms of gender/sex conforming invisible, since the reference is connected to whiteness. Fair competing conditions involving trans people should not be limited to discussions about testosterone, they should broaden the understanding about trans people and how social exclusion mechanisms work. To this moment, there is no significant evidence that suggests unfair advantages for transgender women when competing in sports with cisgender women.

Keywords: Cisnormativity, Education, Sport, Gender, Transexuality.

Sumário

Capítulo 1: Introdução ao Tema	10
Capítulo 2: Diferença sexual em debate	17
2.1. Diferença sexual e Ciência	17
2.2. Delineando a matriz cissexista no esporte	32
Capítulo 3: Trajetórias Metodológicas: Cissexismo, Praxiografia e [Cis]Heteronormatividade	38
3.1. [Cis]Heteronormatividade e os limites discursivos do sexo.....	38
3.2. Praxiografia de Annemarie Mol: elementos para pensar a materialização do sexo nas categorias esportivas.....	43
3.3. Transfeminismo: Cisnormatividade e Cissexismo.....	47
Capítulo 4: Metodologia do levantamento de dados para análise	62
4.1. Categorizando os materiais.....	66
Capítulo 5: Elementos da naturalização da categoria de atletas cis	76
5.1. Doping: Construindo o referencial “humano”	77
5.2. Categoria Feminina: delineando os limites de uma fisiologia “da mulher”	83
5.2.1. Mulher Atleta: Menstruação em Primeiro Lugar.....	84
5.2.2. Mulheres XY e Hiperplasia Adrenal Congênita.....	95
5.3. Batalha científica pela primazia da T na diferença de desempenho.....	98
Capítulo 6: Atletas Trans: como determinar condições de igualdade?	104
Capítulo 7. Discussão e Conclusões	117
7.1. Os traços da cisnormatividade na divisão sexual do esporte.....	122
7.2. Cisgeneridade e espelhos múltiplos: o palco para performance[enactment] da transexualidade.....	128
7.3. A centralidade da Raça.....	133
7.4. Desenrolando os nós das identidades e proposições de futuro.....	137
Referências	146

Capítulo 1: Introdução ao Tema

“Pessoas biológicas. Pessoas normais. Pessoas de verdade. Homens e mulheres de fato. Genéticos. Embrionários. Homens e mulheres semelhantes a uma entidade divina. Imagens de Deus. Os termos empregados para situar aqueles que não são trans já foram os mais diversos. Todavia, convém reconhecer que esses mesmos termos cumpriram funções duplas em seus exercícios, pois se por um lado diziam classificar a normalidade, também deslocavam as identidades trans um lugar defeituoso. (Sofia Favero, 2020)

Em 2019 foram propostos projetos de lei no Brasil envolvendo a participação de pessoas trans (transexuais, travestis, transgênero, homens trans) em competições esportivas. Isso se deu logo após manifestações polêmicas de personalidades do vôlei como Ana Paula Henkel e Bernadinho a respeito da participação da atleta Tiffany Abreu, mulher transexual, no vôlei profissional (Revista VEJA, 2019; 2018). A controvérsia centra-se na especulação sobre a capacidade física de pessoas trans, mais particularmente de pessoas que foram designadas como sendo do sexo masculino no nascimento, que de acordo com esses projetos de lei, teriam uma vantagem injusta competindo contra mulheres que, nos projetos de lei, são reconhecidas como pessoas que foram designadas como sendo do sexo feminino ao nascer (Portal Câmara dos Deputados, 2019).

Tais polêmicas e controvérsias envolvendo pessoas trans no esporte são o ponto de partida da análise proposta nesse trabalho. A participação no esporte competitivo de alto rendimento passa por regulações institucionais sobre gênero e sexo. Desde os anos 60 existem protocolos de verificação de sexo para atletas mulheres em competições internacionais de atletismo e nas Olimpíadas, a partir de diferentes procedimentos que sofreram modificações ao longo dos anos (Martinez-Patiño et al, 2010; Caitlin et al, 2008).

Somente a partir de 2004 que o Comitê Olímpico Internacional produziu um consenso sobre a participação de pessoas trans nas Olimpíadas, e este documento é utilizado por várias entidades esportivas como orientação para formulação de seus protocolos sobre esse assunto. (Jones et al, 2017). Este consenso foi atualizado em 2015 e, durante o período do estudo, foi a referência utilizada para propor o caminho metodológico da pesquisa.

A questão sobre a participação de pessoas trans no esporte foi analisada por outros/as autores/as. Jones et al. publicaram uma revisão sistemática sobre as políticas de inclusão de pessoas trans no esporte em 2017 que apontou para predominância de experiências negativas no esporte relatadas por pessoas trans, tanto pela existência de regulamentos restritivos à sua participação, bem como ambientes de treinamento discriminatórios. A revisão também aponta a falta de literatura científica baseada em evidências que confirme a existência de vantagem injusta tanto de mulheres trans quanto de homens trans em qualquer estágio de transição. Tucker e Collins (2009) revisam a investigação científica sobre o manejo da verificação de sexo a partir de pessoas intersexo, e de forma similar, encontram evidências fracas na afirmativa de vantagem injusta, bem como diversas discriminações a que atletas intersexo foram submetidas a partir dessa lógica.

Jones (2016) também levanta a hipótese de que a visibilidade de pessoas trans na sociedade ocidental tenha promovido um aumento de conhecimento sobre o assunto que permitiu que mais pessoas se identificassem como trans. Ela cita a ex-atleta Caitling Jenner que se afirmou publicamente como mulher trans em 2015. No Brasil, a atleta Tiffany Abreu apareceu em diversas notícias e foi reconhecida como primeira atleta transexual a atuar no vôlei profissional (Garcia, 2016).

É graças à ampliação da visibilidade sobre o assunto que um número mais abrangente de pessoas pode acessar as condições necessárias para vivenciar sua identidade de gênero que é diferente da que foi designada no nascimento. Isso traz à tona uma preocupação com uma suposta injustiça no acesso de mulheres cisgêneras¹ ao esporte, a partir da premissa de que mulheres trans poderiam ter vantagens devido à sua vivência no gênero masculino. O esporte é tido como um espaço de predomínio masculino e, por isso, políticas de acesso para mulheres cisgêneras são necessárias como reparação a partir dessa hegemonia masculina (Buzuvis, 2011).

Ao observar a discussão sobre gênero e esporte, é possível se deparar com conceitos como “bio-homem/biomulher”, “tecno-homem/tecnomulher”, “homem biológico”, referindo-se a pessoas que são “naturalmente” homens ou mulheres ou homens e mulheres “criados” artificialmente pela tecnologia (Camargo, 2017; Camargo,

¹ Entende-se como cisgêneras pessoas que “não são trans (transexuais, travestis, transgêneras)”. O conceito será discutido em profundidade nos capítulos seguintes.

2018), bem como conceitos envolvendo “transgênero” como sinônimo de pessoas cujo gênero não condiz com o sexo biológico. A utilização das categorias bio-homem e biomulher por Camargo e Kessler (2017) é contextualizada a partir do trabalho de Paul Preciado, referido nesse mesmo artigo como “Importante dizer que **a então autora espanhola Beatriz Preciado** tem requerido **que a chamem no masculino**. O nome com o qual se chama atualmente é “Paul”.

Isso já demonstra que a compreensão da autodesignação de gênero do autor (Preciado) é vista como uma mulher (“a autora espanhola”) que pedem que “a” chamem no masculino. Ou seja, a afirmativa evoca que se trata de uma mulher que simplesmente pede para ser chamada de algo que não é. Se fosse de fato reconhecida como legítima a afirmativa de gênero do autor Paul Preciado, tal explicação na nota de rodapé não teria cabimento. Sob uma diferente lógica poderia facilmente ser dito que à época da publicação referida, o autor Paul Preciado utilizava outro nome, do gênero feminino, com o qual era identificado na época. É possível fazer essa referência ao passado do autor sem para isso atribuir a ele o gênero feminino. A escolha de palavras exibida na explicação é deliberada para visualizar essa trajetória como alguém que “era mulher” e “passou a querer ser” homem.

A mesma lógica é empregada na nota de rodapé do mesmo artigo que explica os conceitos de homem transexual e mulher transexual: “Aqui se englobam “homem transexual” (**corpo biológico de mulher em transição**), “mulher transexual” (**corpo biológico de homem em transição**), travesti, intersexos, entre outros.” (Grifos meus, página 192).

Para poder situar essa análise, é necessário fazer um escrutínio sobre a utilização desses conceitos, o que significa estabelecer o “corpo biológico” de um gênero. Percebe-se que a utilização desse conceito pode resultar na desumanização de pessoas trans ao colocá-las num pareamento binário em relação a pessoas cisgêneras, como cisgênero-biológico/transgênero-artificial: cisgênero seria equivalente a alguém que “tem seu sexo/corpo biológico” e pessoas trans seriam pessoas que “modificam seu sexo/corpo biológico”.

Sofia Favero (2019) pontua que não se trata de dizer que os autores e autoras que utilizam essa forma de chamar as pessoas não transexuais são problemáticos/as, e sim de dizer que palavras mudam. Ela ressalta que mesmo que tal demarcação tenha sido útil,

também levou estigmas a esses sujeitos, bem como conduziu ainda mais o debate a uma dicotomia entre sexo e gênero.

Mas de qual estigma estamos falando? Bom, se alguém não é biológico, se de fato existe um ser humano não biológico, pressupõe-se que ele seja – a menos no campo da representação – considerado antinatural. (Favero, 2019, p. 173)

Neste trabalho foram utilizados referenciais transfeministas para conceituar cisheteronormatividade e cissexismo, de forma que as categorias “homem”, “mulher”, “cisgênero”, “transgênero” e etc. não carreguem em si uma universalização cisgênera como ponto de partida, nem um binarismo do tipo “biológico/antinatural” na concepção de pessoas cis/trans.

Leila Dumaresq (2016) defende a utilização da categoria “cisgênero” como uma forma de empoderamento das pessoas trans e travestis. Ela escreve:

“A palavra *transgender* surgiu nos anos 60 do século XX como alternativa para o termo *transsexual*. Ela foi proposta por teóricos que começavam a diferenciar identidade de gênero de orientação sexual. Todos esses termos foram propostos por pesquisadores *cisgêneros* para denominar o que eles consideravam um desvio comportamental.” (Dumaresq, 2016, p. 126)

Levando em conta a conceituação de “transgênero” como desvios comportamentais relacionados a gênero e sexualidade, fica a pergunta: como designar as pessoas que não são transgêneras?

Kaas (2012) discute o conceito de cisgênero a partir da seguinte definição:

“Uma pessoa cis é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/ subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/ subjetivo de gênero, estão “alinhados” ou “deste mesmo lado” – o prefixo cis em latim significa “deste lado” (e não do outro), uma pessoa cis pode ser tanto cissexual e cisgênera mas nem sempre, porém em geral ambos. Uma pessoa cis é aquela que politicamente mantém um status de privilégio em detrimento das pessoas trans*, dentro da cisheteronormatividade. Ou seja, ela é politicamente vista como “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero.”

Devido a esse contexto, no qual *transgênero* (e também *transsexual*) surge para designar quem *não* corresponde a uma normatividade de gênero alinhada à designação no nascimento, não havia necessidade de nomear a “normalidade”. Entretanto, como aponta Dumaresq, nos anos 90 a comunidade transgênera internacional começou a utilizar o termo “cisgênero” (cisgender) para designar as pessoas cujo gênero corresponde ao gênero designado no nascimento.

“Entendo que a palavra cisgênero é hoje um caso bem-sucedido de *ocupação epistêmica*, pois foi adotada por diversas pessoas transgêneras, travestis, mulheres transexuais e homens trans para designar aqueles que não são tratados como transgêneros pela sociedade. Se, do ponto de vista teórico, vemos a palavra ser problematizada enquanto ação de política identitária, do ponto de vista prático, das filas de atendimento do SUS, das delegacias de polícia, hospitais e banheiros públicos é muito fácil identificar que pessoas estão sendo estigmatizadas como transgêneras e quais não estão.” (Dumaresq, 2016, p. 127)

A autora caracteriza a produção do conhecimento válido sobre algo ou sobre o outro tendo em vista a capacidade de predicar o outro. Logo, para tornarem-se sujeitos epistêmicos da produção de conhecimento, as pessoas transexuais e travestis devem poder predicar as pessoas cisgêneras a partir desse conceito próprio. Essa é a proposta da criação do conceito de cisgeneridade que será mais explorada nos capítulos seguintes.

A questão central na análise do lugar das pessoas trans no esporte passa por um modelo de compreensão de sexo biológico que, uma vez designado/detectado leva invariavelmente a concepções sobre o desempenho esportivo. Ao introduzir pessoas trans na análise, o raciocínio começa com a seguinte pergunta: “em qual dessas opções de categoria de sexo biológico esta pessoa está apta a competir?”. Essa pergunta anuncia um ponto-chave de início de análise que é a conceituação de pessoas cisgêneras e de pessoas trans que, por sua vez, parte do entendimento de corpo e sexo biológico. Para entender as operações simbólicas que respondem à pergunta, que envolve a consideração de pessoas trans dentro dessa matriz de desempenho esportivo *versus* sexo biológico, é preciso explicitar o conceito de “pessoas transgêneras” e, esse conceito, por sua vez, vai levar à compreensão do conceito de “pessoas cisgêneras”, dentro de uma matriz de significados que é cisnormativa, ou seja, parte da cisgeneridade como a norma. Esse jogo de significados, que estabelece tais limites, mostra as hierarquias do que é considerado “natural” e moralmente “correto” em termos de materializações corporais possíveis e inteligíveis.

Quando a participação de pessoas trans no esporte suscita a elaboração de projetos de lei que se preocupam com supostas “vantagens injustas” e a suposta “proteção de mulheres [cisgêneras]” fica evidente que os limites do que é considerado humano e “normal” coloca as pessoas trans num local de suspeita, de análises mais detalhadas para tornar inteligível a existência daquela pessoa dentro de tal instituição. Inclusive, uma evidência dessa inferiorização é o fato de que somente em 2004 surgiu a primeira regulamentação do COI sobre a participação de pessoas trans no esporte (Lungvist e Genel; 2005). Institucionalmente, é como se a possibilidade de uma pessoa trans *existir* e

competir em nível Olímpico só surgiu em 2004, o que afeta materialmente as possibilidades de existência de pessoas trans enquanto seres humanos com acesso a instituições esportivas nacionais e internacionais.

Pessoas intersexo passaram por violências similares ao longo da história de competições esportivas. Desde a inauguração dos testes de verificação de gênero/sexo², mulheres que não sabiam que eram intersexo “falhavam” no teste e eram submetidas a retirada de medalhas e recordes, apagadas da história do esporte e humilhadas publicamente como alguém que utilizou de má-fé, bem como inferiorizadas no seu status de mulher “de verdade”. (Martínez-Patino et al, 2010)

Para investigar como a produção da correlação *sexo biológico – capacidades físicas – desempenho* pela ciência, bem como marcadores sociais associados, como raça, idade, território, materializa as possibilidades de significação dos corpos em competições esportivas, é necessário primeiramente abrir a “caixa preta” (Latour, 1998) do funcionamento do sexo biológico, e simultaneamente, sua relação com capacidades físicas, desempenho esportivo e produções de inteligibilidade social de gênero e raça.

A partir daí, a análise da constituição das identidades trans pode ser localizada em relação à matriz heteronormativa e à matriz cisnormativa. A necessidade de explicitar politicamente que existe uma construção de identidades cisgêneras (e não só heterossexuais) evidencia elementos específicos das normatividades que diz de uma epistemologia de corpo, de biologia, que é diferente da heteronormatividade. Partindo da discussão sobre a constituição dessas identidades, o funcionamento do sexo biológico e as relações com capacidades físicas e desempenho será possível analisar os discursos científicos e produzir uma lente de análise crítica que não se apoie na presuposição de naturalidade da cisgeneridade, nem da heteronormatividade. Essa lente de análise pode contribuir para as decisões institucionais sobre a organização do esporte, bem como em pedagogias culturais de corpo e como elas se relacionam com a educação.

Quando profissionais da Educação Física, professores/as, treinadores/as e gestores são interpelados/as pela questão de inserção de pessoas trans no esporte é frequente que se busquem respostas pela comparação de “equivalência” entre corpos de pessoas cis e pessoas trans. A educação sobre corpo e gênero nesse recorte é fundamental para produzir pedagogias de corpo que compreendam pessoas trans dentro do espectro humano, com

² A bibliografia consultada utiliza os dois termos de forma intercambiável para se referir aos testes.

direitos a acessarem os espaços esportivos. Espaços estes que constituem parte significativa da produção cultural do corpo. Atletas podem ser referências de heróis/heroínas. O esporte profissional movimenta significativa a sociedade e economia, sendo também uma profissão, cujo regramento pode excluir pessoas trans desse mercado, caso tome como referência o imperativo cisgênero.

Com o objetivo de produzir essa base de reflexão teórica que auxilie os/as profissionais envolvidos na educação física, no esporte e na produção cultural do corpo dentro do campo esportivo que esta dissertação foi realizada. A questão de pesquisa centra-se em investigar as controvérsias científicas envolvendo o regramento da inserção de pessoas trans no esporte considerando a produção de especialistas envolvidos no consenso do Comitê Olímpico Internacional, que foi o primeiro documento de nível internacional a abordar a participação de pessoas trans no esporte.

No capítulo 1 apresento essa breve introdução ao tema, explicitando o contexto para formulação desse problema de pesquisa. No capítulo 2 faço uma introdução ao tema da produção da diferença sexual na ciência e exponho a constituição de uma matriz de inteligibilidade cisnormativa no campo esportivo. A história dos testes de verificação de sexo/gênero são o ponto de partida do delineamento dessa matriz.

No capítulo 3 escrevo sobre os conceitos principais que serão utilizados para compor essa análise: Cisnormatividade e Cissexismo, a partir da produção transfeminista como Viviane Vergueiro (2015), Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Sofia Favero (2019), Beatriz Pagagli (2019) e Megg Rayara Oliveira (2019; 2018). Também foi utilizada a obra de Judith Butler focada nos limites discursivos da construção do sexo, dialogando com a praxiografia de Annemarie Mol.

No Capítulo 4 descrevo a metodologia de seleção de materiais para análise, bem como os critérios para inclusão de artigos. Foram produzidas categorias de análises, nomeadas: Categoria Cisgênera Feminina, Doping, Hiperandrogenismo e Atletas Trans. Estes são os eixos norteadores da análise. Raça é um elemento que aparece transversalmente ao longo da investigação da rede discursiva.

Nos Capítulos 5 e 6, os conteúdos das categorias são expostos observando uma trajetória conceitual que começa com a proposição dos testes de Doping como verificação de sexo para homens e passando para construção da fisiologia da mulher atleta cis –

interpelada pelo escrutínio do status de intersexualidade (Capítulo 5) – terminando nas tentativas de construção de modelos teóricos da fisiologia de atletas Trans (Capítulo 6).

O capítulo 7 apresenta análises e conclusões fazendo uma retomada de toda a trajetória analítica e propondo alguns caminhos possíveis para trabalhar as questões sobre pessoas trans no esporte a partir do que foi exposto.

Com essa trajetória, a questão da análise do sexo biológico em relação a cisnormatividade nos esportes pôde ser explorada para proposição de pedagogias de corpo que não inferiorizem ou reduzam o direito de acesso aos esportes a pessoas trans.

Capítulo 2: Diferença sexual em debate

A ciência da diferença sexual tem uma história fortemente vinculada à medicina do século XVIII e XIX (Rohden, 2009). Esqueletos, órgãos e substâncias foram alvo de investigação e ligados a uma suposta essência de masculinidade ou de feminilidade. Por vezes, essa produção de verdades sobre o sexo estava atrelada a noções sociais do que era masculino e do que era feminino. Isso trazia consequências para desigualdades entre homens e mulheres, assim como processos de racialização que produziam desigualdades entre pessoas brancas e negras a partir de ciências do corpo. Para contextualizar a discussão, alguns apontamentos sobre o histórico da produção da diferença sexual na ciência, passando pelo conceito de gênero e como ele aparece como uma importante ferramenta para politizar essa produção, até chegar nas diferenças sexuais em relação ao esporte, serão expostos neste capítulo.

2.1. Diferença Sexual e Ciência

“O equipamento necessário para viajar pela ciência e pela tecnologia é, ao mesmo tempo, leve e variado. Variado porque é preciso misturar pontes de hidrogênio com prazos finais, exames da capacidade alheia com dinheiro, correção de sistemas de computadores com estilo burocrático; mas o equipamento também é leve porque convém deixar de lado todos os preconceitos sobre as distinções entre o contexto em que o saber está inserido e o próprio saber. Na entrada do inferno de Dante está escrito:

DEIXAI A ESPERANÇA, Ó VÓS QUE ENTRAIS.

No ponto de partida desta viagem deveria estar escrito:

DEIXAI O SABER SOBRE O SABER, Ó VÓS QUE ENTRAIS.” (Latour, *Ciência em Ação*, 1998)

Quando a questão sobre a participação de pessoas trans no esporte é colocada em voga, onde buscar a resposta? A busca pela verdade do sexo biológico e competições esportivas internacionais tem uma história desde os anos 60 quando os primeiros testes de feminilidade começaram a ser implementados em competições mundiais de atletismo e nas olimpíadas. A preocupação era de que poderiam ter homens disfarçados de mulher competindo nas categorias femininas, o que seria uma competição injusta, visto que se parte de uma premissa de que homens tem “naturalmente” uma vantagem atlética inquestionável, universal e eterna sobre mulheres. Nesse ponto, é importante entender a que se refere quando se diz “homem” e “mulher”.

A busca pela medicina por diferenças corporais que expressassem um modelo binário de sexo/gênero começa no século XVIII e se acentua no século XIX (Rohden, 2009). O estudo de anatomia que produzia representações e esquematizações do corpo humano começaram a enfatizar diferenças corporais que eram tomadas como justificativas de fenômenos sociais. Joel e Vikhanski (2019) relatam que, para justificar tratamentos desiguais entre homens e mulheres, várias tentativas foram feitas a partir da ciência. No século XVII, o cérebro se tornou o órgão mais nobre, que era responsável pela inteligência e sabedoria. Convenientemente, ele se tornou também o alvo de hipóteses da justificativa das diferenças entre homens e mulheres.

A primeira tentativa foi em relação ao tamanho. Em média, o tamanho do crânio (e por consequência, do cérebro) de homens era maior do que de mulheres, então, a hipótese era de que o tamanho do cérebro estava proporcionalmente ligado à inteligência. Entretanto, animais como baleias têm um crânio muito maior do que seres humanos, o que colocaria em risco à premissa de superioridade de inteligência de humanos em relação a baleias. Para contornar esse problema, a hipótese, então, foi deslocada para a proporção entre o tamanho do crânio e do corpo. Entretanto, ao calcular essa proporção, os cientistas encontraram que a média das mulheres era maior. Curiosamente, esse resultado não levou à conclusão de que mulheres seriam, então, mais inteligentes.

A saída para justificar que essa proporção não significava maior inteligência, foi de comparar com crianças, que apresentam o crânio proporcionalmente maior que o corpo. O que as autoras destacam sobre essas pesquisas é que a hipótese de que homens eram mais inteligentes do que mulheres nunca era abandonada, independentemente de qualquer resultado de pesquisa. A cada nova hipótese de uma origem que comprovasse a

superioridade masculina, várias pesquisas, frequentemente controversas, eram feitas e falharam em encontrar uma resposta definitiva. A cada hipótese: cérebro maior, composição do cérebro, funcionamento diferenciado, cada resultado era sempre deslocado para sustentar a certeza pré-discursiva de que os homens eram certamente mais inteligentes do que mulheres. Isso refletia as desigualdades sociais que sustentavam preceitos da sociedade da época.

Examinando a história da pesquisa sobre cérebro, fico impressionado com a criatividade em distorcer fatos científicos para servir a um objetivo social ou político. Quando cientistas não gostavam do que encontravam, eles frequentemente mudavam a interpretação ou simplesmente abandonavam o método que levou ao resultado indesejado, procurando uma medida “melhor”. (Joel e Vikhanski, 2019, n.p., tradução minha³)

Rohden (2009) explicita que essa busca pelas diferenças sexuais foi o que levou à criação da ginecologia – a medicina “da mulher” – sendo que não existia nessa época um ramo da medicina equivalente para homens. A mulher era marcada como “a diferença”, em relação a um masculino supostamente universal.

A história desse modelo de 2 sexos é retomada por Thomas Laqueur (2001) que analisa desde a concepção grega de um modelo de sexo único, em que o homem é tido como mais perfeito em relação à mulher, mas ambos são manifestações do mesmo espectro de matriz de sexo. A diferença entre a manifestação de masculinidade ou feminilidade estaria relacionada à quantidade de calor recebida: quanto mais calor, mais externalizados seriam os órgãos (pênis e testículos visíveis, externos), e quanto menos calor, esses órgãos se manteriam internalizados (pênis e testículos invisíveis, internos). Nesse modelo de pensamento, não existiam nomes de órgãos específicos que diferenciavam mulheres e homens, como útero, ovários etc. Como a base morfológica era de um único sexo, esses órgãos eram considerados os mesmos, só se diferenciando pela localização.

A mudança de paradigma é intensificada com a produção da medicina dessas especificidades anatômicas associadas à 2 “naturezas” completamente distintas. O sexo deve ser buscado em cada tecido, desde os ossos até as moléculas. Cromossomos, sangue, tecidos, ossos e órgãos podem ser alvos dessas buscas pela marca do sexo.

Nelly Oudshoorn (1994) contextualiza que com a criação do conceito de gênero pelas feministas das ciências sociais, ocorreu uma separação entre “gênero” e “sexo” que

³ Looking back at the history of brain research, I’m impressed by the creativity that went into twisting scientific facts to serve a social or political agenda. When scientists didn’t like what they found, they often either changed the interpretation or simply abandoned the method that led to the undesired result, looking instead for a “better” measure”.

primeiramente se ateu a denunciar as práticas sociais e culturais que diferenciavam homens e mulheres, mas que deixou o conceito de “sexo biológico” intacto, como se esse fosse um dado da natureza. Algumas biólogas feministas trabalharam para desmistificar o sexo como um dado da natureza, entre elas, Ruth Bleier, Ruth Hubbard, Evelyn Fox Keller e Helen Longino (Oudshoorn, 1994). O trabalho delas sugere que os “fatos” anatômicos, endocrinológicos e imunológicos são tudo menos “evidentes”.

A partir destas feministas acadêmicas, eu adotei a noção politicamente relevante e intelectualmente desafiadora de que não existe uma verdade natural direta sobre o corpo. Nossas percepções e interpretações sobre o corpo são mediadas pela linguagem e, na nossa sociedade, as ciências biomédicas funcionam como um provedor principal dessa linguagem. Esta visão do corpo está ligada a uma reavaliação crítica do status do conhecimento biomédico. Se a compreensão do corpo é mediada pela linguagem, os cientistas também estão ligados a ela. Consequentemente, a suposição de que as ciências biomédicas são provedoras de conhecimentos objetivos sobre a “natureza verdadeira” do corpo pode ser rejeitada. (OUDSHOORN, 1994, p. 3-4, tradução minha⁴).

Com o desenvolvimento da medicina endocrinológica, a origem anatômica do sexo foi deslocada da anatomia para as substâncias produzidas pelas gônadas. A descoberta de hormônios sexuais deslocou a origem do sexo de ovários e testículos para estrogênio/progesterona e testosterona. O conceito de hormônios foi cunhado em 1905 e a partir daí a essência da feminilidade e da masculinidade passa a se situar nesses mensageiros químicos (Oudshoorn, 1994). A concepção de um corpo sexuado que é construído quimicamente passa a ser dominante. Os comportamentos, funções e características que são consideradas femininas ou masculinas passam a ser atribuídas à presença desses hormônios.

Ainda aí há uma diferença de tratamento: somente o corpo das mulheres é considerado como sendo completamente controlado pelos hormônios. As descobertas sobre o uso de hormônios masculinos nos casos de doping, em atletas, ressaltam o quanto a utilização desse hormônio causava mudanças muito mais acentuadas nas mulheres. (Bermon, 2017; Franke e Berendonk, 1997) o que pode ser considerado uma extensão dessa lógica. Enquanto para os homens a testosterona é constituinte das características masculinas da virilidade (Novais, 2017), as mulheres são tidas como criaturas controladas

⁴ From these feminist scholars I adopted the intellectually challenging and politically relevant notion that there does not exist an unmediated natural truth of the body. Our perceptions and interpretations of the body are mediated through language and, in our society, the biomedical sciences function as a major provider of this language. This view of the body is linked to a critical reappraisal of the status of biomedical knowledge. If understanding the body is mediated by language, scientists are bound by language as well. Consequently, the assumption that the biomedical sciences are the providers of objective knowledge about the “true nature” of the body could be rejected.

pelos seus ciclos hormonais, e sujeitas a transformações “horrendas” causadas pelos hormônios androgênicos virilizantes de doping.

Anne Fausto-Sterling (2000) escreve em *“Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality.”* sobre como a ciência construiu as ideias sobre o corpo sexuado a partir de dualismos e as mudanças de critérios para definir o “sexo verdadeiro”, desde anatomia relacionada a gônadas, passando por perfis de hormônios até elementos genéticos como cromossomos. Ela remete à história da atleta espanhola Maria Patiño, que foi submetida ao “teste de feminilidade” do Comitê Olímpico Internacional, e falhou: A partir de uma amostra de saliva, descobriu-se que ela tinha um cromossomo Y. A partir disso ela foi impedida de competir, seus títulos foram removidos, pois ela perdera o status de “mulher”. Ela tinha uma síndrome chamada “Síndrome da Insensibilidade Androgênica”, o que significa que seu corpo não processava a testosterona como seria o previsto para pessoas que têm cromossomo Y e, portanto, ela desenvolveu um corpo como o que é previsto para as pessoas que tem dois cromossomos X, caracterizado como feminino. Ela ficou marcada como a primeira mulher na história a desafiar o teste de feminilidade do Comitê Olímpico. Eventualmente, Maria Patiño tornou-se parte do comitê que constituiu o consenso sobre a participação de atletas trans. Ela é uma das pesquisadoras que faz parte da rede que foi analisada nessa pesquisa.

Todo esse trajeto teórico retoma a questão inicial: como determinar o sexo de uma pessoa? Fausto-Sterling propõe que “o sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe ‘ou um ou outro’. Na verdade, existe um espectro de diferenças.” O que move essa decisão a partir da ciência e da medicina vem de uma visão social do gênero:

[...] rotular alguém de ‘homem’ ou ‘mulher’ é uma decisão social. Nós podemos usar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar essa decisão, mas são somente as nossas crenças sobre gênero – não ciência – que define o nosso sexo. Além disso, as nossas crenças sobre gênero afetam que tipo de conhecimentos cientistas produzem sobre sexo, pra início de conversa. (FAUSTO-STERLING, p.3, tradução minha⁵).

A utilização da categoria de Gênero para análise foi um marco teórico importante para propor que as expectativas sociais e culturais associadas a homens e mulheres moldavam as possibilidades de vivenciar o mundo e a sociedade, bem como produzia

⁵ One of the major claims I make in this book is that labeling someone a man or a woman is a social decision. We may use scientific knowledge to help us make the decision, but only our beliefs about gender—not science—can define our sex. Furthermore, our beliefs about gender affect what kinds of knowledge scientists produce about sex in the first place.

desigualdades entre homens e mulheres. Piscitelli (2002) retoma a história do conceito de gênero, mencionando sua aparição no Congresso de Psiquiatria em 1963 por Robert Stoller, e sua utilização por teóricas feministas em relação à categoria “mulher”, sua disseminação a partir da década de 80 e os questionamentos do uso desse conceito.

A autora retoma a utilização inicial do conceito de gênero como uma maneira de significar as desigualdades entre homens e mulheres, associando à raízes culturais e sociais que poderiam ser modificadas. O sujeito político coletivo “mulher” foi então utilizado como uma das frentes de combate à essa produção de desigualdades. O conceito de gênero foi uma das ferramentas teóricas utilizadas para explicar as causas originais da subordinação a qual mulheres vinham sido submetidas.

Várias correntes teóricas propuseram explicações sobre a origem dessa subordinação: o feminismo de vertente socialista propôs uma origem na diferença de classe – em que a divisão sexual do trabalho só se tornou uma opressão para as mulheres a partir da sociedade dividida por classes, baseada na propriedade privada. A base da opressão sexual seria então a exploração de classe. Entretanto, outras produções dessa mesma vertente apontavam que hierarquias de gênero persistiam em países socialistas, e portanto, o sexo não poderia ser considerado uma “contradição secundária”. As causas da opressão feminina deveriam ser colocadas na associação capitalismo/patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes (Piscitelli, 2002).

Já o feminismo radical considera que a origem da subordinação feminina está centralizada na capacidade reprodutiva, associando o sujeito político coletivo mulher às especificidades fisiológicas como engravidar, parir, amamentar, ter útero e ovários, etc. Isso produz embates teóricos intensos com a linha de pensamento transfeminista, visto que ressignificar a associação de características fisiológicas e anatômicas é um dos pressupostos importantes para a compreensão das pessoas trans.

“Chamo atenção para esse ponto porque ele mostra que, nessas linhas de pensamento, a “condição” compartilhada pelas mulheres – e da qual se deriva a identidade entre elas - está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura masculina. O corpo aparece, assim, como centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade.” (Piscitelli, 2002, pg.4.)

A partir disso, fica evidente que a compreensão sobre o corpo é central para a análise. O que leva a discussão para o significado que os conceitos de sexo e gênero assumiram a partir dessas produções feministas. Linda Nicholson (2000) destaca que nos anos 60 e 70, o conceito de gênero não foi proposto para substituir o conceito de sexo,

mas para apontar características que fossem construídas como parte do “sexo”, mas não eram. Nesse contexto, sexo e gênero seriam complementares – sendo o conceito de gênero introduzido para suplementar o de sexo, não o substituir. O conceito de gênero é ancorado numa noção do que é sexo e apontaria para características construídas culturalmente, associadas à masculinidade e feminilidade. Nesse contexto, o sexo seria uma base sobre a qual o gênero seria construído:

“Em seu importante artigo, “The traffic in Women”, Gayle Rubin lançou a expressão “sexo/gênero”, definindo-o como “o conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais são satisfeitas”. Aqui o biológico foi assumido como a base sobre o qual os significados culturais são constituídos. Assim, no momento em que a influência do biológico está sendo minada, ela também está sendo invocada.” (Nicholson, 2000, p. 11)

Linda Nicholson então nomeia “fundacionalismo biológico” essa noção de relacionamento entre corpo, comportamentos e personalidade que utiliza o sexo como uma base sobre a qual se constroem comportamentos e outros aspectos de personalidade, que se diferencia do determinismo biológico no sentido de que permite desafiar associações entre gênero e sexo que produzem desigualdades e desvantagens, mas tem em comum com ele o fato de que essas atribuições de comportamentos a uma base biológica é mais do que acidental – aceitando que essas atribuições são advindas dessas constantes da natureza. Em outras palavras, seria como dizer que por possuir uma determinada matriz biológica, uma mulher (entendida como pessoa que tem útero) é empurrada para exercer um determinado papel, como por exemplo de mãe. Entretanto, este papel não é um destino obrigatório. Uma mulher não deveria ser obrigada a ser mãe. Mas, para fazer essa afirmativa, a associação entre mulher e a base biológica (ter útero) é tomada como ponto de partida. É possível então transformar a associação do papel social, mas sem colocar em disputa a base biológica: defender que “ser mãe” não deve ser o único destino obrigatório para mulheres, mas ao mesmo tempo reconhecer a característica “ter útero” como fundamental para entender quem compõe o grupo “mulheres”. Isso que caracteriza o “fundacionalismo biológico” apontado por Linda Nicholson.

Alguns problemas analíticos surgem com essa base de fundacionalismo biológico: embora seja possível considerar algumas características como parte de construtivismo social, elas são limitadas por uma compreensão universal (ocidental) do que é ser homem ou ser mulher. Quando se pensa que a experiência de ser mulher parte de uma base

biológica comum, um dos efeitos possíveis apontados pela autora é o de segmentar a análise de gênero e raça, por exemplo, como se fosse possível ter uma experiência em comum de “ser mulher” subtraída da experiência de raça, marcando então a diferença de experiências de mulheres negras apenas pela negatividade. Ao estender esse raciocínio para mulheres trans, temos ainda problemas maiores, já que se pressupõe sobre essa noção que estas nem compartilham então a experiência de ser mulher, já que não tiveram uma experiência social de serem tratadas como mulheres desde o nascimento, nem critérios biológicos que se pressupõem imperativos para ser mulher.

Algumas críticas sobre essa universalização desse sujeito político mulher apareceram principalmente pelos movimentos de mulheres negras. Elas vinham apontando desde muito tempo que o referencial para atribuições de gênero estava implicado também em uma experiência racial. Relembro o discurso de Sojourner Truth – estadunidense, ativista pelos direitos das mulheres e da população negra escravizada – na Convenção dos Direitos da Mulher em Ohio, 1851, em que ela interpelou o público com o discurso “Não sou uma mulher?”⁶:

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros.

Mas em torno de que é toda esta falação?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim!

Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da platéia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida?

Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele.

⁶ <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>

*Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam.
Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer.*

Sojourner explicita como que a escravização retirou das mulheres negras essas atribuições do que era considerado “ser mulher” para mulheres brancas. Ela era uma figura importante nos movimentos sociais nacionais dos Estados Unidos, defendendo veementemente a abolição da escravidão, os direitos das mulheres e do sufrágio, a reforma prisional e o fim da pena de morte⁷.

Donna Haraway (2016) discute sobre essa utilização do sistema sexo/gênero de forma universalizante pelos feminismos euro-americanos:

A categoria gênero obscurecia ou subordinava todos os outros “outros”. Os esforços para utilizar conceitos ocidentais, ou “brancos”, de gênero, para caracterizar a “mulher do Terceiro Mundo” freqüentemente resultaram na reprodução do discurso orientalista, racista e colonialista.

Fica evidente que a utilização de uma categoria de gênero/sexo universal que não leve em consideração a crítica a hierarquias de raça, classe nacionalidade incorre em reprodução de discursos racistas e colonialistas.

Além disso, as “mulheres de cor” norte-americanas, elas próprias uma construção política complexa e contestada de identidades sexuadas, produziram teoria crítica sobre a produção de sistemas de diferenças hierárquicas nas quais raça, nacionalidade, sexo e classe estavam entrelaçados, tanto no século dezanove e no início do século vinte, como desde o início dos movimentos de mulheres que emergiram dos movimentos pelos direitos civis e contra a guerra nos anos sessenta. (Haraway, 2016, p. 237)

Essa produção de teorias críticas em sistemas de diferenças hierárquicas pelo feminismo negro fragmenta essa noção universal do sistema sexo/gênero, mas reitera a importância da compreensão de como essas categorias estão envolvidas na produção de opressões e da materialização dos corpos.

Como raça, sexo é uma formação “imaginária” do tipo que produz realidade, inclusive corpos percebidos então como anteriores a toda construção. A “mulher” existe apenas como esta espécie de ser imaginário, enquanto as mulheres são produto de uma relação social de apropriação, naturalizada como

⁷ <https://sojournertruth.org/sojourner-truth>

sexo. Uma feminista é alguém que luta pelas mulheres enquanto classe e pela desaparecimento de tal classe. (Haraway, 2016, p. 225-226)

Angela Davis aponta para a “ideologia da feminilidade” como subproduto da industrialização e que associa a mulher branca com inferioridade, “sexo frágil”:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. (Davis, 2016, p.30)

A autora destaca que os arranjos econômicos da escravidão contradiziam esses papéis hierárquicos, já que mulheres negras não eram consideradas da mesma forma que as mulheres brancas. Logo, a relação homem-mulher nas comunidades escravas não correspondia à ideologia dominante.

Em relação à sexualidade, Haraway (2016) também retoma essa interpelação de que se “mulher” é heterossexual, então lésbica não é mulher, o que aponta à heterossexualidade presumida do sujeito político coletivo “mulher”. Nessa direção, é possível também compreender que esse sujeito, baseado em características fisiológicas e sociais, também é presumido como cisgênero.

A luta principal é pela destruição do sistema social da heterossexualidade, porque “sexo” é a categoria política naturalizada que funda a sociedade como heterossexual. Todas as ciências sociais baseadas na categoria de “sexo” (a maioria delas) devem ser destruídas. Neste sentido, as lésbicas não são “mulheres” porque estão fora da economia política da heterossexualidade. A sociedade lésbica destrói as mulheres enquanto grupo natural. (Haraway, 2016, p. 225-226)

As pessoas trans são frequentemente utilizadas como exemplo de existências que demonstram esse limiar entre o que é “natural” de um sexo vs. o que seria construído, ou modificável. No caso aqui analisado, sobre as categorias masculina e feminina no esporte, também se observa essa tentativa de delinear onde está o sexo “verdadeiro” das pessoas trans. Em que situações uma pessoa trans pode ocupar o lugar de sexo masculino ou de sexo feminino na competição esportiva.

Como uma proposição para sair do paradigma Sexo – Natureza/Gênero – Cultura no livro “Problemas de Gênero” Judith Butler propõe que sexo sempre foi gênero, que a

linguagem como constitutiva da materialização dos corpos sempre esteve imbricada na constituição da inteligibilidade de corpos, o que deixaria impossível fazer essa distinção entre sexo e gênero. Ela também estabelece a utilização do conceito de “matriz heterossexual”, a partir da referência do “contrato heterossexual de Monique Wittig e da “heterossexualidade compulsória” de Adrienne Rich, definido como:

“... grade de inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por um meio da prática compulsória da heterossexualidade.” (Butler, 2015, p. 258)

O trabalho de Butler tem foco em discorrer sobre essa coerência entre esses três elementos, como que se produz a partir dessa associação de coerência uma inteligibilidade de produção de identidades e corpos normatizados por esses elementos. A partir de críticas sobre a constituição desse sujeito político “mulheres” a autora questiona se a construção da categoria das mulheres como um sujeito coerente e estável não seria uma reificação inconsciente das relações de gênero, à medida que essa reificação representaria o objetivo oposto do feminismo, ao mesmo tempo que tal coerência só encontra inteligibilidade a partir da matriz heterossexual (Butler, 2015, pg. 24). Ela então propõe que seja um horizonte metodológico e político do feminismo a recusa em reificação de determinados pressupostos bem como a tomada da construção variável da identidade como pré-requisito.

O transfeminismo vai se inspirar tanto na produção das feministas negras e decoloniais quanto nos estudos queer a partir de Butler e propor que as experiências de mulheres trans e travestis sejam tomadas como referência para a produção sobre sexo/gênero, de forma a não universalizar a experiência de ser mulher como um terreno somente cisgênero. Também propõe que a associação entre gênero e biologia seja ressignificada (Jesus, 2014). Seria uma crítica a esse fundacionalismo biológico também criticado por Linda Nicholson (2000) que toma como ponto de referência a autenticidade e legitimidade das experiências de gênero vividas por pessoas trans.

Vergueiro (2015) aponta o cissexismo e a cisnormatividade como uma forma de colonização, junto com a branquitude e a heterossexualidade compulsória. As bases sob as quais se estabelece a cisnormatividade são: pré-discursividade, binariedade e permanência. Esses elementos estão bem articulados com as proposições de Butler da matriz heteronormativa (Butler, 2015) mas direcionados a uma matriz cisnormativa, ou cissexista, em que a base da opressão está na atribuição de sentido ao corpo sexuado

através da atribuição de um sexo biológico. Isso produz violências nas vidas de pessoas trans que são alijadas de direitos fundamentais como por exemplo o direito ao nome civil (já que o nome que recebem no nascimento não é um nome que condiz com sua identidade de gênero).

Latour (1998) descreve uma jornada pela construção da ciência analisando como verdades científicas são construídas. A partir disso, pretendo utilizar alguns dos conceitos e proposições de Latour para analisar alguns dos fatos científicos em questão nesse trabalho. Começando pelo conceito de caixa-preta⁸:

“A expressão *caixa-preta* é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai.” (Latour, 1998, p. 4)

Na discussão sobre esporte e pessoas trans, as premissas de que a) é necessário fazer um escrutínio do corpo da pessoa para decidir qual categoria de sexo ela vai ocupar no esporte e b) isso seria necessário para garantir a competição justa na categoria feminina, estão conectadas com a caixas-pretas do sexo biológico. Uma possível representação disso seria:

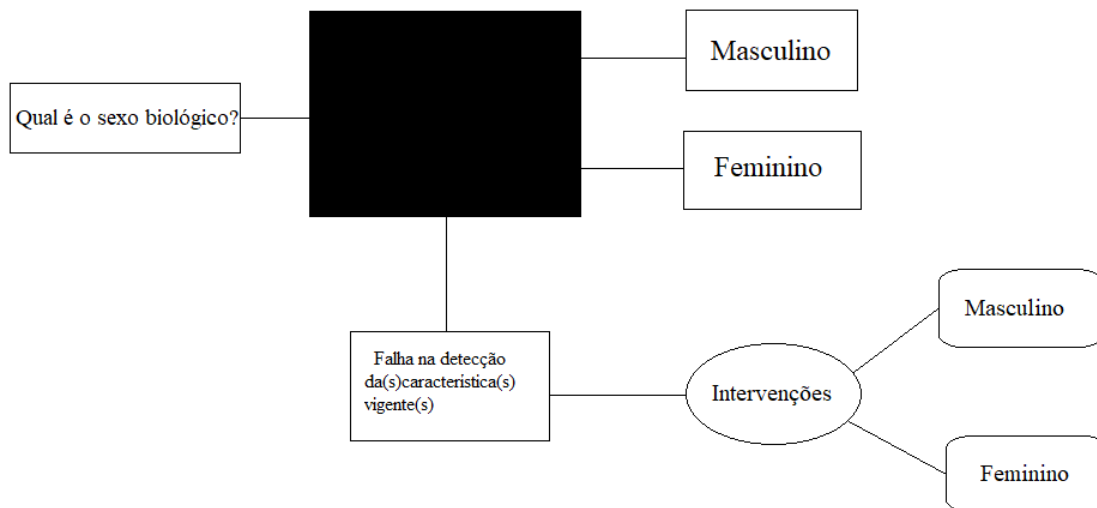


Figura 1 – Caixa-preta do sexo biológico.

Essa imagem representa a ideia de que existe um circuito complexo e talvez não totalmente conhecido – representado pelo quadrado preto – pelo qual seria possível

⁸ Para o caso da expressão que utiliza o adjetivo “preta” causar ambiguidade em relação a associação de alguma característica indesejável a pessoas negras, pode ser utilizada outra cor, ou então a ideia de que é uma caixa preenchida, hachurada, pintada.

designar o sexo biológico de uma pessoa, que vai ser ou masculino ou feminino, levando inevitavelmente a um conjunto de características em blocos diferentes de inteligibilidade. Quando essa detecção falha, essas pessoas podem ser consideradas intersexo, e passam por um processo de investigação e por vezes adequação para se ajustar a um desses 2 sexos.

No caso do esporte, a designação de sexo masculino traz consigo a atribuição de maior força, velocidade e resistência cardiovascular, características tidas como fundamentos da vantagem no desempenho esportivo em geral. De forma complementar, a designação do sexo feminino traz consigo a ideia de “menor força, menor velocidade e menor resistência cardiovascular”. Uma vez que o circuito passa pela caixa preta e resulta em feminino ou masculino, essas atribuições físicas precisam ser encontradas para que o circuito faça sentido, mesmo que não se possa descrever com precisão e acurácia as origens fisiológicas desses resultados, e é justamente por isso que se trata de uma caixa-preta na concepção de Latour (1998).

A caixa-preta do sexo biológico já passou por diversas reformas e propostas científicas de explicação sobre as “diferenças entre os sexos”. O que se destaca a respeito dessa produção é que se mantém sempre como premissa a necessidade de que existam duas respostas extremamente diferenciáveis entre “masculina” e “feminina” resultante de agentes detectáveis como por exemplo genitália externa, hormônios “masculinos ou femininos”, cromossomos ou cérebro. Sobre a história da sintetização destes hormônios, Tramontano (2017) destaca:

“De fato, a dificuldade de classificação dos hormônios sexuais é um problema recorrente desde seu surgimento, como já vimos. E haveria de ser, pois a necessidade em manter uma perspectiva dual é efeito do olhar dos cientistas e não de dados empíricos; pelo contrário, o problema classificatório emerge justamente porque os esteroides gonadais, ou seus agonistas hipofisários e hipotalâmico não têm sexo, logo, não irão atuar de acordo com a fantasia moderna de dois corpos opostos e complementares. Isso leva a ciência a constantes problemas de aceitação e refutação de teorias para seguir justificando biologicamente uma desigualdade social.” (Tramontano, 2017, pg 152-153)

A história da classificação de hormônios sexuais está permeada de fragilidades no modelo binário oposto e complementar, já que essa perspectiva é efeito do olhar dos cientistas e não dos dados empíricos. O que inclusive levou a prejuízos na aceitação de teorias como o autor destaca:

Ao comparar a aceitação da teoria organizacional com a aceitação da teoria de conversão, vimos que a teoria organizacional foi aceita e estendida a comportamentos não sexuais cinco anos após ser proposta, enquanto a teoria da conversão foi aceita somente após amplos mecanismos serem construídos para garantir que princípios relativos aos efeitos duais dos hormônios fossem mantidos. **Inicialmente, o pensamento dualista sobre hormônios gonadais impediu a aceitação da teoria da conversão** (WIJNGAARD, 1997, p.45, tradução livre161). (Tramontano, 2017, p. 153 grifos meus)

Ou seja, para manter o pensamento dualista, a teoria da conversão precisou primeiramente passar por uma série de provações que mantivessem garantidos os princípios da dualidade antes de ser aceita, o que leva novamente à hipótese de que um viés ideológico da binariedade e complementaridade dos “sexos” seja uma premissa pré-discursiva dos cientistas e que deve ser mantida a todo custo. Estratégia similar à apontada pelas autoras Joel e Vikhanski (2019) em relação ao cérebro no século XIX. Será que esse mesmo esforço para construir “amplos mecanismos que garantam os princípios relativos aos efeitos duais dos hormônios” também aparecem na busca pela relação entre diferenças sexuais e desempenho esportivo?

Em “Bodies that matter” (traduzido como “Corpos que Pesam”), Judith Butler investiga os limites discursivos da materialização do sexo. Essa reflexão vem em resposta à sua obra “Problemas de Gênero” que afirma que a separação entre sexo (corpo sexuado) e gênero (noções culturais de masculinidades e feminilidades) não seria um ponto de partida analítico suficiente pois o sexo sempre foi também gênero, uma vez que as expectativas e possibilidades inteligíveis de materialização dos corpos e identidades estão imbricadas com as produções culturais sobre masculinidades e feminilidades.

Em resposta às provocações de Butler sobre a matriz heteronormativa e a relação com a produção de corpos sexuais, levantam-se questões sobre os limites da análise da linguagem e materialização dos corpos. Nesse quesito, a existência de pessoas trans frequentemente é colocada como material de análise enquanto “pessoas que mudam sua configuração material do corpo” e portanto, de gênero/sexo. Ou então como pessoas que “não estão inscritas” em nenhuma materialidade inteligível das opções binárias da “heteronormatividade” (Butler utiliza somente esse conceito, e não da cisgeneridade). Outra maneira de simbolizar a existência de pessoas trans nesse contexto é de pessoas “cujo sexo biológico não corresponde ao seu gênero”.

Esse conjunto de afirmativas sobre pessoas trans é utilizado nas análises para buscar onde se encontra o limite entre o “natural” e o “social”, pois, se uma pessoa possui um determinado conjunto de características fisiológicas como por exemplo, ter testículos

e pênis, isso inevitavelmente traz consequências materiais à existência daquela pessoa. De acordo com uma lógica cissexista, esse fato material inscreve mulheres trans em um local tão radicalmente diferente de mulheres cis, que estas não compartilhariam o mesmo lugar no feminismo, já que o que definiria uma experiência de mulheridade válida, seria a experiência de ter sido reconhecida socialmente desde o nascimento com alguém que tem o sistema reprodutor composto por vagina, útero, ovários e etc.

Na questão dos esportes isso vem como um fator de controvérsia na permissão ou não de participação de pessoas trans em competições. Quando a lógica de que a experiência física e social de mulheres trans aproxima elas de um desempenho esportivo de homens, isso as coloca num patamar de superioridade física que tornaria a competição injusta, evocando a mesma lógica que já é utilizada entre pessoas cis de competições separadas entre homens e mulheres. A questão aqui é que as mulheres trans seriam consideradas mais próximas de homens do que de mulheres. O mesmo com homens trans, entretanto, por partir de um lugar supostamente de inferioridade, não existe a mesma preocupação de prejudicar os outros competidores homens cis. Um esquema que representa a caixa preta do sexo biológico incluindo esse raciocínio sobre pessoas trans poderia ser:

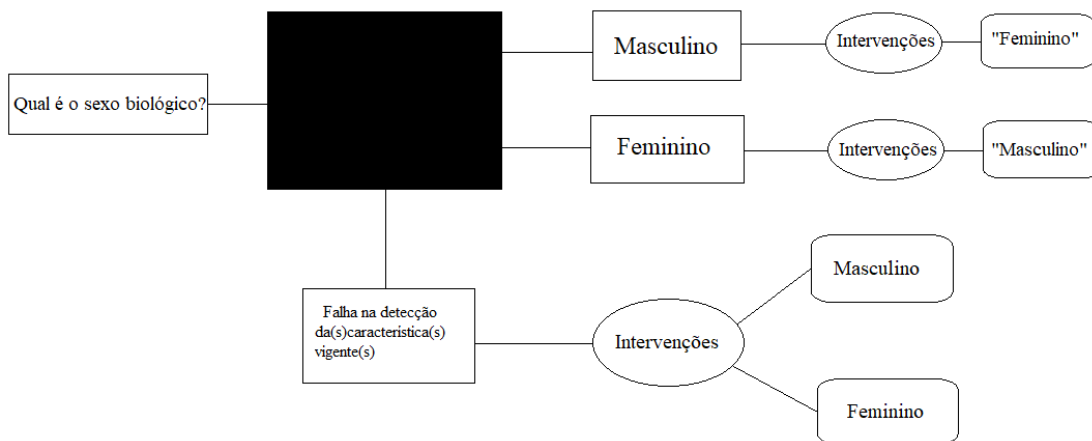


Figura 2: Esquema da caixa-preta do sexo biológico com a representação da compreensão das pessoas trans como pessoas que “mudaram seu sexo”.

Seguindo o raciocínio já utilizado, pessoas trans são tidas como alguém cuja detecção/designação do sexo biológico foi feita com acurácia, entretanto, essa pessoa decide passar por intervenções que vão modificar o conteúdo do circuito da caixa preta e

transformá-las em outro sexo. Na representação, o sexo “Feminino” e “Masculino” encontram-se entre aspas e em uma caixa de formato arredondado para atentar ao fato de que nessa linha de pensamento, o sexo das pessoas trans não é tido como igualmente legítimo, natural e “verdadeiro” como o das pessoas que seguiram a designação no nascimento e ali permaneceram. A compreensão dos raciocínios possíveis envolvendo o sexo biológico é fundamental para a análise da constituição de categorias esportivas de gênero e produções de identidades cisgêneras e transgêneras.

Essas afirmativas sobre gênero quando alinhadas com produção de pedagogias de corpo e de ciência transformam essa questão em um lugar político de controvérsia, debate, discussões e frequentemente exclusão das pessoas trans de diversos espaços. Desde a educação física escolar, passando por esporte amador e chegando em esporte de alto rendimento, existem impedimentos de que pessoas trans possam participar plenamente desses espaços baseados em normatividades corporais gendradas. A partir da análise proposta, de como se sustenta a cisgeneridade como natural nesse campo do reconhecimento institucional de atletas, que transborda para a regulação e vigilância de corpos cis, trans, endossexo⁹ e intersexo, também se mostram as bases de produção de exclusão, violências e discriminações nas pedagogias do corpo.

2.2. Delineando a Matriz Cissexista no Esporte¹⁰

A partir da discussão sobre a diferença sexual na ciência, levo o foco para as instituições esportivas, ou seja, como que se pensa essa diferenciação nas categorias feminina e masculina no esporte.

Desde os anos 60, nas grandes competições esportivas como Olimpíadas e campeonato mundial de atletismo, são utilizados mecanismos de verificação de sexo biológico, sob uma justificativa de que poderiam existir homens “se passando por mulheres” em competições para obter vantagens injustas. Estes procedimentos de verificação de sexo estão relacionados com a produção de critérios biológicos que definam o que é ser homem e o que é ser mulher, o que Vergueiro (2015) relaciona com cisheteronormatividade e cissexismo. A partir de 2004, começam a aparecer nos regulamentos internacionais como o consenso do Comitê Olímpico Internacional (COI, 2003) que

⁹ Endossexo refere-se a pessoas que apresentam uma configuração de sexo biológico “típica”. Seria a pessoa que não é intersexo, que não apresenta nenhuma Diferença de Desenvolvimento Sexual (DDS)

¹⁰ Este segmento foi escrito a partir do trabalho apresentado no 4º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, intitulado “Pessoas Cisgêneras no Esporte: Delineando a Matriz Cissexista”.

permitem a participação de pessoas transexuais no esporte. Nesse primeiro regulamento, era exigido que as pessoas trans tivessem feito cirurgia de transgenitalização (cirurgia que mudasse a configuração genital da pessoa) e que tivesse mudado seu nome e sexo no registro jurídico. Essas duas exigências foram anteriormente revogadas, visto que nenhum desses critérios se relaciona com desempenho esportivo em si, mas eles demonstram qual a referência do pensamento sobre o que se constitui como pessoa transexual que é inteligível para essas instituições na época. Também dizem respeito à paradigmas de onde se encontra a verdade sobre o sexo: aparência genital. Esse já foi um critério utilizado para a verificação do sexo de atletas cisgêneras ao longo da história das grandes competições.

Institucionalmente, os grandes eventos esportivos dividem os e as atletas por gênero masculino e feminino desde sempre. Entretanto, a verificação de sexo no esporte nesse âmbito de eventos mundiais, começou a partir dos anos 60. Claire Sullivan (2011) aponta que a necessidade de verificação de gênero/sexo em competições esportivas está relacionada à produção de um sentimento nacionalista e anticomunista, subproduto da Guerra Fria e da corrida pelas medalhas de ouro entre Estados Unidos e União Soviética. Nas Olimpíadas de 1960 em Roma e 1964 em Tóquio, as irmãs Tamara e Irina Press, da União Soviética, foram suspeitas de “na verdade” serem homens. O motivo da suspeita, seria seu desempenho esportivo notável, que levou ao estabelecimento de 26 recordes mundiais e 6 medalhas de ouro olímpicas. A partir de 1966, no campeonato Europeu de Atletismo, foi implementada, então, a verificação de sexo para que se prevenisse a ocorrência dessa suspeita de que existiram homens se passando por mulheres para obtenção de medalhas.

A suspeita sobre as irmãs Press, que eram chamadas pejorativamente de “irmãos Press” pela mídia, se fundamenta no policiamento e vigilância do desempenho atlético das mulheres, que nessa configuração relacional de gênero/sexo deveria ser sempre inferior ao dos homens. Mulheres que tem um desempenho atlético superior ao socialmente esperado são vistas como portadoras de masculinidade fora de lugar, de fraude de gênero. A sua biologia é posta sob suspeita. Para serem reconhecidas como legitimamente mulheres é imprescindível que sua biologia não exceda de um patamar de desempenho atlético.

A partir do caso das irmãs Press, então em 1966 foi implementada a verificação de sexo no atletismo pela IAAF (International Association of Athletic

Federations – Federação Internacional de Atletismo, instituição que atualmente prefere ser chamada de World Athletics). Isso se justificava pelas alegações de que poderiam haver homens disfarçados de mulher competindo na categoria feminina para obter não só vantagens injustas, como também vitórias, resultados na competição. É possível argumentar que essa suspeição sobre as mulheres atletas é decorrente do deslocamento da matriz heteronormativa da expectativa de feminilidade que o esporte produz como corpos musculosos, fortes, com alto desempenho atlético.

O método de verificação de sexo era visual, ou seja, **todas** as atletas eram obrigadas a expor sua genitália para uma pessoa avaliadora, para que esta fizesse uma verificação visual do que constituiria a prova da veracidade do sexo da competidora. Nenhum homem jamais foi convocado a provar a veracidade do seu sexo, já que a prerrogativa da existência do teste é da certeza da superioridade do desempenho esportivo dos homens. A partir da figura elaborada anteriormente representando a caixa preta do sexo biológico, podemos ilustrar esse paradigma da seguinte maneira:

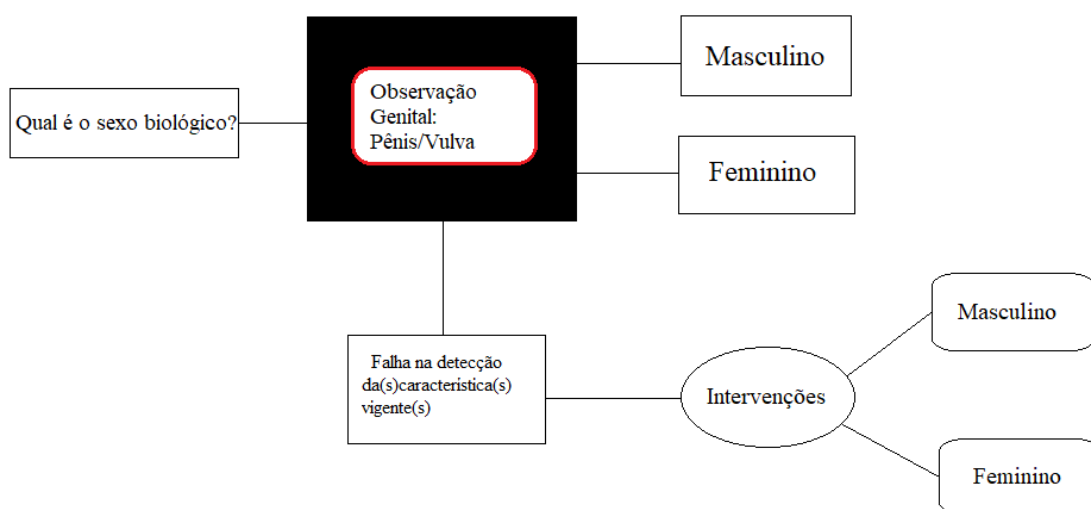


Figura 3: O mecanismo da caixa preta do sexo biológico é a observação genital.

O único registro de que alguma vez um homem tenha competido na categoria feminina e que tenha falhado o critério de observação genital ocorreu uma vez, anteriormente a esse protocolo de verificação e muito antes das irmãs Press, nas Olimpíadas de 1936 com um atleta do salto em altura da equipe alemã. A história de Heinrich Ratjen¹¹ é cheia de controvérsias. A revista Time publicou um artigo em 1966

¹¹ Fontes: <https://www.olympicchannel.com/pt/athletes/detail/dora-ratjen/>

(no mesmo ano em que foi implementada a verificação de sexo) que contava a história de Heinrich Ratjen como alguém que tinha sido obrigado pelo regime nazista a se disfarçar de mulher para competir no lugar da atleta Dorothy Tyler Odam (que era judia) e garantir medalhas para a Alemanha. Nesse evento, Heinrich ficou em quarto lugar, ou seja, não ganhou medalha.

Também foi feito um filme sobre essa história chamado Berlin 36, mas a controvérsia é que não existe uma comprovação de que a matéria publicada pela revista Times seja bem fundamentada, já que existem registros de que Heinrich foi designado como mulher no nascimento, mediante dúvida pois sua genitália não se encaixava nos critérios bem definidos. Outros registros indicam que em 1939 foi requerida uma mudança oficial de registro que o reconhecia como sendo do sexo masculino. Isso indica que possivelmente foi o caso de um homem intersexo que foi criado como mulher e por isso competia na categoria feminina.

Em todo o caso, o seu registro atlético foi retirado da história. Heinrich seria um caso que falhou o paradigma da genitália e passou por intervenções: mudança de registro, apagamento da história e humilhação pública para então ser reconhecido como sendo do sexo masculino – e então se retira do esporte e não fala mais sobre sua história.

O teste de verificação do sexo através da inspeção genital também foi utilizado nos Jogos Pan Americanos de Winnipeg e na Taça Européia de Atletismo em Kiev, ambos em 1967 (Sullivan, 2011). Em um dado momento, foi percebida a violência que esse teste representava, já que obrigava todas as atletas a passarem por uma situação humilhante e degradante. O COI procurou então, outra solução para a verificação de sexo.

A partir da Olimpíada de 1968 na Cidade do México, os testes de verificação genital foram substituídos por outro método: o teste do corpúsculo de Barr, ou cromatina sexual (Sullivan, 2011). Este método coletava saliva das competidoras e fazia testes genéticos para procurar o cromossomo X inativo, que estaria presente somente nas mulheres, dentro de um modelo de pensamento que se baseia a garantia de feminilidade a partir do dimorfismo sexual XX e XY. Existem vários casos de pessoas intersexo que

https://vereins.fandom.com/wiki/Heinrich_Ratjen
<https://www.youtube.com/watch?v=7qIVZS6WqZk>
<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,836386,00.html>
<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,756527,00.html>

não passavam nesse teste, e eram injustamente excluídas da competição e estigmatizadas. Várias das atletas que não passavam no teste, retiravam-se da competição alegando lesão, para que o caso não se tornasse público, tamanha violência social que se constituía toda essa caracterização da falha no teste como “anormalidade” ou “fraude de gênero”.

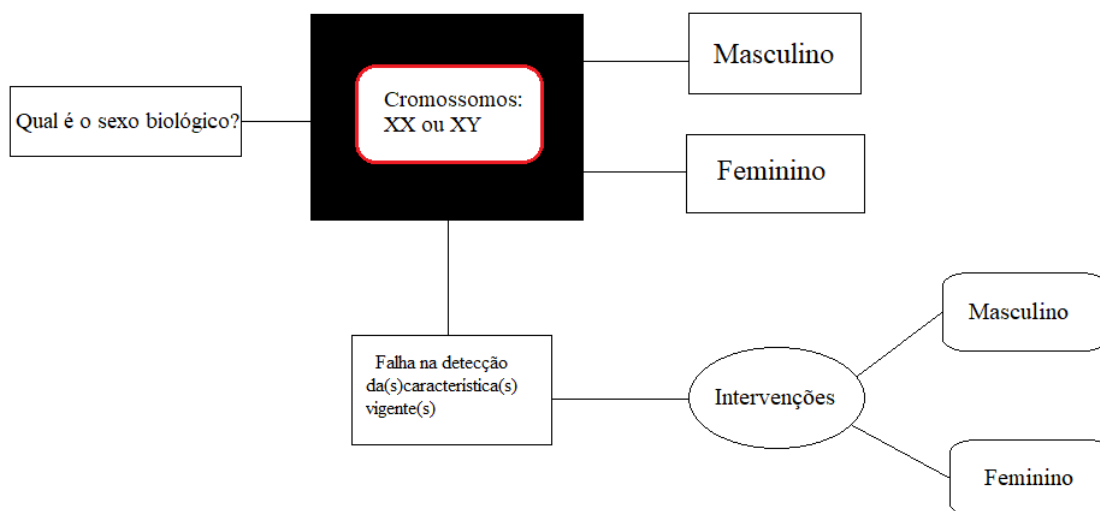


Figura 4: Representação do paradigma dos cromossomos como critério pra definição da categoria de sexo.

No caso de falha do teste cromossômico, as intervenções não eram no sentido de modificar os cromossomos (diferente do paradigma da genitália, por exemplo, que poderia passar por uma intervenção cirúrgica para “corrigir” variações), mas sim de retirar o indivíduo do esporte, retirar seus recordes e sua trajetória e novamente reiterar violências e humilhações públicas para que fosse reconhecido o suposto “sexo verdadeiro” da pessoa.

A partir de 1968, o teste permaneceu genético, mas devido a todas as falhas que ocorreram, ao invés do teste do corpúsculo de Barr, em 1992, optou-se pelo teste da Reação em Cadeia da Polimerase (RCP), procurando pelo cromossomo Y. Ainda estava em operação o mesmo paradigma de coesão entre dimorfismo sexual XX/XY e a garantia de que isso resulta no que é ser mulher e ser homem, dentro do contexto esportivo. Outra mudança significativa foi que a partir de 1999, o Comitê Olímpico Internacional abandonou a verificação compulsória de sexo para todas atletas mulheres, entretanto, tanto o COI quanto a IAAF, passaram a aplicar testes nos casos em que houvesse suspeita de fraude (Buzuviz, 2011). Ou seja, em vez de fazer todas as atletas passarem por essa

violência de verificação de gênero, esse ato foi considerado válido apenas para aquelas que eram percebidas como “diferentes”. Essa percepção de diferença frequentemente está associada a paradigmas de gênero, como por exemplo, expressão corporal que não é considerada feminina (muito forte, muscular), e desempenho esportivo considerado demasiado para a expectativa da feminilidade. Se alguma atleta tem um desempenho notavelmente muito bom, isso pode se configurar como uma suspeita de falha de gênero/sexo.

Em relação a atletas trans, os requisitos colocados em prática em 2004, a partir do consenso de Estocolmo do COI, para que mulheres trans pudessem competir foram: cirurgia de transgenitalização, reconhecimento jurídico do sexo feminino e estar em terapia hormonal durante 2 anos. Homens trans eram autorizados a competir contra homens cisgêneros a partir da autorização médica do uso terapêutico de testosterona (COI, 2003). Várias atletas trans puderam competir a partir de outras federações seguirem as diretrizes do COI, como por exemplo Mianne Bagger e Lana Lawless (golfe), Natalie Van Gogh, Michelle Dumaresq e Kristin Worley (ciclismo), Nong Toom (Muay Thai), Fallon Fox (MMA) e Gabrielle Ludwig (basquete). Harper (2015) argumenta que nenhuma delas teve um sucesso muito significativo, o que, após 10 anos da autorização da participação de mulheres trans nessas condições, é um indicativo de que não existe uma vantagem injusta.

Desde a convenção de 2015, o Comitê Olímpico internacional reconhece que os limites fisiológicos da categoria feminina e do desempenho atlético são constituídos pela quantidade de hormônio testosterona no sangue:

“A atleta precisa demonstrar que seu nível total de testosterona esteve abaixo de 10 nmol/L por pelo menos 12 meses anteriores à sua primeira competição (sendo que a exigência de um período maior será baseada numa avaliação confidencial caso a caso, considerando se 12 meses é um período suficiente ou não para minizar qualquer vantagem em competições femininas)”. (tradução minha)(COI, 2015, pg. 2)

Outro conceito que aparece nesse contexto é o de Hiperandrogenismo. Ele serve para descrever mulheres que tem características fisiológicas “masculinas” como níveis de hormônios andrógenos maiores do que a média. As discussões sobre isso envolvem principalmente a distinção entre mulheres intersexo e a necessidade ou não de reduzir os níveis desses hormônios, caso eles produzam uma vantagem injusta em relação a mulheres com média inferior, tidas como “normais”.

Capítulo 3 – Trajetórias Metodológicas: Cissexismo, Praxiografia e [Cis]Heteronormatividade

Considerando a trajetória do conceito de gênero que já foi um pouco trabalhada no capítulo anterior, neste capítulo procuro situar a pesquisa em relação ao conceito de gênero/sexo utilizado.

3.1. [Cis]Heteronormatividade e os limites discursivos do sexo

Judith Butler (2015) discorre sobre a temática da construção do conceito de gênero como distinto de sexo biológico. Ela refere que essa distinção foi utilizada para refutar o destino biológico, tomando o gênero como algo construído socialmente a partir de um corpo sexuado. Sendo assim, o gênero não seria algo fixo, como o sexo, nem causado como decorrência do mesmo.

“Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou gênero e por que meios? E o que é, afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história?” (Butler, 2015, p. 27)

A partir da produção de Anne Fausto-Sterling (2000), Donna Haraway (2016), Fabíola Rohden (2009), Laqueur (2001), Foucault (1988), podemos identificar esses elementos históricos a respeito do sexo como um construto bem como avaliações dos discursos científicos que estabelecem esses “fatos” da diferença sexual. É possível então propor esse princípio da tomada do sexo como um construto, não pertencente a um domínio do pré-discursivo, como ponto de partida metodológico para a produção da análise dessa pesquisa. A partir daí, quando se questiona sobre a utilização da categoria sexo, gênero ou sexo/gênero:

“Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula.” (Butler, 2015, p. 27)

Assim, esse tipo de distinção de categorias sexo e gênero não seria útil para essa análise. Não faria sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O pareamento entre sexo/gênero como manifestações da dualidade natureza/cultura coloca o sexo num domínio pré-discursivo, o que faz parte do meio discursivo e cultural que

naturaliza e estabiliza a coesão sexo/gênero/desejo da matriz heterossexual. Logo, quando a análise se refere ao construto “sexo” esse conceito pode ser tomado como também construído pela cultura, como uma continuidade do conceito analítico “gênero”. O esforço analítico será o de procurar na produção científica de um consenso sobre requisitos fisiológicos e anatômicos da categoria feminina como que se dá essa construção do conceito de sexo, já que é esse que é tomado como referência dessa produção. Se no momento da definição dos critérios de elegibilidade da categoria feminina, utiliza-se essa distinção sexo/gênero que toma “sexo” como um dado da natureza, será sobre esse “sexo” que a análise se concentra.

“Essa produção do sexo *como* pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por *gênero*. Assim, como deve ser a noção de gênero reformulada, para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam, desse modo, a própria operação da produção discursiva?” (Butler, 2015, p. 28)

No quesito da inclusão de pessoas trans no esporte, é comum que se pense que o gênero das pessoas trans seja diferente do sexo, de onde então se prescrevem modificações fisiológicas em busca da coesão desse gênero e sexo. A medida em que pessoas trans requerem a participação no esporte, esse sexo então precisa ser escrutinado para garantir “equidade” em relação a pessoas cisgêneras, e mais especificamente na categoria feminina, que é tida como fisicamente inferior. Essa operação de distinção entre sexo e gênero de pessoas trans faz parte desse aparato de construção do sexo como pré-discursivo. A referência que se busca nesse escrutínio e classificação do sexo de pessoas trans é a cisgeneridade, que pode ser pensada como uma matriz de inteligibilidade, assim como a matriz heterossexual referida por Butler.

Então, a partir dessa noção de que gênero não é um conceito distinto de sexo, e que este último não é um dado pré-discursivo da natureza, Butler trabalha com a noção de gênero como performativo, como explica Beatriz Bagagli (2019):

A performatividade de gênero, não por acaso, foi precisamente pensada pela autora a partir da teoria dos atos de fala de Austin (1990). Austin introduz a categoria de performatividade como forma de se contrapor à categoria clássica da constatação (cuja problemática suscita o valor de verdade de uma proposição). Isto porque a performatividade introduziria uma categoria diferente de elocuições, já que elas não possuiriam valor de verdade na medida em que agem sobre o mundo ao invés de descrevê-lo. (Bagagli, 2019, pg. 127)

Agir sobre o mundo ao invés de descrevê-lo parece um bom ponto de partida para entender como o gênero (e nesse caso aqui, entende-se também o sexo) como um conceito que age sobre o mundo, e não apenas o descreve. Nesse caso, dizer do gênero/sexo de

alguém não é uma mera descrição. O que se diz sobre gênero/sexo é tido como um ato que age sobre os corpos, que configura materializações mais possíveis ou menos. Bagagli (2019) enfatiza que na perspectiva de Butler a dessencialização do gênero também decorre de um aspecto temporal, já que ele é tido como um processo, e não um dado fixo: o gênero/sexo se realiza por meio de repetição de atos e práticas ritualizados e é pelo espaço de tempo entre estes atos que se localizam as lacunas desse processo de repetição que denotam seu caráter performativo.

A materialidade do sexo é discutida por Butler (1993) em “Corpos que Pesam: Os limites discursivos do sexo”. Butler sugere que filosoficamente, a materialidade sempre foi pensada em termos gendrados, sendo a masculinidade tida como a racionalidade, em oposição à feminilidade da materialização, que recebe passivamente a energia masculina da razão para operar sua existência. Essa dinâmica apontada por Butler entre matéria/razão, feminino/masculino também entra em ressonância com dinâmicas colonizadoras em que os colonizadores brancos europeus atribuíram a populações negras e indígenas características desumanizadoras relacionadas ao trabalho braçal, colocando a branquitude num papel de superioridade como mais propensa à razão e produção de conhecimento do que a força física, como uma forma de animalização das populações não-brancas.

Butler atenta para a dificuldade em “fixar” a temática do corpo. Durante o exercício teórico dela, o corpo parecia escapar dessa fixidez, e isso se mostrou como elemento chave para a compreensão disso que se chama “corpo”. Os esforços para categorizar os corpos no esporte de alto rendimento parecem estar relacionados a essa tentativa que sempre escapa: desde a regulação racial do esporte, em instâncias que pessoas negras foram impedidas de praticar esportes, quanto na categorização por sexo biológico, em que se instituiu verificação de sexo para pessoas do sexo feminino. A própria busca pelo rendimento máximo do corpo no desempenho esportivo ecoa essa mobilidade de definições do corpo, pois o que é tido como limite máximo de desempenho muda ao longo do tempo, das mudanças de paradigmas de treinamento, suplementos e todo tipo de tecnologia esportiva envolvida na produção de atletas.

Uma questão central para Butler é que se o gênero então não é um artifício que se coloca e remove a qualquer momento, e, portanto, não é efeito de uma escolha, então como fazer para não cair em armadilhas do determinismo cultural? A compreensão da repetição ritualizada que produz e estabiliza a materialidade do sexo é um caminho para

essa investigação sem utilizar nem o fundacionalismo biológico mencionado por Nicholson (2000) mas também sem utilizar esse artifício de determinismo cultural, em que a materialidade do corpo seria o resultado simples e único das relações culturais.

Uma analogia interessante para esse desafio teórico é com a própria lógica do treinamento esportivo, que através da repetição de rituais corporais estilizados e pré-determinados constitui e materializa o corpo do atleta a longo prazo. Quando um atleta “se torna” um atleta? No primeiro dia do treino? No primeiro mês? Após participar de algum evento competitivo específico? Existem diferenças físicas quanto aos níveis de competição municipal, estadual, nacional ou internacional? O tempo de repetição e execução de treinamentos, competições e construção dessa identidade de atleta materializa efeitos no corpo que estão imbricados com o reconhecimento da identidade de ser atleta. Assim como também essa identidade carrega em intersecção características como gênero, raça, idade, origem, etc.

Ao mesmo tempo, existem características físicas que predispõem a prática de uma modalidade em relação à outra. Então, não é a partir de qualquer matriz material que se produz qualquer tipo de atleta, mas nenhum/a atleta já começa “pronto/a”. Se para modalidades esportivas específicas os critérios para materialização de atletas são definidos pelas capacidades físicas (força, velocidade, flexibilidade e resistência), para o sexo biológico existe uma rede intrincada de critérios físicos misturados com regramentos culturais. Exemplo:

Desde 2009, a Agência mundial antidoping (World Anti Doping Agency – WADA) publicou um guia de diretrizes para o “Passaporte Biológico de Atleta”¹² que sugere o PBA como forma complementar de controle antidoping. O PBA é constituído por uma vigilância constante de parâmetros fisiológicos de atletas para formar uma base de dados que possa servir de referência, para que então possam ser percebidas alterações bruscas devidas ao uso de substâncias ilegais.

Desde então diversas Federações Esportivas passaram a utilizar esse guia para utilizar essa “cidadania biológica” para atletas poderem participar de suas competições. Isso explicita como instituições produzem normas do que é considerado humano e “natural” e o que é considerado uma “alteração da natureza”. Modificações corporais resultantes do treinamento são vistas como legítimas e naturais, bem como da alimentação

¹² <https://www.wada-ama.org/en/questions-answers/athlete-biological-passport#item-436>

e utilização de suplementos. Já a utilização de esteroides anabolizantes, estimulantes e outras substâncias que favoreçam o crescimento muscular, ou o transporte de oxigênio no sangue são consideradas trapaça, uma impureza no limite do humano.

A noção de sexo biológico, material e fisiológico, passa pelo mesmo processo de materialização performativa como o gênero. Os dois conceitos estão interligados através dessa relação de produção material através do dispositivo de gênero:

“Então, ‘sexo’ é um ideal regulatório cuja materialização é compelida, e essa materialização ocorre (ou falha em ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras ‘sexo’ é um constructo idealizado que é materializado forçadamente através do tempo. Não é um simples fato ou condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e atingem essa materialização pela reiteração forçada das normas” (Butler, 1993, p. X, tradução minha¹³)

Para Butler, a noção de performatividade de gênero deve ser compreendida “não como um ato deliberado, mas sim como uma reiteração citacional de práticas em que o discurso produz os efeitos que nomeia (Butler, 1993, pg 2). Assim, as normas regulatórias do “sexo” funcionam de maneira performativa na constituição da materialidade dos corpos. Especificamente na materialização das diferenças sexuais que consolidam o imperativo heterossexual, e, no caso da análise desse trabalho, também relaciono ao imperativo cisgênero.

Butler propõe a análise dos limites discursivos da materialização do corpo através dos seguintes preceitos (Butler, 1993, pg 2 e 3):

- 1) A recapitulação da matéria dos corpos como efeito das dinâmicas de poder, de forma que a matéria dos corpos será indissociável das normas regulatórias que governam a sua materialização e a significação dos efeitos materiais.
- 2) A compreensão de performatividade não como um ato pelo qual o sujeito traz para a existência o que ele/ela nomeia, mas o poder reiterativo do discurso de produzir o fenômeno que ele regula e limita.
- 3) A construção de “sexo” não mais como algo dado sobre o qual a construção de gênero é artificialmente imposta, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos.

¹³ Thus, "sex" is a regulatory ideal whose materialization is compelled, and this materialization takes place (or fails to take place) through certain highly regulated practices. In other words, "sex" is an ideal construct which is forcibly materialized through time. It is not a simple fact or static condition of a body, but a process whereby regulatory norms materialize "sex" and achieve this materialization through a forcible reiteration of those norms

- 4) O repensar dos processos pelos quais uma norma corporal é assimilada, apropriada e utilizada não estritamente “pelo” sujeito, mas que o sujeito, o “eu” que fala, é formado pela experiência de ter passado por esse processo de assumir um sexo.
- 5) A associação desse processo de presumir um sexo com a questão da identificação, e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual (e no caso aqui deste trabalho o imperativo cisgênero) permite certas identidades sexuadas e proíbe ou inibe outras. Essa matriz de exclusão pela qual sujeitos são formados requer a produção simultânea de sujeitos abjetos, aqueles que não são ainda “sujeitos”, mas que constituem o “de fora” do domínio do sujeito.

Quando pensamos a cisgeneridade junto com esse processo de presumir-se o sexo de uma pessoa associado à identificação dessa pessoa com o mesmo, e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual permite algumas identidades sexuadas e outras não, isso nos leva a pensar a cisgeneridade como naturalizada, não como algo fechado e estanque, detectável por algum parâmetro fixo e bem definindo, já que a própria designação de sexo faz parte do processo que performativamente fixa a alguns atributos do corpo o destino à feminilidade ou à masculinidade. Entretanto, esse lugar é fronteiro a conceitos como branquitude e heteronormatividade (Vergueiro, 2015) e não pode ser pensado como isolado, mas sim articulado com outros marcadores sociais, sexuais, de classe, raça e etnia (Favero, 2019, p. 177).

Através da análise de artigos científicos de especialistas envolvidos na produção do consenso sobre participação de pessoas trans no esporte é possível delinear como essas matrizes de significados entre parâmetros corporais (como medidas de hormônios, composição corporal e desempenho esportivo) são fixadas a uma inteligibilidade de gênero que naturaliza a cisgeneridade como norma, articulada com marcadores de branquitude e heteronormatividade.

3.2. Praxiografia de Annemarie Mol: elementos para pensar a materialização do sexo nas categorias esportivas

Em conjunto com a proposição de análise da Butler, proponho a utilização de elementos da praxiografia de Anemarie Mol, que faz uma crítica à lógica da Butler, já

que aponta para os diferentes palcos em que as entidades são materializadas, algo que na visão de Mol escapou da análise de Butler:

“Uma vagina ou um pênis não causa a identidade de gênero de dentro para ser relevante para apresentar-se como mulher ou como homem. Nas ruas, uma pessoa não precisa de um pênis para performar masculinidade. Mas em chuveiros abertos ou na piscina, ele ajuda bastante. Então lá eles estão, os genitais: no palco. Mas onde eles estão – na literatura? Não no livro de Butler. Ela é uma filósofa que diz que é importante estudar os atos mundanos e comuns pelos quais a identidade de gênero é performada. Mas de fato ela não se engaja nesse estudo.” (Mol, 2002, p. 29, tradução minha¹⁴)

A identidade de gênero como referida por Mol não é uma consequência linear da presença de um determinado órgão. Ela depende da cena em que se está performando[enacting]¹⁵. Na rua, onde não se vê genitália, não é a presença de uma vagina ou de um pênis que vai performar por si só a identidade de gênero, embora existam outros marcadores corporais que possam sim estar relacionados com a crença na linearidade entre órgãos, hormônios e caracteres físicos. Já num cenário como vestiários, piscina, praia, marcações corporais como presença de pênis, vagina ou seios são centrais na performance[enactment]. O conceito de performar[enact] utilizado por Mol faz referência a esses atos cotidianos e mundanos que materializam conceitos e ideias, em um contexto, como um palco. A autora não reconhece que Butler tenha se focado suficientemente nessas ações cotidianas de performar[enact] o gênero.

Como exemplo, ela cita a investigação de Stefan Hirschauer (1993), um sociólogo que fez um estudo etnográfico em um programa de tratamento para pessoas transexuais. Na perspectiva de Hirschauer, o processo de transição de gênero de uma pessoa ensina muito sobre o que é requerido para uma pessoa “passar”, ter passabilidade como um gênero ou outro. Relacionado a isso estão a lei, o trabalho, as relações sociais e em família, mas principalmente **o corpo**, elemento central para ser reconhecido ou reconhecida em um gênero: comprimento de cabelo, expressão corporal e maneiras de sentar são elementos citados pelo pesquisador como centrais para essa passabilidade. A autora utiliza dessa noção sobre pessoas trans para pensar os diversos palcos em que as

¹⁴ A vagina or a penis need not cause gender identity from the inside to be relevant in staging oneself as a woman or a man. The extent to which they are relevant depends on the scene. Out in the streets one does not need a penis to perform masculinity. But in communal showers at the swimming pool, it helps a lot. So there they are, the genitals: on stage. But where are they—where in the literature? Not in Butler's book. Butler is a philosopher who says that it is important to study the pervasive and mundane acts by which gender identity is performed. But she doesn't actually engage in such a study

¹⁵ A palavra performar é utilizada a partir do conceito de “enact” de Mol. A expressão [enact] ou [enacting] será utilizada para diferenciar da performatividade de Butler, que é um conceito diferente.

realidades são performadas[enacted]. No programa de tratamento para pessoas trans, o palco tem seus elementos da performance[enactment] do gênero. A rua é outro palco. Mesmo sendo os mesmos gêneros (masculino e feminino, branco? Ocidental?) os elementos que performam[enact] o gênero, são outros.

Neste trabalho proponho que o mesmo raciocínio seja utilizado para pensar sobre como a cisgeneridade é performadas[enacted] nas regulamentações sobre pessoas trans e intersexo nos esportes. A fixação da matéria do corpo como sexuada, a partir do conceito de “sexo biológico” é um elemento fundamental dessa proposição. O palco nesse caso é o campo teórico que se propõe a definir os limites do sexo biológico. Os elementos moleculares, hormonais, cromossômicos e valências físicas que compõem as categorias feminina e masculina nos esportes. Genitália não necessariamente se configura um elemento, como visto pelas modificações do paradigma da caixa-preta do sexo biológico no esporte. Os critérios atuais giram ao redor dos hormônios.

O raciocínio envolvido em associar elementos que performam[enact] uma identidade de gênero (ou uma categoria de identidade de gênero como transgênero ou cisgênero) é o palco escolhido para analisar as múltiplas cenas e as múltiplas realidades produzidas por essas controvérsias.

Na competição esportiva, o corpo aparece como elemento central para essa decisão de institucionalmente reconhecer o gênero e possibilidade de ser elegível para competição. Além dele, o **desempenho** é outro parâmetro de análise, que está ligado ao gênero. Os processos que tomam forma para produzir essa decisão institucional da relação entre sexo biológico, desempenho e coesão com gênero, são palco para as realidades múltiplas produzidas.

“De acordo com Mol as realidades não dependem somente de perspectiva, nem de construções, as realidades múltiplas dependem de intervenção e performance e estas sugerem uma realidade que é feita e performada [enacted]. Para ela, em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas.” (Silva, 2016, pg 175)

É nesse sentido que a praxiografia de Mol entra em choque com algumas práticas teóricas evocadas por Butler. Para Mol, duas correntes importantes para a teoria social, o perspectivismo e o construtivismo multiplicaram os olhos de quem vê, mas não multiplicaram as realidades que eram vistas, como se “a realidade” fosse uma só. É com esse objetivo de multiplicar realidades que a praxiografia de Annemarie Mol pensa as

diferentes formas que doenças (Mol, 2002; Mol, 1999) adquirem em um determinado contexto, uma etnografia da prática. Por isso, ela trabalha com um recorte micro, como um hospital, uma doença, um cenário em que diferentes realidades a partir da mesma designação de doença são produzidas. Nessa configuração teórica, as formas diferentes como um mesmo diagnóstico é produzido (Ultrassom, Avaliação clínica, Angiografia) não são múltiplos olhos observando a mesma doença. Esses processos diferentes produzem diferentes universos, doenças diferentes. No caso da aterosclerose (Mol, 2002), na avaliação clínica, ela é “dores nas pernas” e “pele fria”. Na angiografia, ela é “manchas” na imagem produzida das veias. Ambas são aterosclerose, mas de acordo com esse raciocínio que multiplica as realidades, não é o mesmo objeto visto por pontos de vista diferentes, e sim, **objetos diferentes performados[enacted] por elementos diferentes**. O processo de convergir esses objetos diferentes é o que fixa o conceito de “aterosclerose” como aparentemente um objeto só.

Diferente da prática de Mol, de observar o cotidiano de hospitais, consultórios médicos, e etc, aqui são analisados a produção científica e como se dá o encadeamento de premissas e conclusões, bem como a aplicação de preceitos lógicos relacionados a crenças sobre gênero, que produzem as múltiplas realidades de atletas trans, cis e intersexo. Nesse sentido, o diálogo entre Butler e Mol constitui uma base para pensar essas múltiplas realidades e a configuração de diferentes palcos, em que o sexo biológico é tanto performativo (Butler, 2015) e também performado [enacted] (Mol, 2002/ Novais, 2017).

Nesse sentido, se tomarmos o processo de designação dos limites do sexo biológico como objeto a ser analisado, pode-se inferir que para atletas cis ele é um objeto, para atletas trans é outro. Para atletas homens, para atletas mulheres. Mulheres brancas, mulheres negras. O mesmo para atletas intersexo. São muitos os “sexos biológicos” produzidos nesses diferentes palcos. Entretanto, a produção de categorias inteligíveis nas competições esportivas visa convergir esses objetos múltiplos em uma única entidade.

A partir da performatividade de Butler, aplicada ao raciocínio científico na busca de um consenso sobre os critérios de elegibilidade do sexo feminino em competições esportivas, investiga-se as múltiplas constituições do sexo biológico como caixa-preta (Latour, 1998), cujas controvérsias continuam em andamento. Os efeitos múltiplos desses processos podem ser apontados como por exemplo nos relatórios que demonstram a dificuldade da população trans de acessar serviços de atividade física e esporte (Jones,

2018), bem como os processos na Corte Arbitral do Esporte envolvendo o impedimento de algumas atletas intersexo de competir (Globo Esporte, 2019)¹⁶.

Para a perspectiva da regulamentação institucional que elegem quem é passível de participar de competições internacionais, um dos “laboratórios” que produz o atleta ou a atleta é o consenso científico no assunto. Este será o início do fio de investigação que pretende delinear os múltiplos nós de produção científica que compuseram o consenso de 2015 e que performam[enact] as categorias de sexo esportivo. Muitos dos trabalhos envolvendo a praxiografia analisam como doenças são performadas em diversos cenários.

3.3. Transfeminismo: Cisnormatividade e Cissexismo.

O conceito de Gênero que foi elaborado e trabalhado como uma categoria de análise pelo feminismo tem relações com definições sobre transexualidade. Haraway (2016) e Piscitelli (2002) citam o trabalho de Robert Stoller no Congresso Internacional de Psicanálise em Estocolmo em 1963, como cenário de apresentação do termo “identidade de gênero”. Essa formulação veio para distinguir o sexo vinculado à biologia (hormônios, genes, cromossomos) do gênero que era constituído culturalmente (psicologia, sociologia) (Haraway, 2016).

Dentre as várias vertentes do feminismo existe o transfeminismo. Essa vertente é construída a partir das experiências de mulheres trans justamente por elas estarem excluídas de vertentes radicais que consideram que o sujeito político mulher é constituído por uma experiência universal que parte de critérios biológicos e de uma socialização exclusivamente feminina. Pessoas trans não são inteligíveis nesse modelo a não ser como homens ou mulheres “reformados/as”, “modificados/as”, “artificiais”. Para fazer sentido de suas existências seria necessário apagar ou transformar suas experiências relacionadas à essa trajetória de transição de gênero através dessa lente de análise reduzida que não consegue perceber as nuances envolvidas em recusar uma designação de gênero e atribuir a si mesmo/a outra identidade de gênero que é então utilizada socialmente na interação com o mundo.

¹⁶ <https://globoesporte.globo.com/atletismo/noticia/iaaf-vai-buscar-rapida-reversao-de-decisao-de-tribunal-suico-de-liberar-semenya-para-competir.ghtml>

É a partir do transfeminismo que o conceito de cisgeneridade ganha forma e potência para visibilizar essas nuances produzidas pela recusa da designação de gênero do nascimento e vivência material em outra identidade de gênero que tem inteligibilidades múltiplas, visto que não tem garantida a legitimidade através dos mesmos processos que as cisgeneridades.

No trabalho de Jaqueline de Jesus (2014) podemos encontrar 4 princípios do transfeminismo:

1. redefinição da equiparação entre gênero e biologia;
2. reiteração do caráter interacional das opressões;
3. reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e
4. validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero.

O princípio número 1 é relativo à utilização de critérios anatômicos e fisiológicos para designar o gênero. Para que seja possível que as pessoas trans tenham inteligibilidade é necessário que possam ser reconhecidas como legítimas as experiências de gênero que não sejam significadas somente a partir da coesão entre útero-feminilidade e testículos-masculinidade. Isso significa que seria, então, possível reconhecer a existência de mulheres que têm pênis, de homens que têm vagina, homens que podem engravidar e parir e mulheres que produzem espermatozoides. Essas existências podem, assim, ser significadas como formas legítimas de existir dentro da diversidade de corpos e gêneros. Operações analíticas que reduzem as experiências de pessoas trans a uma socialização somente masculina ou somente feminina, acoplada a uma experiência universal de corpo sexuado não conseguem dar conta dessa diversidade.

O caráter interacional das opressões também é uma forma de reconhecer a complexidade de interação dos vários vetores de opressão, já que as experiências de gênero também estão atravessadas sempre por raça, classe, idade, religião e outros. Gênero não é um fator que pode ser analisado isolado da raça, por exemplo. A

materialidade das vivências de mulheres negras têm elementos diferentes das mulheres brancas, e, por isso, perde-se o sentido em estabelecer uma experiência universal de mulher que não consiga visibilizar as diferentes pautas que essas interações trazem. Assim como as experiências de mulheres trans, travestis, homens trans, negras e negros, também carregam multiplicidades de interação entre esses marcadores que não conseguem ser isolados.

Megg Rayara de Oliveira (2017) traça o histórico do movimento feminista negro nos Estados Unidos a partir de organizações antiescravagistas que tiveram inúmeras dissidências em relação aos movimentos de mulheres brancas supremacistas. A autora destaca que existiam organizações de mulheres brancas que apoiavam também a luta pela abolição da escravidão, somando-se na luta das mulheres negras, ao invés de defender a supremacia branca. Também no Brasil, os movimentos feministas tiveram dificuldades em visibilizar a luta das mulheres negras. Diferentemente dos Estados Unidos, a autora aponta dificuldade no acesso à produção acadêmica para o reconhecimento de teóricas negras:

A dificuldade das feministas negras brasileiras em sensibilizar o universo acadêmico residia (e reside) inclusive na ausência de pesquisadoras negras nas universidades. Essa situação difere da observada nos Estados Unidos, que contavam com a contribuição de nomes importantes como Hazel Carby, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Patrícia J. Williams e Kimberlé Williams Crenshaw, entre outras, que utilizaram seu conhecimento acadêmico e suas experiências pessoais, como trabalhadoras e ativistas, para darem suporte teórico e visibilidade para os discursos interseccionais tão presentes nas denúncias e reivindicações das feministas negras, aqui e lá nos Estados Unidos. (Oliveira, 2017, p. 82)

Oliveira (ibid.) destaca a interseccionalidade como ferramenta teórica para a análise de fenômenos que envolvem gênero, raça e outros marcadores como classe. A partir do trabalho de Kerner (2012), pontua-se que em um estudo que interseccione racismo e sexismo, existem 3 dimensões de análise: epistêmica, que abarca os discursos na produção de conhecimento; institucional, que corresponde a formas institucionalizadas de racismo e sexismo; e uma dimensão pessoal, que envolve as ações individuais e relações interpessoais. Assim, a autora defende que “racismo e sexismo não devem ser tratados como fenômenos análogos, mas interpretados em seus múltiplos entrelaçamentos e combinações (Oliveira, 2018, p. 84). O mesmo se aplica ao cissexismo.

O terceiro princípio do transfeminismo a partir de Jesus (2014) tem foco nas experiências de mulheres trans, travestis e homens trans como elementos para a compreensão dessas nuances de produção de inteligibilidades e abjeções a partir da

vivência de um gênero em desacordo com a designação ao nascer. Isso significa que o olhar ciscentrado que ignora a inteligibilidade dessas experiências é um referencial situado que não consegue atingir as estruturas de estabelecimento do cissexismo como causa das opressões contra pessoas trans.

O quarto princípio destaca que os efeitos da luta transfeminista são para todas pessoas, tanto cis quanto trans. A validação de ferramentas teóricas que dêem conta da diversidade para além da cisnormatividade pode ser feita por pessoas cisgêneras, desde que observando os princípios e conceitos transfeministas.

Estes quatro princípios foram norteadores da lente analítica utilizada para o objeto em questão. Para isso, foi adotada uma premissa fundamental de considerar como ponto de partida a afirmativa de gênero de mulheres trans e homens trans, operando a partir dessa noção a investigação sobre onde estão as falhas epistemológicas, institucionais e interpessoais ao se deparar com a cisnormatividade e o cissexismo.

Dumaresq (2016) afirma que a base da hierarquia epistemológica cissexista assume que a cisgeneridade não pode ser mobilizada pelo sujeito travesti para expressar uma posição de conhecimento válida do outro. O conhecimento que tem as pessoas trans somente como um objeto epistêmico, utilizado pelo sujeito epistêmico cis - que predica a si e ao outro, através desse local de “normalidade”, impede que as pessoas trans possam ocupar qualquer lugar que não esse “outro”, que não produz conhecimento próprio, nem é capaz de pregar a cisgeneridade. Pregador seria a capacidade de caracterizar, classificar e qualificar as características desse grupo.

“Não é apenas uma questão de poder enunciar a palavra cisgênero, mas de realmente interpelar o outro com seu conhecimento do mundo, que está protegido pela normalidade. Nessa situação parece que há dois sujeitos de conhecimento, mas o fato é que há apenas um único objeto de conhecimento. Pois presume-se que o “normal” está pleno de suas faculdades, não precisando nem ser enunciado, interpelado, problematizado ou descrito.” (Dumaresq, 2016, pg. 129)

A enunciação, interpelação, problematização ou descrição desse “outro” cisgênero na identidade de atleta é um ponto-chave da análise, já que a obtenção do Passaporte Biológico de Atleta prevê normatividades sobre sexo/gênero partindo da cisgeneridade. O sujeito epistêmico que caracteriza o “normal” nas categorias esportivas é cisgênero e endossexo.

Para propor um outro sistema de escuta, a autora sugere um sistema que ela caracteriza como horizontal, onde tanto os sujeitos cis quanto os sujeitos trans estão em posição de sujeitos epistêmicos podendo produzir um conhecimento válido sobre o outro.

“Agora sim: ambos podem ser objeto de conhecimento de si mesmos e ambos podem, reciprocamente, predicar o outro. Embora a identidade da travesti continue estigmatizada, pois ela o é. A travesti pode exercer controle da predicação que sofre através da predicação que pode fazer sobre as delimitações do próprio diálogo a partir das diferenças que ela vê em ambos.” (ibid., pg. 130)

Nesse sentido, para poder executar essa escuta horizontal nesta análise, a minha posição de sujeito trans se torna parte da metodologia, já que o meu olhar distante da cisgeneridade enquanto “normal”, e que parte de uma vivência trans como naturalizada, pode fazer essa predicação da cisgeneridade e propor novas maneiras de analisar a questão do status trans e cis interseccionado com o esporte.

A constituição do sujeito que é “o outro” e “o estranho” pode ser também analisada pela produção de Judith Butler:

“Contudo, como sugere Freud em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, é a exceção, o estranho, que nos dá a indicação de como se constitui o mundo corriqueiro e presumido dos significados sexuais. É somente a partir de uma posição conscientemente desnaturalizada que que podemos ver como a aparência de naturalidade é ela própria constituída.” (Butler, 2015, pg. 191)

O olhar que parte de um referencial trans de existência pode “estranhar” a cisgeneridade e propor essa posição conscientemente desnaturalizada para ver como que se constitui a aparência de naturalidade cisgênera produzida pela cisonormatividade. Embora Butler se refira ao estranho, incoerente e “fora da lei” – e, portanto, aos sujeitos trans, por exemplo – como referência para compreender o mundo inquestionado da categorização sexual, quando colocadas num papel fixo de estranhas e incoerentes, a concepção de “pessoas trans” corre o perigo de reificar esse lugar de “outro” apenas como objeto epistêmico, fixo e incapaz de produção de outros referenciais em que a cisgeneridade não é o ponto de partida. A própria Butler questiona essa reificação quando propõe que as políticas feministas devem adotar como pressuposto que o gênero/sexo é construído, senão seria uma armadilha epistemológica que limitaria e reduziria o sujeito político mulher.

Vergueiro (2015) alerta para o perigo da academia tratar as experiências transgêneras como uma raridade ou uma estranha e bizarra condição médica, e que isso

faça parte da construção de percepções equivocadas somadas a hipervisibilidades sensacionalistas.

Por sua vez, a hipervisibilidade de vivências de identidades de gênero diversas às cisnormativas talvez se expresse, particularmente, nas miradas, curiosidades e escrutínios lançados sobre estas vivências: o circo e o laboratório que conclamam à observação detida do exótico, ao menosprezo intelectual e à compreensão condescendente e piedosa de suas demandas políticas caminhando lado a lado com a sua subsequente neutralização ou cooptação reformista, se consideramos um aspecto mais material e político da questão. (ibid, p. 102)

A preocupação da autora, então, é em implicar que os processos de humanização e alianças de fato ampliem as possibilidades epistemológicas e materiais das condições de existências de pessoas trans, e não utilizações colonialistas de várias invisibilizações e exotificações.

No contexto desta dissertação, proponho tomarmos o referencial epistêmico trans e, desde aí, o “estranho” e o “incoerente” podem ser associados à cisgeneridade. Assim podem ser visualizados os processos de normalização e estabilização das identidades a partir da matriz cisnormativa.

Vieira e Favero (2015) sugerem pensar a cisgeneridade para além do âmbito somente da identificação com o gênero de designação ao nascer, mas enquanto um conceito e uma possibilidade de interpretação do real, pensando-a em relação a si mesma nas diversas possibilidades de acesso a esta categoria. Na temática estudada nesse trabalho, a cisgeneridade aparece como forma primordial de acesso ao esporte de alto rendimento, articulada com a endosexualidade. Entretanto, esses acessos são diferentes mesmo dentro do espectro de pessoas cis, já que a preocupação em vigiar e normalizar os corpos se intersecciona com outros marcadores sociais.

Karkazis e Jordan-Young (2018) apontam para as assimetrias em relação a quem são as atletas suspeitas de não serem mulheres “de verdade”: A suspeita recai mais frequentemente sobre mulheres negras e/ou do sul global, cuja expressão de gênero se aproxima mais da masculinidade. No caso de Caster Semenya, a sua expressão masculina era frequentemente evocada pela mídia e pelos especialistas como evidência de sua “essência” masculina que lhe conferia vantagem injusta. Os signos que levantavam a suspeita eram relacionados à expressão de gênero. Implicitamente, os traços físicos relacionados à negritude também poderiam estar sendo acionados para aumentar a distância do ideal de gênero feminino implicitamente branco. Atletas com outras

expressões de gênero (mais femininas) e com ótimos resultados não levantariam as mesmas suspeitas. (Karkazis e Carpenter, 2018; Karkazis et al, 2012; Karkazis e Jordan-Young, 2018)

Sobre as categorias de gênero, Vergueiro (2015) escreve:

Neste sentido, compreendem-se estas categorias não como ideal ou potencialmente definíveis a partir de diagnósticos e criminalizações objetivas: a construção analítica de cisgeneridade – um processo discursivamente resistente – é fundamentada sobre a percepção de que conceitos sobre corpos e identidades de gênero são constituídos (não somente, mas necessariamente) a partir de distintos contextos socioculturais – contextos ainda múltiplos, apesar dos projetos, esforços e dispositivos coloniais eugenistas e etnoculturocidas –, e assim esta construção analítica deve ser maleável e abrangente o suficiente para enfrentar criticamente toda epistemologia, metodologia e proposta política+sociocultural colonialista. (Vergueiro, 2015, p. 45)

Com isso em mente, o trajeto metodológico visa ser maleável e abrangente para analisar nessa rede de produção científica como a cisgeneridade se articula com uma epistemologia política e sociocultural colonialista, entendendo suas possíveis relações com dispositivos eugenistas e etnoculturocidas¹⁷. Isso é especialmente visível nas situações em que pessoas perdem o acesso à inteligibilidade institucional da categorização esportiva feminina e masculina por esse dispositivo de sexo biológico, também articulado à raça e localização geográfica. O caso de Caster Semenya (Karkazis e Jordan-Young, 2018) evidencia a impossibilidade de isolar a análise das decisões sobre sexo biológico sem associar com raça, país de origem e expressão de gênero.

Para poder caracterizar a cisgeneridade é imprescindível analisar como ela se constitui na produção da identidade de atleta que é aceito como homem ou mulher, sem necessariamente comparar essa identidade a transgeneridade, ou seja, analisar a naturalização da cisgeneridade entre atletas cis, o que no caso dessa análise se dá principalmente no âmbito de comparações entre atletas mulheres cis (endossexo ou intersexo), comparações entre atletas homens e atletas mulheres (cisgêneros) e nas regulamentações sobre hiperandrogenismo em mulheres cis intersexo.

Retomando o histórico do feminismo, também é interessante notar que para a produção mais alinhada com o feminismo radical, a transexualidade foi muito utilizada

¹⁷ Esse termo, utilizado pela autora, faz referência à dispositivos que têm como objetivo aniquilar outras culturas através desses processos coloniais de dominação.

para sustentar a existência de um tipo de “essência” da experiência coletiva de mulheres vindas de órgãos como útero e ovários, experiência de menstruação e gravidez, bem como a experiência social desde o nascimento de ser tratada como mulher (Bagagli, 2019). Nesse tipo de produção, as autoras tomam toda liberdade para predicar e interpretar as existências de pessoas trans e travestis, e, simultaneamente, não aceitam a identidade cisgênera que as teóricas transfeministas lhes conferem, nesse exercício de superioridade de sujeito epistêmico.

Sobre a recusa em reconhecer-se como cis, Beatriz Bagagli afirma:

Interesso-me sobretudo para as formulações negativas como “eu não sou cis” mobilizados não para afirmarem implicitamente a condição transgênera, mas justamente para negá-la, isto é, para sustentar certos sentidos sobre homens ou mulheres que não incluem os sujeitos trans. Neste funcionamento, trata-se de re-afirmar algo pela negação sob o efeito da denegação. Estes sentidos sobre homens e mulheres, no interior da formação discursiva feminista radical, se dão através da articulação com as noções de socialização e imposição de papéis e estereótipos de gênero e não permitem o reconhecimento da autenticidade das experiências transgêneras. (Bagagli, 2019, p. 114)

O reconhecimento da autenticidade das experiências transgêneras é um exercício teórico realizável reconhecendo a cisgeneridade como um efeito material dessa matriz de inteligibilidade. Na análise de Beatriz Bagagli, as formações discursivas feministas radicais articulam os sentidos de socialização e imposição de papéis e esterótipos de gênero de forma que a existência de todos indivíduos somente são inteligíveis a partir da concordância entre a imposição de gênero designada e a socialização posterior de acordo com esse gênero. Essa operação teórica impede que sejam produzidos sentidos a partir da imposição de um gênero no nascimento que em um dado momento não só é recusado, como também substituído por outro gênero autodesignado, questionando-se a validade da designação inicial. Esse processo de designar o próprio gênero, recusando a designação original, implica em outras experiências que não estão suficientemente descritas em análises que associam “homem” e “mulher” somente a formações discursivas baseadas na coerência entre anatomia/fisiologia, imposição de gênero e socialização. Bagagli (2019) afirma que essa denegação da cisgeneridade produz a impossibilidade de que as pessoas transgêneras tenham sua identidade de gênero reconhecida dentro do “normal” e dentro de identidades masculinas ou femininas.

A denegação da cisgeneridade, na “melhor” das hipóteses, faz lembrar o sujeito do seu fracasso constitutivo em relação a sua identidade de gênero e produz o reconhecimento de uma relação de motivação com o outro trans como sua

própria causa (abrindo, desta forma, a possibilidade do devir): eu não sou cis logo poderia ser trans. Por outro lado, na “pior” das hipóteses, a denegação re-introduz a transgeneridade como abjeta e como um interdito, pois a exclui dos limites que constituem a coerência de sua identidade: eu não sou cis pois ser trans é impensável, um tabu (Bagagli, 2019, pg. 116- 117)

A argumentação pela negação da identidade cis é resultante de uma “perda de status” e diluição da identidade de mulher, que seria então “um tipo” de mulher cujas vozes disputariam com essas outras mulheres, que elas consideram como “nascidas homens” ou, muitas vezes, nem se referem a elas como mulheres, e sim, como “homens que transgeneram” (Jeffreys, 2014, p.43 apud Bagagli, 2019, p. 84).

Como propõe Vergueiro sobre essas diferenças de vivências de gênero (2016):

Estas diferenças – que ainda sobrevivem, através de processos de identificação e memória historicamente situados – estabelecem possíveis resistências (discursivas existenciais, etc.) a conceitos que têm sua centralidade na cisgeneridade ocidental, desautorizando esta perspectiva colonialista e proponente de supremacismos brancos e cristãos através da rejeição da busca de uma ontologia na determinação dos sexos/gêneros, especialmente quando se notam as conveniências de se encontrar tal origem em fatores ‘biológicos’ e ‘naturais’ produzidos para a sustentação de sistemas colonialistas de gênero. (ibid, p. 45-46)

Essa busca de encontrar fatores “biológicos” e “naturais” para a sustentação de sistemas colonialistas de gênero está fortemente presente na discussão sobre um consenso da participação de pessoas trans no esporte. Esse consenso baseado em níveis de testosterona encontra sua construção através de múltiplos especialistas que carregam consigo suas origens e pertencimentos sociais, bem como processos de validação de verdade associados a ciências médicas, biomédicas, endócrinas e genéticas que traduzem para essa realidade “biológica” vários elementos de gênero, transformando-se assim nessas verdades sobre “sexo” que delineiam então quem são as pessoas “naturais” e “verdadeiras” no seu gênero.

Vergueiro (2016) aponta a importância da percepção crítica de projetos coloniais que limitam e desumanizam um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero, inclusive através da produção da categoria transexual, que é articulada a discursos médicos e epistemologias eurocêtricas. A concepção dessa categoria “transexual” é deslocada para o esporte quando se discute os requisitos para pessoas trans ocuparem as categorias de gênero esportivas. A autora nos dá elementos para trabalhar com as seguintes categorias de análise:

Dando particular ênfase à utilização das terminologias 'cis' no contexto de gêneros – 'cisgeneridade', 'cissexual', 'cisgênera', 'cissexismo', entre outras –, pensar uma genealogia da cisgeneridade e seus correlatos nos auxilia a re+pensar criticamente sobre as inconformidades de corpos e gêneros, apontando para as estratégias de poder envolvidas nas produções das categorias utilizadas para nomear tais inconformidades: travesti, transexual, dois espíritos, hijra, berdache, eunuco, hermafrodita, etc. Se importantes esforços feministas se debruçam sobre as complexidades e colonialidades envolvidas na produção de discursos sobre conceitos como 'mulher', 'lésbica', 'bissexual', entre outros, uma genealogia transfeminista se coloca fundamentalmente preocupada com compreender as condições, contextos e consequências (materiais, políticas, existenciais) produtores das 'anormalidades', 'monstruosidades' e diversidades corporais e de identidades de gênero: travesti não é bagunça, diz-se, e por isso precisamos revisar esse babado todo com a cautela e desconfiança de quem já foi e é criminalizada, ridicularizada, ojerizada, odiada com a brutalidade e o cinismo cissexista em doses cotidianas. (Vergueiro, 2015, p. 48)

O trabalho de Viviane Vergueiro se dá através das resistências e dissidências de gênero, não se restringindo a perspectivas institucionais como a medicina e sua associação a diagnósticos como “transexual”. Nesse sentido, como poderiam ser analisadas as categorias de gênero esportivas? A cisgeneridade é pressuposição histórica das categorias masculina e feminina. A mobilização de categorias como “transexual” permite a inserção nas competições como definido pelos consensos do Comitê Olímpico Internacional. A análise crítica da constituição da cisgeneridade como projeto colonial, e da categoria de “transexual” como também parte desse jogo de significados biomédicos na categorização esportiva pode revelar as limitações impostas na matriz cisnormativa. É possível existir categorias esportivas como travesti, hijra, berdache? Todas essas categorias são colonizadas pelo dispositivo “transexual” para ter inteligibilidade no esporte?

Nesse jogo de atribuições de “anormalidades” e de definições de “normalidade” existem pessoas que conseguem acessar a elegibilidade para competições em categorias de gênero, mas mesmo assim, a cisgeneridade não deve ser tomada como única chave de acesso. Como escrevem Vieira e Favero (2015), ela é um paradigma normativo de gênero que possui uma dimensão utópica, que estabelece o que é ótimo para um homem e para uma mulher, mas não deve ser entendida como um monolito. Elas sugerem que a sua compreensão se dê em um espectro hierarquizado em relação a si mesma. Assim, mulheres masculinizadas têm acesso diferente à cisgeneridade, já que são lidas como “menos mulheres”, bem como homens afeminados lidos como “menos homens”. Ainda assim, esses sujeitos cis tem condições diferentes de acessar recursos como nome, e no caso dos esportes, categoria inteligível de gênero (quando endossexo). Esses sujeitos são cisgênero, ainda que com uma performance de gênero subalterna, considerada inferior aos olhos da norma de cisgeneridade hegemônica (Vieira e Favero, 2015).

Todas as autoras citadas mencionam relações entre a produção de identidades trans e cis a partir de relações com a biologia e biomedicina, seja na definição de quem é homem ou mulher “de verdade”, sejam nos efeitos sociais que a afirmação do gênero de pessoas trans produzem em termos de desconfiança, suspeita, vigilância, punições sociais e não reconhecimento, com articulações entre raça e classe social. (Kaas, 2012; Jesus, 2014; Oliveira, 2017, Vergueiro, 2016; Bagagli, 2019; Favero, 2019)

Kaas (2012) aponta para o cissexismo como um sistema de inteligibilidade social em que uma atribuição de gênero é feita ao nascer baseada em critérios anatômicos e que isso dá aos indivíduos a legitimidade de acessar espaços sociais gendrados. Pessoas trans ao afirmar sua identidade de gênero são então sujeitas a várias violências para que esse sistema continue em funcionamento: não tem sua identidade legitimada, não encontram pertencimento social, não podem frequentar espaços como banheiros, vestiários, e outros que sejam segregados por gênero, não tem o acesso facilitado ao nome de acordo com seu gênero no registro, precisam passar por avaliações psiquiátricas para verificação de sanidade mental em relação à afirmativa de gênero, e etc.

As “ciscolonialidades” são o elemento chave da análise de Vergueiro (2016), que sustenta que esse sistema é articulado com um projeto colonial branco europeu, que coloca no seu projeto a cisheteronormatividade na produção de homens e mulheres tomados como universais a partir desse referencial. Os três eixos de sustentação propostos por ela são Pré –discursividade, Binariedade e Permanência.

A pré-discursividade pode ser caracterizada como o entendimento sociocultural – historicamente normativo e produzido, consideravelmente, por projetos coloniais – de que seja possível definir sexos-gêneros de seres a partir de critérios objetivos e de certas características corporais, independentemente de como sejam suas autopercepções ou das posições e contextos interseccionais e socioculturais em que elas estejam localizadas. (ibid., p. 61)

A partir da pré-discursividade é que se faz a constatação de que por apresentar determinada fisiologia, uma pessoa “é” um sexo biológico. Um referencial que não utilize dessa retórica poderia utilizar sistemas mais complexos de compreensão das materialidades sexuadas/generificadas que incluíssem autopercepção e contextos socioculturais que se entrelaçam com a concretização de quem se é.

É a partir dessa noção pré-discursiva de sexo que a designação no nascimento leva a tratamentos distintos e possibilidades pré-estabelecidas, expressas, por exemplo, nas crenças de que “meninos são mais fortes”, “meninas são mais sensíveis”. O dispositivo

sexo biológico incide de forma a materializar essas crenças pré-discursivas. A autora defende que esse conceito de “sexo” seja desconstruído e problematizado para analisar a cisgeneridade.

A necessidade sistêmica de defender a categoria de ‘sexo’ corresponde, assim, à defesa da ‘naturalidade’, da ‘materialidade’ verificável da pré-discursividade da cisgeneridade, que é também a defesa de certas leituras e valores ocidentais e eurocêntricos (Vergueiro, 2015, p.62)

Considerar as perspectivas socioculturais que conformam os corpos faz parte da desobediência epistêmica frente a atitudes ciscolonialistas de estabelecer inteligibilidade para o constructo de “sexo biológico” atrelado a identidades universais cisgêneras e heterossexuais.

Neste sentido, o traço cisonormativo da pré-discursividade é profundamente relacionado à colonização de pessoas corpo- e gênero-inconformes – através dos instrumentos de poder-saber que atribuem a pessoas especialistas definições ‘oficiais’ de sexo-gênero – e a violências médicas exercidas contra várias destas pessoas através de procedimentos cirúrgicos não consentidos e normatizações corporais e de gênero – articuladas, principalmente, em torno das identidades intersexo. (Ibid., p. 63)

A produção de um consenso científico sobre as características físicas que delimitam as categorias de sexo nos esportes é um exemplo de como opera a colonização cisgênera através de instrumentos de poder-saber. Violências médicas fazem parte da história das políticas de verificação de sexo como já foi discutido em capítulos anteriores.

A organização das categorias esportivas em duas: masculina e feminina é a expressão da binariedade, outro traço da cisonormatividade proposto por Vergueiro:

“Quando se considera que a leitura sobre os corpos seja capaz de, objetivamente, determinar gêneros, ela também é atravessada pela ideia de que estes corpos, se ‘normais’, terão estes gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas: macho/homem e fêmea/mulher.” (ibid., p. 64)

A autora defende que a universalização binarista é associada a uma perspectiva decolonial que a compreende:

“como parte de projetos de extermínio das diversas perspectivas socioculturais de gênero que existem e existiram em sociedades colonizadas, ‘ininteligíveis’ a olhares europeus cristãos, onde outras perspectivas sobre corporalidades e gêneros podem e poderiam ter existido” (ibid., p. 64)

A organização global de eventos internacionais esportivos como Olimpíadas a partir dessa categorização binária associada à dimorfismo sexual materializa ambos traços: pré-discursividade e binariedade. As noções de “macho/homem” e “fêmea/mulher” como características universais que podem ser encontradas em qualquer

pessoa faz parte da ciscolonialidade que se sobrepõe a possibilidades outras de compreensão e de materialização de corpos. Essa universalização “traduz” qualquer existência para o universo do dimorfismo sexual através da categorização pelo dimorfismo sexual, a exemplo das Cudinas mencionadas por Oliveira (2018). Registros de observação de povos originários no Brasil mencionam as Cudinas como “homens que se comportavam e eram tratados como mulheres”. A afirmativa de que elas eram “homens” só encontra inteligibilidade pela crença de que a capacidade reprodutiva determina o gênero. A partir daí, essa existência é “interpretada” e “traduzida” para a compreensão Ocidental ciscolonial. Analogamente, as travestis também frequentemente são interpretadas dessa forma. Em termos de categorias políticas inteligíveis para as competições esportivas, não existe a categoria “travesti”. Para participar dessas instituições, uma travesti deve ser “traduzida” para esse universo do dimorfismo sexual que vai coletar características fisiológicas selecionadas para decidir qual é a categoria dela entre as opções “homem” ou “mulher”. Não existe categoria esportiva para travestis, hijiras, muxes, ou qualquer outra configuração de gênero. A imposição das identidades de homem e mulher utiliza o sexo biológico como um imperativo pré-discursivo pelo qual todos os corpos são tornados inteligíveis. Logo, as descrições de identidades como travestis, hijiras, cudinas e etc, são sempre através dessa matriz de significado biológico pretensamente universal.

Os projetos de lei que circulam pelo país para proibir a participação de pessoas trans competirem junto de pessoas cis do seu mesmo gênero sugerem que pessoas transexuais devem competir somente entre si. De certa forma, é a proposição da inteligibilidade da categoria “transexual” como um terceiro gênero, o que representaria reconhecer uma identidade para além do binário homem/mulher. Entretanto, o lugar dessa identidade é inferiorizado e pré-determinado também por designações médicas como diagnóstico “transexual”, “FTM”, “MTF” ainda operando sob os mesmos preceitos da cisnormatividade.

O traço da permanência diz respeito à expectativa de que a designação de gênero/sexo do nascimento não será modificada ao longo da vida. Nisso existe uma coerência temporal sobre processos fisiológicos ao longo da vida, que não conferem inteligibilidade a realidades de pessoas trans e travestis que não correspondem à essa suposta coerência.

“Expectativas socioculturais sobre corpos e identidades de gênero variam de acordo com contextos e localizações interseccionais, no entanto talvez seja adequado considerar as hegemonias euro-, cristão-, branco- e ciscentradas que

podem colaborar, através de distintas localizações de poder, à definição da permanência como uma normatividade institucional e sociocultural fundamental para a compreensão da cisgeneridade.” (Vergueiro, 2015, p. 65-66)

Nos processos de modificação de nome e sexo no registro civil, a autora destaca decisões judiciais que estabelecem que o sexo de um indivíduo é “imutável”. Na discussão esportiva, as opiniões que divergem sobre a participação de mulheres trans na categoria de mulheres se baseia na permanência de vantagens físicas que não seriam modificáveis. Essas afirmativas são expressões do traço da permanência, que pode ser interpretada a partir do gênero como performativo:

“Perceber o gênero como performativo não somente abala a naturalização da ideia de permanência cisnormativa, como também situa nossas construções performativas em relação a nossas inserções socioculturais, às interpretações que existam, nestes contextos, sobre corpos e pertencimentos de gênero.” (ibid., p. 67-69)

Enquanto parte de um projeto colonial como sustentado por Vergueiro (2015) também ressalta a articulação que a cisnormatividade faz com a racialização. Oliveira (2018) destaca a inseparabilidade entre a identidade de gênero, sexual e a raça e seus efeitos nas violências com as quais a sociedade brasileira trata homens gays e travestis negros e negras.

A autora destaca que os primeiros registros no Brasil sobre pessoas “desviantes” de gênero, como, por exemplo, as já mencionadas “Cudinas”, no Tratado Descritivo do Brasil, de 1587, eram dos povos originários. Chamadas no masculino e tidas como “Nefandos Demônios”, elas eram pessoas que seriam consideradas “do sexo masculino” pelo modelo cisnormativo ocidental, mas eram tratadas e exerciam as mesmas tarefas que mulheres cisgêneras. Por isso que a autora as considera como equivalentes ao que hoje em dia se chama de transexuais ou travestis.

Os registros históricos relacionados a pessoas de gênero desviante do projeto colonial cisnormativo também se referem a pessoas negras, sendo o mais antigo o de Xica Manicongo, em 1591. Isso denota que as identidades de gênero “desviantes” sempre estiveram atreladas à racialização através do olhar branco europeu, que estabelece a si mesmo como referência de universalidade a ser imposta.

Com a cisheteronormatividade tomada como referência de normalidade, o lugar social de qualquer pessoa que não se enquadre nessa regra é de inferioridade, patologia e marginalização.

“Nessa visibilidade, vê-se a ideia de que os corpos das travestis são lugares de excessos de vícios, em parte porque eram consideradas uma categoria específica de homossexuais, permitindo aos meios de comunicação não apenas o tratamento no gênero masculino, mas a (re)atualização de velhas associações, como aquela entre homossexualidade, patologia e criminalidade. Esse sujeito marginal, descrito de maneira genérica, sem individualidade, tratado no gênero masculino, sem direito a uma identidade, poluía, sujava, desordenava os espaços. Mas resistia e buscava o direito de existir. (Oliveira, 2018, p. 171)

Oliveira (2018) relaciona a dificuldade de inserção das travestis e transexuais no movimento negro devido à constituição da negritude pela heterossexualidade e virilidade do homem negro. Nesse contexto, as travestilidades e transexualidades femininas negras não tem lugar na materialização inteligível da negritude.

Favero (2019) também ressalta a importância de analisar a cisgeneridade articulada com esses marcadores de raça, classe, sexualidade, e não somente como uma identidade privilegiada estanque. As cisgeneridades não são todas iguais. A questão não é de afirmar a cisgeneridade apenas como um local de privilégio e sim entender como ela se constitui junto com todos outros fatores que compõem as subjetividades. Mulheres e homens cisgênero, ainda que com esse acesso facilitado a terem essas identidades de gênero reconhecidas e legitimadas, ainda assim são sujeitos a um espectro de hierarquias em que mulheres masculinizadas são tidas como inferiores, menos mulheres e também punidas, bem como homens afeminados. E todas essas situações também são modificadas a partir do reconhecimento racial e de classe.

A cisgeneridade não deve ser vista como universal, estanque e estável. Não é um processo simples de “verificação” biológica, nem define as relações das pessoas cisgêneras com seu gênero. Dizer que alguém é cis não implica em dizer que essa pessoa adere ou concorda com estereótipos de gênero. Ela é formada por um processo múltiplo relacionado à biologia, mas não reduzido a ela. Também é político e social: depende das relações de reconhecimentos e acessos sociais, de formações discursivas de políticas públicas e da produção cultural sobre gênero, corpo e trajetórias de vida. A cisgeneridade é performativa, sendo um processo contínuo de repetição que faz com que ela se materialize e se concretize, tendo como base esses pertencimentos a estruturas do Estado como nome civil, espaços segregados por gênero, tratamento familiar e social. Ela é presumida. A produção performativa materializa essa presunção pré-discursiva, mas esse processo pode ser interrompido a qualquer momento. A permanência que Vergueiro (2015) caracteriza como um eixo da cisnormatividade é necessária de ser tomada como

ideal pois ela é ilusória. A imposição do traço da permanência articulada com a pré-discursividade dificulta com que se visualize o processo de constituição contínuo da cisgeneridade ao mesmo tempo que o torna permanente no sentido de que ele precisa ser repetido para que funcione.

Sendo assim, como resistir às ciscolonialidades e suas violências cisnormativas? Através da compreensão da cisgeneridade, cisnormatividade e cissexismo como conceitos analíticos, e de uma perspectiva sobre as colonialidades que atravessam diversidades corporais e de identidades de gênero, pretende-se sugerir que terminologias subversivas têm um potencial para desafiar fantasias ciscoloniais a respeito destas diversidades, ao evidenciar as assimetrias produzidas quando elas são construídas como anormalidades ou transtornos em relação a uma cisgeneridade invisibilizada. (Vergueiro, 2015, p. 69)

É a partir desse arcabouço teórico provido pelas autoras citadas que esta análise da questão esportiva parte: utilizando a cisnormatividade como parâmetro de análise, é possível deslocar a centralidade da mirada colonizatória sobre os corpos gendrados, saindo da lógica da binariedade universal, representada pelo dimorfismo sexual e associações fisiológicas do constructo “sexo biológico” que norteia as instituições esportivas.

Capítulo 4. Metodologia do Levantamento de dados para análise

O documento divulgado sobre o Consenso de Estocolmo realizado pelo Comitê Olímpico Internacional em novembro de 2015 a respeito de redesignação sexual e hiperandrogenismo (COI, 2015) conta com uma descrição dos membros presentes, desde representantes da comissão médica do COI, como também pesquisadores e pesquisadoras de Universidades de várias partes do mundo. A partir dessa lista, foi feito um levantamento de publicações a partir dos nomes dos pesquisadores e pesquisadoras que envolviam os seguintes assuntos: atletas de alto rendimento e divisão sexual; esporte de alto rendimento e perfis hormonais; esporte de alto rendimento e critérios de elegibilidade fisiológicos para categorias de gênero; pesquisas com objetivo de estabelecer critérios fisiológicos relacionados a gênero/sexo; pesquisas relacionando características fisiológicas e raça/etnia; doping; intersexualidade no esporte alto rendimento e, por fim, transgeneridades e esporte de alto rendimento. O objetivo dessa busca foi estabelecer uma rede de produção científica de conhecimento relacionado ao tema que foi utilizado para

tomada de decisão nesse consenso sobre como definir os critérios de elegibilidade de atletas trans e cis na categoria feminina para posteriormente investigar a partir dos conceitos analíticos já explicitados como que se performa[enact] a diferença sexual nesse campo do esporte de alto rendimento, junto com o cissexismo e a cishnormatividade na produção da diferença sexual na mentalidade científica.

O documento traz os/as seguintes participantes na reunião anteriormente referida, com seu respectivo pertencimento institucional:

Consenso de 2015 sobre redesignação sexual e hiperandrogenismo	
Prof Dr Uğur Erdener	Chairman, IOC Medical & Scientific Commission
Prof Arne Ljungqvist	Former Chairman, IOC Medical Commission
Dr Stéphane Bermon	Monaco Institute of Sports Medicine & Surgery, IAAF Medical & Scientific Senior Consultant
Michael Beloff, QC	Barrister, Blackstone Chambers
Prof Gerard Conway	Professor of Clinical Medicine, University College London
Prof Myron Genel	Professor Emeritus of Pediatrics and Senior Research Scientist, Yale Child Health Research Center Yale University School of Medicine
Ms Joanna Harper	Chief Medical Physicist, Radiation Oncology, Providence Portland Medical Center
Prof Angelica Linden Hirschberg	Department of Woman & Child Health, Division of Obstetrics & Gynecology, Karolinska Institutet
Prof Dr Maria Jose Martinez Patino	Faculty of Sport Sciences, University of Vigo
Prof Martin Ritzén	Professor Emeritus, Dept of Woman and Child Health Karolinska Institutet
Dr Eric Vilain	Professor of Human Genetics, Pediatrics and Urology Director, Center for Gender-Based Biology Chief, Medical Genetics, Department of Pediatrics Co-director, Clinical Genomic Center David Geffen School of Medicine at UCLA

Jonathan Taylor	Partner, Bird & Bird
Liz Riley	Barrister, Bird & Bird
Dr Robin Mitchell	Vice-Chair, IOC Medical & Scientific Commission
Dr Rania Elwani	Member, IOC Medical & Scientific Commission
Dr Vidya Mohamed-Ali	Member, IOC Medical & Scientific Commission
Prof Yannis Pitsiladis	Member, IOC Medical & Scientific Commission
Dr Richard Budgett	IOC Medical & Scientific Director
Dr Lars Engebretsen	IOC Head of Scientific Activities
Christian Thill	IOC Senior Legal Counsel

De todos esses nomes, aqueles que apresentaram produção relevante para as temáticas explicitadas foram: Prof Arne Ljungqvist (AL), Prof Angelica Linden Hirschberg (ALH), Dr Eric Vilain (EV), Prof Gerard Conway (GC), Ms Joanna Harper (JH), Prof Dr Maria Jose Martinez Patino (MJM-P), Prof Myron Genel (MG), Prof Martin Ritzén (MR), Dr Stéphane Bermon (SB) e Prof Yannis Pitsiladis (YP). As siglas depois dos nomes são como eu me refiro a cada um deles/as nas tabelas de dados.

A seguir, uma tabela com os/as pesquisadores e as respectivas nacionalidades das instituições que cada um/a representa:

Pesquisador/a/e	Nacionalidade/País da Instituição que representa
Angelica Linden Hirschberg	Suécia/Suécia
Arne Ljungqvist	Suécia/Suíça (COI) e WADA
Eric Vilain	França/Estados Unidos
Gerard Conway	Reino Unido/Reino Unido
Joanna Harper	Estados Unidos/Estados Unidos
Maria Jose Martinez Patino	Espanha/Espanha
Martin Ritzén	Suécia/Suécia
Myron Genel	Estados Unidos/Estados Unidos
Stéphane Bermon	França/França e World Athletics
Yannis Pitsiladis	Reino Unido/Suécia (COI)

Angelica Linden Hirschberg é professora de obstetrícia e ginecologia com foco em medicina reprodutiva no Departamento de Saúde da Mulher e da Criança do

Karolinska Institutet e médica responsável pela endocrinologia ginecológica no PO Gynecology and Medicine Reproductive, no Hospital Universitário Karolinska, em Estocolmo, Suécia. Sua pesquisa foca em questões sobre capacidade reprodutiva em mulheres cis, exercício de alto rendimento, síndrome dos ovários policísticos (SOP).

Arne Ljungvist é médico e professor no departamento de Patologia e Citologia também no Karolinska Institute, em Estocolmo. Ele produziu muito sobre doping, sendo creditado como co-fundador do WADA – Agência Mundial Antidoping. Em 1976, ele foi eleito para a IAAF, a Associação Internacional da Federação Atlética, contratado para fazer o controle antidopagem. Foi a partir dessa experiência que ele incitou a criação de uma agência independente para o controle antidoping, chamada “Pure for Sure¹⁸”: Puro com certeza.

Eric Vilain é médico e Professor no Departamento de Genética Humana, Pediatria e Urologia na UCLA. Quando era estudante de medicina ele foi designado como pediatra responsável por crianças intersexo. Desde então, ele dedicou sua carreira acadêmica para estudar questões sobre genética e pessoas intersexo. Ele também tem uma produção considerável sobre desenvolvimento do cérebro em relação a diferenças sexuais.

Gerad Conway é professor da área de Endocrinologia com foco em pesquisa na área de Síndrome do Ovário Policístico. Ele faz parte de comitês para criação de diretrizes para SOP, Síndrome de Turner e Hiperplasia Adrenal Congênita. Ele atua na produção de livros sobre esse tema, bem como de artigos e atende em consultórios em Londres.

Joanna Harper é pesquisadora e atua na área de Física médica no Providence Portland Medical Center. Ela é atleta de corrida e é mulher trans. Suas pesquisas sobre os efeitos da transição de gênero em atletas trans lhe renderam um papel importante como conselheira junto ao COI.

María José Martínez-Patiño foi campeã nacional de corrida com obstáculos na Espanha. Ela foi uma das atletas que descobriu ser intersexo por causa dos testes de verificação de gênero, através de cromossomos. Ela se recusou a aceitar a determinação de que a presença do par cromossômico XY acompanhado da síndrome da insensibilidade androgênica seria motivo para perder a elegibilidade na categoria feminina. Ela se aposentou do esporte em 1992, e dedicou-se a estudar ciências políticas e ciência do

¹⁸ <https://pureforsure.com/en/about-us/about-the-foundation/>

esporte. Sua tese de doutorado analisa as transformações do papel das mulheres no esporte e as dificuldades que enfrentam. Ela leciona na Universidade de Vigo, Espanha e apresenta palestras em todo o mundo.

Martin Ritzén é um pediatra sueco que trabalhou com questões intersexo (nesse contexto nomeadas como Diferenças do Desenvolvimento Sexual - DDS), trabalhou no departamento de pesquisa genética no Karolinska Institutet. Ele foi um dos principais consultores para a regulamentação de protocolos sobre atletas intersexo da Federação Internacional de Atletismo (World Athletics, antiga IAAF) (Karkazis & Jordan, 2018). As temáticas de publicações dele são sobre Hiperplasia Adrenal Congênita, problemas de testículos, crescimento e puberdade.

Myorn Genel é professor da área de endocrinologia pediátrica e foi membro de diversos comitês, como do National Children's Study Federal Advisory Committee e é membro fundador da Stem Cell Coalition de Connecticut, uma entidade focada em estudar células-tronco. Ele atua também como consultor junto à Comissão Médica do Comitê Olímpico Internacional em questões relacionadas à identidade de gênero em competições atléticas de elite.

Stephane Bermon atua na área de medicina do esporte e fisiologia do exercício. Ele trabalhou com atletas profissionais e foi membro da Comissão Médica e Antidoping das Federações das Associações Internacionais de Atletismo de 2004 a 2015. Atua na área de medicina clínica no Instituto de Medicina Esportiva e Cirurgia de Mônaco (IM2S) e é Diretor do Departamento de Saúde e Ciência da IAAF. Publicou mais de 50 artigos e/ou livros na área de medicina do esporte.

Yannis Pitsiladis é afiliado da Universidade de Brighton. Tem mais de 140 artigos científicos. Sua pesquisa mais recente é financiada pela Agência Mundial Antidoping (WADA), ele é membro da Comissão Médica e Científica do Comitê Olímpico Internacional (COI), membro do Comitê Executivo e Presidente da Comissão Científica Internacional Federação de Medicina Esportiva (FIMS).

4.1. Categorizando os materiais

O material de análise para essa pesquisa parte da produção dos/as membros/as do comitê que elaborou o consenso sobre a participação de atletas trans e mulheres com hiperandrogenismo (produção de testosterona acima do que é considerado a faixa

A imagem destaca a centralidade na repetição de “mulher” (woman), “fêmea” (Female), Insensibilidade Androgênica, Hiperplasia Adrenal Congênita, Hiperandrogenismo, Gênero, Performance e Elite. Isso ilustra a importância de estabelecer o parâmetro do que significa ser uma atleta de elite mulher, o que, a partir dessa análise inicial, se dá a partir da diferenciação entre mulheres cisgêneras endossexuais “normais”, mulheres intersexo e mulheres trans. Menstruação, uso de contraceptivo oral e perfil hormonal androgênico são elementos centrais dessa produção. A partir disso, as categorias para análise foram as seguintes: Definições da Categoria Feminina Cisgênera (F), Doping (D), Intersexo (I) e Atletas Trans (T). Uma categoria transversal foi eleita que seria analisada transversalmente em relação a todas: Definições Étnico-Raciais (R). A partir dessas categorias, os artigos foram organizados em tabelas. Algumas temáticas estão conectadas entre si, afinal o objetivo de definir aspectos fisiológicos da relação entre testosterona e desempenho atlético aparece justamente para diferenciar atletas entre mulheres cis, mulheres intersexo e mulheres trans. A divisão entre essas categorias em alguns casos é uma decisão analítica para focar em um determinado aspecto.

Todos artigos pesquisados estão em inglês, o que também é um apontamento importante sobre o acesso a esse conhecimento, bem como o ponto de partida da sua produção. Eles se concentram em Institutos de Pesquisa da Suécia, Inglaterra, Estados Unidos e França.

A partir desse conjunto primário de artigos selecionados, a análise utiliza os conceitos desenvolvidos no capítulo 3 para situar a produção científica envolvida na produção dessa resposta sobre a participação de pessoas trans no esporte, que por consequência também vai delinear os parâmetros de cisgeneridade e endossexualidade, atravessados por definições raciais.

Os parâmetros de pesquisa, racionalizações e caminhos metodológicos empregados por elas serão analisados pelos parâmetros de cisnormatividade e cissexismo, e em busca dos limites da produção discursiva do sexo biológico nessa ciência que é procurada para responder à essa demanda de produzir critérios de competição “justos” divididos por gênero/sexo.

Nas tabelas, os traços duplos separando as linhas indicam as produções feitas depois do consenso de 2015. Elas não foram parte do embasamento utilizado na produção desse documento, mas serão analisadas como uma forma de continuidade da lógica da divisão sexual envolvida no esporte. Os títulos dos artigos foram traduzidos para o português para melhor compreensão.

Categoria Doping

Código	Título	Ano	Revista	Autores/as
AL	O uso de esteroides anabolizantes em atletas suecos de alto desempenho	1975	Br J Sports Med. 1975;9(2):82.	Ljungqvist A
AL	Medicina e ciência no combate ao doping nos esportes	2008	Journal of Internal Medicine, 264: 99-114	Catlin, D.H., Fitch, K.D. and Ljungqvist, A.
SB	Aplicação do Passaporte de Desempenho do Atleta para controle de doping: relato de caso	2018	Frontiers in physiology, 9, 280	Iljukov, S., Bermon, S., & Schumacher, Y. O.
SB	Monitoramento de desempenho de atletas em antidoping.	2018	Frontiers in physiology, 9, 232	Hopker, J., Schumacher, Y. O., Fedoruk, M., Mørkeberg, J., Bermon, S., Iljukov, S., Aikin, R., & Sottas, P. E.
YP	Ciência do antidoping: lições importantes das ciências médicas.	2018	Current sports medicine reports, 17(10), 326–331	Simon, P., Neuberger, E. W., Wang, G., & Pitsiladis, Y. P

Categoria Intersexo

Código	Título	Ano	Revista	Autores/as
MR	Lateralização normal para vantagem de dominância lateral e de escuta em uma tarefa de escuta dicótica verbal em mulheres com	1994	Neuropsychologia, Volume 32, Issue 7, 1994	Jan Helleday, Bo Siwers, E.Martin Ritzén,

	hiperplasia adrenal congênita (HAC)			Kenneth Hugdahl
GC	Androgênios e desenvolvimento psicossocial: Identidade de gênero fundamental, orientação sexual e comportamento dos papéis de gênero na infância em mulheres e homens com hiperplasia adrenal congênita (HAC)	2004	Journal of Sex Research, 41:1, 75-81	Melissa Hines, Charles Brook & Gerard S. Conway
GC	Revelação do diagnóstico da Síndrome de Insensibilidade ao Androgênio na idade adulta	2005	BMJ (Clinical research ed.), 331(7517), 628–630	Conn, J., Gillam, L., & Conway, G. S.
GC	Mulheres XY: revisitando o diagnóstico.	2005	BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology, 112: 1407-1410	Minto, C.L., Crouch, N.S., Conway, G.S. and Creighton, S.M.
MJM-P	Relato pessoal: Uma mulher submetida a testes e julgamentos	2005	Lancet. 2005;366 Suppl 1:S38	Martínez-Patiño MJ
ALH	Hiperandrogenismo pode explicar disfunção reprodutiva em atletas olímpicas	2009	Medicine & Science in Sports & Exercise: June 2009 - Volume 41 - Issue 6	Hagmar, Magnus; Berglund, Bo; Brismar, Kerstin; Hirschberg, Angelica Lindén
GC	Desenvolvimento motor em indivíduos com hiperplasia adrenal congênita: força, direcionamento e habilidade motora fina	2009	Psychoneuroendocrinology, 34(2), 249–258	Collaer, M. L., Brook, C. G., Conway, G. S., Hindmarsh, P. C., & Hines, M.
MJM-P	Reanálise dos fundamentos de "justiça": Perspectiva de uma atleta e informante sobre as novas políticas de hiperandrogenismo em mulheres atletas de elite	2012	The American Journal of Bioethics, 12:7, 17-19	Hida Patricia Vilorio & Maria Jose Martínez-Patino
MJM-P&EV	A nova política de hiperandrogenismo em mulheres atletas de elite não tem a ver com "testes sexuais"	2013	Journal of sex research, 50(2), 112–115	Sánchez, F. J., Martínez-Patiño, M. J., & Vilain, E.

SB&MR&A H	As novas políticas sobre hiperandrogenismo em mulheres atletas de elite realmente ultrapassam os limites? Resposta a "Ultrapassam os limites? Crítica das novas políticas de hiperandrogenismo em mulheres atletas de elite"	2013	The American Journal of Bioethics, 13:5, 63-65	Stéphane Bermon, Martin Ritzén, Angelica Lindén Hirschberg & Thomas H. Murray
MR	Hiperandrogenismo e mudança de gênero	2014	In Handbook of Sports Medicine and Science, M.L. Mountjoy (Ed.).	Ritzén, M
20	Os regulamentos sobre a elegibilidade de mulheres com hiperandrogenismo em competições na categoria feminina são bem fundamentados. Uma contestação das conclusões de Healy et al	2015	Clin Endocrinol, 82: 307-308	Ritzén, M., Ljungqvist, A., Budgett, R., Garnier, P.-Y., Bermon, S., Lindén-Hirschberg, A., Vilain, E. and Martínez-Patiño, M.J.
SB&EV&M R	Mulheres com hiperandrogenismo em esportes de elite: Fundamentos científicos e éticos para regulamentar	2015	The Journal of clinical endocrinology and metabolism, 100(3), 828-830	Bermon, Stéphane & Vilain, Eric & Fenichel, Patrick & Ritzen, Martin
MJM-P	Atletas hiperandrogênicos: diferenças de desempenho nas eliminatórias de elite de 200 m e 800 m	2018	Journal of Sports Sciences, 36:21, 2464-2471	Jonathan Ospina Betancurt, Maria S. Zakyntinaki, Maria Jose Martinez-Patiño & Carlos Cordente Martinez

²⁰ MR&AL&SB&AHL&EV&MJM-P

Categoria Mulher Atleta Cisgênera

Código	Título	Ano	Revista	Autores/as
ALH	Equilíbrio hormonal anabólico-catabólico em mulheres atletas de endurance	1993	Gynecol Obstet Invest. 1993;36(3):176-180	Lindholm C Hirschberg AL Carlstrom K, et al
ALH	Metabolismo esteroide adrenal como causador de hipercortisolismo em mulheres atletas de endurance.	1995	Fertility and Sterility, Vol. 63, No.6, June 1995	Caroline Lindholm, Angelica Linden Hirschberg, Kjell Carlstrom, Bo von Schoultz
ALH	Força muscular e endurance não apresentam variação significativa nas 3 fases do ciclo menstrual em mulheres em pré-menopausa que praticam atividade moderada	2003	Clinical Journal of Sport Medicine: July 2003 - Volume 13 - Issue 4 - p 238-241	Fridén, Cecilia RPT; Hirschberg, Angelica Lindén MD, PhD; Saartok, Tönu MD, PhD
ALH	Hiperandrogenicidade é um mecanismo alternativo causador de oligomenorreia ou amenorreia em mulheres atletas e pode melhorar o desempenho físico	2003	Fertility and Sterility, Volume 79, Issue 4	Anette Rickenlund, Kjell Carlström, Björn Ekblom, Torkel B. Brismar, B.o von Schoultz, Angelica Lindén Hirschberg
ALH	Perfis diurnos de testosterona e hormônios hipofisários sugerem mecanismos diferentes de distúrbios menstruais em atletas de endurance	2004	The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, Volume 89, Issue 2, 1 February 2004, Pages 702–707	Anette Rickenlund, Marja Thorén, Kjell Carlström, Bo von Schoultz, Angelica Lindén Hirschberg
ALH	Amenorreia em mulheres atletas associada à disfunção endotelial e perfil	2005	The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, Volume 90, Issue 3, 1 March 2005	Anette Rickenlund, Maria J. Eriksson, Karin Schenck- Gustafsson, Angelica Lindén Hirschberg

	lipídico desfavorável			
ALH	Contraceptivos orais melhoram a função endotelial em atletas com amenorreia	2005	The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, Volume 90, Issue 6, 1 June 2005	Anette Rickenlund, Maria J. Eriksson, Karin Schenck-Gustafsson, Angelica Lindén Hirschberg
ALH	Contraceptivos orais não afetam força muscular e desempenho no salto em mulheres ativas	2013	Clinical Journal of Sport Medicine: May 2013 - Volume 23 - Issue 3	Ekenros, Linda MSc, RPT; Hirschberg, Angelica Lindén MD, PhD; Heijne, Annette PhD, RPT; Fridén, Cecilia PhD, RPT
AL	Declaração do consenso do COI: além da Tríade da Mulher Atleta - Deficiência de Energia Relativa no Esporte (REDS)	2014	Br J Sports Med. 2014;48(7):491-497	Margo Mountjoy, Jorunn Sundgot-Borgen, Louise Burke, Susan Carter, Naama Constantini, Constance Lebrun
SB&AH&MR	Níveis séricos de androgênio em mulheres atletas de elite	2014	The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, Volume 99, Issue 11, 1 November 2014, Pages 4328–4335	Stéphane Bermon, Pierre Yves Garnier, Angelica Lindén Hirschberg, Neil Robinson, Sylvain Giraud, Raul Nicoli, Norbert Baume, Martial Saugy, Patrick Fénelichel, Stephen J. Bruce, Hugues Henry, Gabriel Dollé, and Martin Ritzen
ALH	Perfil androgênico de soro e desempenho físico em mulheres atletas olímpicas	2017	British Journal of Sports Medicine 2017;51:1301-1308	Eklund E, Berglund B, Labrie F, et al
ALH	Níveis séricos de antígeno prostático específico complexo e livre são mais baixos em mulheres atletas de elite em comparação com o grupo de controle	2017	F1000Research 2017, 6: 1131	Eklund E, Diamandis EP, Muytjens C et al.
SB	Androgênios e desempenho atlético de mulheres atletas de elite	2017	Current opinion in endocrinology, diabetes, and obesity, 24(3), 246–251	Bermon S.

SB	Níveis séricos de androgênio e sua relação com o desempenho no atletismo: resultados da espectrometria de massa de 2127 observações em mulheres e homens atletas de elite.	2017	British Journal of Sports Medicine 2017;51:1309-1314	Bermon S, Garnier P
SB&ALH	Testosterona Circulante como a base hormonal das diferenças sexuais no desempenho.	2018	Endocrine Reviews Oct 1;39(5):803-829	
SB&ALH	Níveis séricos de androgênio estão correlacionados positivamente com o desempenho atlético e os resultados em competição de mulheres atletas de elite	2018	British journal of sports medicine, 52(23), 1531–1532	Bermon, S., Hirschberg, A. L., Kowalski, J., & Eklund, E.

Categoria Atletas Trans

Código	Título	Ano	Revista	Autores/as
AL&MG	Ensaio: Atletas transexuais: quando a competição é justa?	2005	Lancet. 2005;366 Suppl 1:S42-S43	Ljungqvist A, Genel M.
EV	Variação regional da substância cinzenta no transexualismo masculino para feminino	2009	NeuroImage, 46(4), 904–907	Luders, E., Sánchez, F. J., Gaser, C., Toga, A. W., Narr, K. L., Hamilton, L. S., & Vilain, E.
JH	Tempos de corrida de atletas transgêneros.	2015	Journal of Sporting Cultures and Identities 6 (1): 1-9	Harper, Joanna

JH	Além da justiça: A biologia da inclusão para atletas transgêneros e intersexo	2016	Current Sports Medicine Reports: 11/12 2016 - Volume 15 - Issue 6 - p 386-388	Pitsiladis, Yannis MMedSci, PhD, FACSM1; Harper, Joanna MS2; Betancurt, Jonathan Ospina3; Martinez-Patino, Maria-Jose4; Parisi, Attilio MD5; Wang, Guan1; Pigozzi, Fabio MD, PhD5
MG	Atletas transgêneros: como podem ser acomodados?	2017	Current Sports Medicine Reports: 1/2 2017 - Volume 16 - Issue 1 - p 12-13	Genel, Myron MD
MJM&EV	Atletas transgêneros: em competições esportivas de elite	2017	Livro: Transgender Athletes in Competitive Sport, pp.156-170.	Vilain, Eric & Ospina Betancurt, Jonathan & Guerra, Nereida & Martinez-Patiño, Maria
JH&MJM-P&YP	Implicações de um terceiro gênero para esportes de elite	2018	Current Sports Medicine Reports: February 2018 - Volume 17 - Issue 2 - p 42-44	Harper, Joanna; Martinez-Patino, Maria-Jose; Pigozzi, Fabio; Pitsiladis, Yannis
JH&MJM-P&YP	A fluidez de gênero e implicações para a biologia da inclusão de atletas trans e intersexuais	2018	Curr Sports Med Rep. 2018;17(12):467-472	Joanna Harper; Giscard Lima; Alexander Kolliari-Turner; Fernanda Rossell Malinsky; Guan Wang; Maria Jose Martinez-Patino; Siddhartha S. Angadi; Theodora Papadopoulou; Fabio Pigozzi;

				Leighton Seal; James Barrett; and Yannis P. Pitsiladis
--	--	--	--	---

Capítulo 5: Elementos da naturalização da categoria de atletas cis.

A partir da trajetória metodológica já descrita e do material de análise coletado, esse capítulo trata da análise dos elementos que constituem a base da categorização de atletas cis a partir de “diferenças sexuais”.

Como já visto anteriormente, os paradigmas de verificação de sexo nas categorias esportivas do COI foram mudando ao longo dos anos. Desde os anos 60, a partir de conhecimento sobre os efeitos doping (Ljungvist, 1975; Catling e Ljungvist, 2008), o foco na vigilância dessa categorização tem sido a partir da possibilidade de utilização de substâncias que melhoram a performance, como estimulantes e esteroides anabolizantes, sendo a testosterona uma dessas substâncias. Entretanto, a testosterona é um hormônio que é produzido pelo corpo de todas as pessoas, seja do “sexo masculino” ou do “sexo feminino”, a diferença seria a quantidade. Geralmente pessoas identificadas como do sexo masculino tem uma produção maior de testosterona endógena (que vem do próprio corpo), do que pessoas que são designadas do sexo feminino. Essa noção de hormônios como “masculinos” ou “femininos” é discutida por Rohden (2008) e retomada por Tramontano (2017). Rohden retoma a formulação inicial sobre a existência de hormônios em 1905 por Ernest Henry Starling:

Desde essa época até a década de 1920 predominou a noção de que os hormônios produzidos pelos ovários e pelos testículos seriam específicos, exclusivos de cada sexo e dotados de um papel único na determinação sexual. A presença de hormônios femininos só seria possível nas mulheres e determinaria as suas características sexuais, assim como os hormônios masculinos seriam exclusivos dos homens e determinariam as características masculinas. Contudo, a partir da década de 1920 as experiências realizadas com animais passaram a mostrar a presença dos dois tipos de hormônios em machos e fêmeas. Apesar das nítidas evidências científicas, não houve uma transformação imediata no campo. Os novos dados foram recebidos com muita

resistência e incômodo, e somente uma década depois foi possível aceitar uma nova relação entre hormônios e sexo. (Rohden, 2008, p. 146)

Dentre várias referências de medidas dos valores médios de T para homens e mulheres, em geral aponta-se uma diferença de 10 vezes mais T circulante em homens (Devries, 2008; Karkazis et al, 2012) que mimetiza os 10% em média de diferença de desempenho esportivo entre homens e mulheres (Harper, 2015). Os grupos de pessoas considerados são diversos, mas, invariavelmente, cis, já que esse procedimento visa justamente produzir uma referência biológica associada à ideia de cisgenderidade (correspondência entre uma trajetória de vivência de gênero e uma matriz biológica). Isso não significa que esses valores são suficientes para descrever todas as pessoas. Acontece que algumas mulheres tem mais testosterona do que é previsto nesses valores, e parte da tarefa de estabelecer os limites fisiológicos da categoria esportiva feminina justamente decidindo se essas mulheres podem competir na categoria feminina sem uma vantagem injusta. A partir dessa identificação de mulheres que não correspondem ao modelo, surgem os diagnósticos que visam explicar esses fenômenos, como “Hiperandrogenismo” e “Síndrome de Ovários Policísticos”, bem como suposições de DDS (Diferenças de Desenvolvimento Sexual, ou Intersexo).

A primeira parte desse capítulo trata sobre a luta anti-doping e a relação dessa lógica com a questão da diferenciação sexual, já que essa discussão inaugura alguns raciocínios e procedimentos em relação à definição de “natureza”, hormônios sexuais e desempenho esportivo.

5.1. Doping: Construindo o referencial “humano”

Embora a categoria masculina nunca tenha sido sujeita a provar sua legitimidade de homem (nunca se supôs que uma mulher poderia competir disfarçada de homem na categoria masculina, por exemplo), eu proponho pensar a lógica da luta antidoping como um tipo de verificação de sexo da categoria masculina. Quando uma mulher tem um desempenho esportivo muito acima do comum ela é suspeita de doping. Uma das principais referências para esse limite do “comum” é o desempenho masculino. Quando homens são pegos utilizando substâncias que melhoram o desempenho, o resultado atlético é tido como além do “humano”. Nesse jogo de comparações, o homem é tido como sinônimo de “humano”, enquanto “mulher” é um caso à parte, deduzido a partir da referência central do homem. Essa lógica de pensamento é trabalhada por Laqueur (2001)

ao longo da história em que as mulheres são vistas como cópias imperfeitas dos homens. Essa característica da luta antidoping pode ser interpretada como uma premissa [cis]têmica²¹.

Catling e Ljungqvist (2008) relatam que a luta contra o doping começou por causa da morte de um ciclista Dinamarquês durante as Olimpíadas de Roma em 1960, Knud Enemark Jensen. Com o objetivo de proteger a saúde de atletas, o COI estabeleceu uma comissão médica cujo objetivo era combater o abuso de drogas no esporte olímpico. O interessante de destacar dessa afirmativa é que o objetivo inicial, então, não se tratava apenas de estabelecer condições “justas” de competição, e sim, também evitar que atletas sofressem consequências trágicas do abuso de substâncias que promoviam aumento do desempenho. Contudo, existe controvérsia sobre a morte do ciclista Knud Jensen ter sido em decorrência de doping. Essa ideia foi contestada por Møller (2005), bem como em artigos de revista²² sustentando que a morte dele foi utilizada como propaganda por defensores de uma abordagem mais moralista e vigilante em relação ao doping. A corrida ocorreu em um clima muito quente, vários atletas tiveram insolação. Knud Jensen desmaiou e bateu a cabeça no asfalto. Foi levado para uma tenda de atendimento em uma temperatura também elevada e morreu ali. A autópsia oficial não mostrou nenhum traço de substâncias exógenas. Alguns relatos posteriores do médico legista que não foram comprovados oficialmente, mais a admissão do técnico que ele teria administrado um vasodilatador para seus atletas configurou o contexto para que esse ocorrido viesse a se transformar num dos pilares da luta antidoping.

Mesmo com tudo isso, Catling e Ljungqvist (2008) relatam que a coleta de amostras ainda era baixa, tendo um aumento significativo em 1989, ao que eles atribuem à corrida de 100m da Olimpíada de Seul, em que 3 dos 4 atletas mais bem colocados falharam em seus testes antidoping²³.

Os métodos de teste antidoping começaram com coletas de urina, que eram testadas à procura de substâncias exógenas. As substâncias utilizadas poderiam ser da categoria de estimulantes, utilizadas na hora da competição, e, portanto, a coleta de

²¹ Com essa grafia, me refiro a um tratamento sistemático que performa[enacts] a cisnormatividade.

²² <https://www.sportsintegrityinitiative.com/the-truth-about-knud-revisiting-an-anti-doping-myth/>

²³ <https://www.dailymail.co.uk/home/moslive/article-2169255/Dirtiest-Olympics-race-history-1988s-100m-final-year-steroids-turned-sport-sour.html>
<https://www.telegraph.co.uk/sport/othersports/athletics/10325587/1988-Olympic-100m-final-what-happened-next-to-athletes.html>

amostras precisaria ser durante o evento. O principal método de detecção de substâncias exógenas na urina era a Cromatografia em Fase Gasosa, para narcóticos e estimulantes (Catling e Ljungivist, 2008).

Eventualmente também foram desenvolvidos métodos de utilização gradual de substâncias em ciclos, que produziriam efeitos posteriores, e, por isso, instituiu-se verificações fora da competição também. Na época foi discutido se esse procedimento seria uma invasão da privacidade de atletas fora da temporada de competição, mas eventualmente foi naturalizado como uma prática necessária para manutenção do controle antidoping. Parte do Código da Agência Mundial Antidoping é que o/a atleta que esteja sendo monitorado/a informe o seu paradeiro para que possam ser planejadas coletas sem aviso prévio (WADA, 2019).

Em resumo, o procedimento para detectar substâncias ilegais é descrito em Ljungvist (2008) e funciona a partir da comparação entre referências populacionais padrão (“normativas”) e amostras de indivíduos para quem foi administrada a substância a ser investigada, para estabelecer os critérios dos testes positivos. Comparando os “dopados” e “não dopados” é possível configurar os parâmetros de detecção para as amostras de atletas.

Para investigar o uso de Testosterona, um dos métodos era verificar nas amostras a razão entre Testosterona e Epitestosterona (T/E). A produção dessas substâncias no organismo ocorre em harmonia. Se um/a atleta utilizasse testosterona exógena, essa razão ficaria deslocada, já que a proporção de T seria excessiva em relação à produção endógena de Epitestosterona. Para determinar os pontos de corte da razão entre Testosterona e Epitestosterona (T/E), milhares de amostras de atletas foram analisadas para estabelecer os valores de referência. O método utilizado para detecção era espectrometria de massa de razão isotópica e a validação do método era feita a partir da combinação de vários resultados positivos e negativos comparados no laboratório.

Após controvérsias e mudanças de propostas de valores de referência, o limite definido foi 4. Entretanto, Stranhm et al (2009) realizaram um estudo em jogadores de futebol comparando variações étnicas e a razão de T/E. O procedimento para obtenção de um valor de referência para cada grupo étnico do estudo produziu valores diferentes: africano 5.6; asiático: 3.8; caucasiano: 5.7 e hispânico: 5.8. Logo, adotar um valor universal para essa medida não é um bom método para detectar a presença de T exógena.

Esse procedimento de identificar um padrão de quantidade de substância no corpo “humano” é também utilizado para estabelecer os limites fisiológicos entre sexos. No contexto esportivo, concordando com a lógica já trabalhada por Rohden (2009), Machado (2008; 2005) e Tramontano (2017), a diferença sexual baseada no paradigma hormonal, é eleita como a razão única da inquestionável superioridade física do sexo masculino. Logo, os valores basais hormonais ganham inteligibilidade a partir da hierarquia sexuada em que o limite feminino do desempenho é necessariamente definido pelo masculino, por sua vez associado então ao limite superior de desempenho “humano”.

Mulheres que ultrapassam o limite superior da quantidade de T esperada são associadas a diagnósticos patologizantes e seus desempenhos são tidos como ultrapassando o limite adequado e “natural”. A utilização de substâncias que melhoram o desempenho para atletas homens pode levá-los a superar a expectativa do que é humanamente possível. Quando a mesma lógica é aplicada a atletas mulheres, o seu desempenho é deslocado para escala do “masculino”. Assim, o controle antidoping pode ser visualizado na categoria masculina como um tipo de verificação de sexo, já que esse sexo é associado ao humano universal de desempenho esportivo superior.

Outro destaque da análise em relação à questão do doping está relacionado com a produção de Arne Ljungvist, considerado um dos fundadores da luta antidoping. Em 1975 ele publicou um artigo que analisava o uso de doping por atletas suecos: os 10 melhores atletas homens de cada categoria do atletismo, sendo um total de 144 atletas, sendo que 99 completaram o questionário. Nesse artigo, ele relatava efeitos colaterais do uso de esteroides anabolizantes: 74% dos atletas tiveram efeitos colaterais, sendo os mais frequentes aumento de peso, aumento de apetite e aumento da massa muscular. Em menor grau tiveram distúrbios mentais. Alguns ficaram mais agressivos e ativos, e outros o exato oposto. Nem todos que usaram esteroides tiveram um desempenho melhor: 61% dos usuários tiveram um desempenho melhor, e 39% não melhoraram, sendo que alguns inclusive pioraram. Na conclusão do artigo, ele retomou 3 principais aspectos da conclusão: a) que o uso de esteroides anabolizantes é relativamente comum entre atletas de elite (no atletismo), particularmente os de arremesso; b) a eficácia na melhora de desempenho é questionável, já que um número significativo de atletas que utilizaram esses esteroides não melhorou seu desempenho (ainda que treinando deliberadamente mais intensamente); c) os sintomas médicos a curto prazo analisados não foram importantes clinicamente.

Esse relatório foi publicado em 1975 na revista britânica de medicina do esporte (British Journal of Sports Medicine). Quinze anos após a morte de um atleta supostamente relacionada a doping, uma pesquisa conduzida com atletas suecos demonstrou pouca relevância médica no uso dessas substâncias e também não apontou eficácia comprovada no desempenho. O objetivo de retomar o retrato do conhecimento sobre doping naquela época, ainda que atualmente já exista outro conjunto de conhecimentos diferentes, é fazer uma comparação sobre como foi tratada a vigilância sobre competição “justa” da categoria feminina e masculina na mesma época, com bases similares.

Traçando um paralelo com a vigilância da categoria feminina, a mera suspeita de que poderiam haver homens se fazendo passar por mulheres em competições mundiais resultou em todas as atletas mulheres serem examinadas e terem suas salivas coletadas para exames genéticos com a promessa de proteção da competição justa e segura. Enquanto isso, nem mesmo a morte de um atleta (mesmo que sob controvérsia se foi por doping ou não) produziu postura semelhante em relação à segurança de atletas ou mesmo de garantia de competições justas. Esse fato entra em acordo com as análises de Rohden (2008; 2009) sobre a vigilância dos corpos das mulheres.

Esse quadro mudou a partir de 1988²⁴, quando quase todos atletas do pódio da corrida dos 100m na Olimpíada de Seul foram pegos no teste de doping. Numa primeira análise, pode-se sugerir que o que realmente disparou a preocupação para a vigilância é a soma de fatores entre utilização de substâncias ilegais e a obtenção do resultado em si. A vigilância passou a ser maior especialmente entre os atletas ganhadores das competições. Atletas que não atingiram resultado digno de pódio e utilizaram substâncias ilegais não eram motivo de preocupação, pois não obtiveram vantagem com isso. Destaco que na categoria feminina, se essa mesma lógica fosse utilizada, poderiam só testar posteriormente as atletas que atingiram o pódio, mas no caso da categoria feminina, a lógica é antecipatória. Os testes de verificação de sexo (que precederam os de doping) eram pré-requisito para participar independentemente do desempenho.

Outra categoria de análise para o resultado em Seul, além do desempenho e do uso de substâncias ilegais: todos os atletas eram negros. Será que a raça/cor é um fator

²⁴ <https://www.dailymail.co.uk/home/moslive/article-2169255/Dirtiest-Olympics-race-history-1988s-100m-final-year-steroids-turned-sport-sour.html>
<https://www.telegraph.co.uk/sport/othersports/athletics/10325587/1988-Olympic-100m-final-what-happened-next-to-athletes.html>

que também dispara a vigilância quando associada à desempenho excelente? Ou será que é um fator de análise caso a caso como ocorrido alguns anos depois, já nos anos 2000, com Justing Gatlin²⁵, competidor do atletismo demonizado pela mídia por ter falhado no teste de doping duas vezes. Na primeira vez ele foi isento de culpa, visto que os traços de anfetamina encontrados na sua amostra eram consistentes com o uso de medicamento para Transtorno de Déficit de Atenção, diagnóstico que ele tinha desde os 9 anos. A avaliação da comissão foi que os traços de anfetamina encontrados eram consistentes com a suspensão do uso do medicamento 3 dias antes da competição, que era preconizado como protocolo.

A segunda falha no teste de doping encontrou testosterona exógena. Gatlin se defendeu dizendo que foi vítima de sabotagem, acreditando que seu fisioterapeuta poderia ter passado testosterona em gel de má fé, como vingança por sua demissão que estaria por acontecer. Entretanto, não era possível provar essa alegação. A reputação do atleta ficou marcada, o que prejudicou sua relação com mídia, fãs e patrocinadores. Ainda que seja necessária uma análise mais pormenorizada de como a raça pode ser um fator no viés de condenação, é notável que exista tratamentos diferenciados em casos de atletas negros/as pegos no doping que se dizem vítimas de sabotagem ou erro²⁶. Considerando as análises de Douglas (2012) sobre o tratamento midiático dado a atletas negras como Serena Williams, deve-se estar atento aos mecanismos de exclusão sistêmica de populações através desses meios de demonização midiática e como a raça pode ser um fator disparador de tratamentos diferenciados, no sentido de fazer a manutenção de uma sociedade racista.

Para materializar o que é considerado doping, existem elementos como sangue, urina, métodos de análise (alguns exemplos que aparecem na literatura: espectrografia de massa por cromatografia em fase líquida, espectrografia de massa por cromatografia em fase gasosa, imunoensaio e espectrografia de massa com razão isotópica). De acordo com a praxiografia de Mol (2002) é como se cada um desses métodos produzisse um objeto diferente. Universos múltiplos. Esses múltiplos objetos podem ser: um exame de urina que testou positivo para uma substância exógena a partir do método de espectrometria de massa por cromatografia em fase gasosa, um exame de sangue que demonstra uma razão entre Testosterona e Epitestosterona (T/E) acima do limite de 4. Esse limite da razão T/E

²⁵ <https://www.sportsintegrityinitiative.com/demonising-justin-gatlin/>

²⁶ <https://www.sportsintegrityinitiative.com/trouble-ostarine-jimmy-wallheads-story/>

foi modificado ao longo do tempo por diferentes comparações, sendo que o normal ideal é tido como 1:1, mas aceita-se até o limiar de 4. Entretanto, já foram indicadas variações significativas dependendo da etnia do grupo estudado (Strahm et al, 2009).

A convergência desses múltiplos objetos é o que materializa o “atleta dopado” ou “atleta limpo”. A base de dados que constitui os valores “normais” é um elemento de análise relacionada à epistemologia dos corpos: quem compõe o que é o normal? Para atletas é o mesmo que não atletas? Fazem diferença idade, raça, origem geográfica e outros fatores? Como lidar com os erros? Sabotagem? Erro na amostra? Toda essa parafernália do doping, quando executada em conjunto, materializa o atleta que passou ou não naquele teste de doping. Sendo contínuo e repetitivo, e, portanto, relacionado com o conceito de performatividade de Butler, essa materialização de atleta pode estar sempre sujeita à falha.

A grande proposta para complementar os testes que procuram substâncias ilegais é o Passaporte Biológico Atlético. Ele consiste no monitoramento contínuo do desempenho e de parâmetros fisiológicos. Assim, cria-se uma base de dados robusta, longitudinal ao longo do tempo, que fornece um espectro de desempenho e de bases normativas de valores fisiológicos hormonais ao longo do tempo de cada atleta que pode então ser analisado por uma melhora “suspeita” no desempenho ou mudanças fisiológicas atípicas de acordo com o padrão individual já estabelecido de cada atleta. Ainda que se utilize a razão entre Testosterona e Epitesterona, esse valor é analisado em contexto com a base de dados individual daquele atleta para contornar o erro devido à variabilidade em relação a essa medida pretensamente universal.

Se a questão do doping envolve estabelecer valores normativos de substâncias que expressam os limites do humano, esse exercício de análise é uma preparação para a etapa seguinte: a análise de como se constitui a categoria Feminina no Esporte.

5.2. Categoria Feminina: delineando os limites de uma fisiologia “da mulher”.

Os artigos selecionados para esse segmento da análise podem ser divididos em subcategorias: antes de 2015, em que os focos eram relacionados com distúrbios

menstruais (amenorreia e oligomenorreia²⁷), uso de contraceptivos orais e síndrome de ovário policístico; após 2015 a produção aponta para um esforço mais explícito em estabelecer relações de vantagens competitivas e hormônios androgênicos.

5.2.1. Mulher atleta: menstruação em primeiro lugar

Acompanhando Rohden (2009) na análise tanto sobre a ciência da diferença sexual e os hormônios na construção da “mulher” a partir da menstruação e de hormônios “femininos”, a produção analisada começa com uma busca pelos mecanismos que expliquem os distúrbios menstruais em mulheres atletas e outros desequilíbrios hormonais (Lindholm et. al, 1993; Fridén et. al, 2003; Rickenlund et. al, 2003; Rickenlund et. al, 2005a e 2005b). Todo esse bloco está relacionado com a autora Angelica Lindén Hirschberg (ALH) que aparece como coautora. Em Lindholm et al. (1993) constata-se que os distúrbios menstruais em atletas são frequentes e que atividades extenuantes podem estar associadas à ausência de menstruação, mas os mecanismos pelos quais isso ocorre não são inteiramente conhecidos. A ausência de menstruação em atletas aparece associada a desequilíbrio de hormônios como FSH e LH e a deficiência de estrogênio. A maior parte dos estudos da época apontava que a concentração de hormônios androgênicos em atletas estava dentro da faixa normal ou ainda um pouco abaixo. O desafio do desenho de pesquisa proposto então era avaliar atletas em relação a outros hormônios relacionados ao estado anabólico (estado que favorece a hipertrofia, construção de músculos) como, por exemplo, hormônio de crescimento (GH ou somatotropina), fator decrescimento semelhante à insulina 1 (IGF-1) e insulina, relacionando todos eles com os estados de menstruação (amenorreico, oligomenorreico ou saudável).

Os dados coletados demonstraram que quanto menos menstruação (amenorreico é ausência total de menstruação, enquanto oligomenorreico é menstruação irregular, com frequência reduzida), maior o nível de cortisol basal, o que indicaria um desequilíbrio endócrino. Os níveis de gordura de atletas eram menores do que os do grupo controle, mas nenhuma relação estatística entre o perfil endócrino e os dados antropométricos foi

²⁷ Amenorreia é definida como ausência de menstruação, e oligomenorreia ocorrência de menstruação em intervalos de tempo longos e/ou irregulares (intervalo maior do que quatro semanas, de 5 a 9 menstruações por ano)

encontrada. Os níveis de SHBG (Globulina ligadora de hormônios sexuais) foram menores no grupo de atletas amenorreicas e oligomenorreicas do que o grupo controle.

A Globulina ligadora de hormônios sexuais é uma proteína importante na regulação de esteroides sexuais e influencia na regulação de testosterona. A regulação fisiológica dela é complexa e multifatorial. Entre os fatores que a afetam está o equilíbrio entre estrogênio/androgênio, e algumas evidências apontam também para a influência de hormônios reguladores da tireóide. Pesquisas da época também apontavam para a importância da insulina na regulação da SHBG.

Cortisol²⁸ é um hormônio relacionado ao stress e à inflamação. Lindholm et al (1995) relatam que níveis altos crônicos de cortisol estão relacionados à baixa gordura corporal, distúrbios menstruais e redução de densidade mineral óssea com risco aumentado de fraturas por stress. Embora já se soubesse ser comum que altos níveis desse hormônio ocorresse em atletas, a causa era desconhecida. Algumas hipóteses foram levantadas para fazer essa investigação sendo que as mais fortes para o desenho de pesquisa foi relacionado ao ACTH (Hormônio adrenocorticotrófico) que estimula a produção de cortisol. Para estudar essas relações, foi administrado uma substância sintética similar ao ACTH em uma amostra de 13 corredoras de longa distância, e, então, vários parâmetros sanguíneos foram analisados.

Questões relevantes para essa linha de investigação: por que os níveis de cortisol cronicamente altos em atletas mulheres (sendo que aqui, mulher refere-se a pessoas que poderiam/deveriam menstruar) é razão de investigação como uma especificidade de mulheres e não como algo universal de seres humanos? Lindholm et. al (1995) afirma que atletas “homens” (male, que numa tradução literal talvez fosse “macho”) o cortisol não permanece cronicamente aumentado, ele aumenta durante o exercício extenuante, mas logo se normaliza após o repouso. Então, o contexto em que a busca pela compreensão das relações entre cortisol, exercício e menstruação está relacionado à fixação da matriz das diferenças sexuais, que atribui a pessoas do sexo “feminino” a tendência de uma resposta particular do cortisol ao exercício. As mulheres são um caso específico de “humano”.

²⁸ <https://firstendurance.com/cortisol-and-overtraining-syndrome-why-an-athlete-should-care/>
<https://endurelite.com/blogs/free-nutrition-supplement-and-training-articles-for-runners-and-cyclists/cortisol-levels-and-cardio-what-endurance-athletes-need-to-know>

No contexto de investigação dos mecanismos de resposta ao exercício crônico de glândulas adrenais e produção de esteróides, Lindholm e colaboradores (1995) afirmam que 50% da concentração sérica de T é de origem ovariana. Isso desafia o paradigma de que Testosterona é o hormônio “do homem/testículos”. O deslocamento da lógica binária “homem/testículo/testosterona” vs “mulher/ovário/estrogênio” passa a ser então expresso pelas quantidades dos hormônios e diferenças nas respostas de produção desses hormônios, como o cortisol cronicamente elevado. As únicas hipóteses para entender essas diferenças observadas são de matriz biológica, tentando associar os fenômenos observados com mecanismos de diferenças sexuais.

A conclusão final do artigo de Lindholm et al (1995) é que os níveis aumentados de cortisol nas atletas de resistência é uma alteração fisiológica de adaptação à quadros de deficiência energética. Mecanismos similares foram observados em condições de equilíbrio energético negativo como inanição, envelhecimento e doenças crônicas. A associação entre atletas mulheres de resistência e balanço energético negativo está associada com a Síndrome da Mulher Atleta, diagnóstico que evoca uma associação entre mulheres e uma “essência” inadequada para o esporte. Ele é caracterizado pela presença de distúrbios na menstruação (ausente ou irregular), baixa densidade mineral óssea e balanço energético negativo (baixa quantidade de gordura corporal, possivelmente associado a distúrbios alimentares) e é um fator preditor de fraturas e lesões em corredoras (Rauh, 2014).

O destaque para essas produções é que existem múltiplos fatores influenciando hormônios e substâncias nas atletas. As relações entre cortisol aumentado e andrógenos não apontaram para um estado anabólico dessas atletas, e apesar de algumas hipóteses serem formuladas em congruência com estudos anteriores, não foi possível concluir facilmente como se explicam as interações entre essas substâncias e os distúrbios de menstruação em atletas, não sendo estes tidos como resultado de uma variável única. Os efeitos do hormônio de crescimento no tecido ovariano foram uma possível explicação da ausência de menstruação, retomando a ideia de que todas as explicações de fenômenos em “mulheres” devem vir de órgãos sexuais femininos. Além disso, o contexto teórico em que o artigo se coloca, é o de buscar causas puramente hormonais ou “biológicas” para esse fenômeno. Nessa posição, o corpo torna-se, é performado [enact] como os seus marcadores biológicos sanguíneos (quantidade de SHBG, GH, cortisol, andrógenos, estrógenos) e a condição da menstruação (ausente, reduzida ou com frequência

considerada normal). Esses são os fatores que explicam o corpo “da atleta mulher”. Além disso é importante descrever as amostras dos estudos: 13 mulheres atletas, que não tiveram sua raça descrita, mas pelo fato da pesquisa ser na Suécia pode-se suspeitar que sejam todas brancas, e também cisgêneras. As atletas eram de corridas de média e longa distância, ou seja, quando se fala em atleta nesse contexto, não é necessariamente transponível para todo tipo de esporte (como esportes mais voltados para força e explosão).

Em Lindholm et al (1993; 1995) foram testadas hipóteses da relação entre os distúrbios de menstruação e os mecanismos envolvidos na produção de cortisol. Ambas investigações apostavam que a principal explicação para os distúrbios de menstruação era a Síndrome da Mulher Atleta, e não encontrando referências de que atletas tivessem hormônios andrógenos particularmente elevados. Em Tsilchorozidou e colaboradores (2003) – que tem Gerard Conway como coautor (GC) - hipóteses envolvendo Síndrome de Ovários Policísticos e enzimas que influenciam na produção de cortisol e hormônios andrógenos também são propostas, fortalecendo a rede investigativa que busca escrutinar a causa do Hiperandrogenismo associada a interações com cortisol.

Em Rickenlund et. al (2003) e Hagmar et. al (2009) uma mudança de paradigma surge: Hiperandrogenismo e Síndrome do Ovário Policístico aparecem como mecanismos que explicam distúrbios de menstruação, e que fornecem vantagem no desempenho de atletas de força/explosão, já que androgênios estão associados ao aumento de força. Essa hipótese é uma novidade em relação às investigações anteriores que supunham que a única explicação estava relacionada à Síndrome da Mulher Atleta.

Essa mudança de paradigma performa[enacts] outra figura do que seria a mulher atleta. Não é o mesmo fenômeno sob outro ponto de vista, é um objeto diferente. O fenômeno “mulher atleta com distúrbio de menstruação” é performado em um palco diferente. Se antes, a mulher atleta era unicamente associada a um distúrbio de menstruação por falta de energia disponível, como se o esporte causasse um dano diferenciado em mulheres, como se seus corpos não fossem apropriados para as altas demandas dos esportes, numa relação implícita de essência inapta para o esporte, agora a virilidade do esporte “contamina” a mulher atleta (cis). A materialização dessa virilidade na literatura científica aparece através do hiperandrogenismo como hipótese de causa dos distúrbios de menstruação em atletas. Na investigação de Hagmar et. al (2009) 90 atletas olímpicas suecas compuseram a amostra. De uma amostra de 90 atletas, 47% estavam usando contraceptivo oral e, portanto, não apresentam ciclo menstrual propriamente dito,

já que é o hormônio exógeno que regula esses ciclos. Entre as 53% restantes (n=48), 13 atletas apresentavam distúrbios de menstruação. Dentre elas, apenas 6 foram diagnosticadas com Síndrome de Ovário Policístico, 5 foram consideradas idiopáticas, ou seja, não foram encontradas as causas de ausência ou redução na frequência de menstruação. As duas restantes foram diagnosticadas com inibição hipotalâmica e hiperprolactinemia.

De todos os exames de ultrassom, 22 apresentaram ovários policísticos. Para o diagnóstico da Síndrome do Ovário Policístico, considera-se o consenso de Rotterdam, o qual estabelece que pelo menos 2 de 3 características devem ser observadas: 1) anovulação ou oligovulação (que clinicamente nesse contexto é representada pela amenorreia e oligomenorreia); 2) sinais clínicos ou bioquímicos de hiperandrogenismo; 3) e detecção de ovários policísticos por ultrassom. De acordo com o artigo, as 6 atletas com o diagnóstico apresentavam distúrbio menstrual e sinais clínicos ou bioquímicos de hiperandrogenismo (sem especificar que sinais eram esses).

Juntando forças com Rickelund et al (2003) e Rickenlund et al (2004), a discussão afirma que Síndrome de Ovários Policísticos é o principal mecanismo associado à distúrbios de menstruação em atletas. Em Rickenlund et al (2003), em 25 atletas com distúrbios de menstruação, 8 foram classificadas como hiperandrogênicas, utilizando como parâmetro a razão entre Testosterona e SHBG >0.050 . Em Ultrassonografias realizadas após a identificação das atletas hiperandrogênicas apareceram 3 de 7 com ovários policísticos (1 faltante). O estudo afirma que nenhuma das atletas tinha hirsutismo (pelos em padrão “masculino”) ou acne – que seriam sinais clínicos de hiperandrogenismo utilizados no diagnóstico de SOP.

Isso indica que esse diagnóstico funciona como uma patologização da virilidade em mulheres, adicionada da “falha” em apresentar a menstruação considerada “normal”. Para essas atletas, não existe nenhum indício de problemas de saúde relacionados a esse quadro. Os sinais clínicos de “hiperandrogenismo”, ou seja, de masculinização, são o próprio problema em si. Em relação a quantidades de T circulante, Rickenlund et al (2003) apontam para um perfil androgênico estatisticamente significativo maior nas atletas com hiperandrogenismo e menstruação irregular, do que nos outros 2 grupos (menstruação irregular sem hiperandrogenismo e menstruação regular), mas em valor absoluto, a média apresentada para o hiperandrogênico foi de 1.9 nmol/L, para 1.1 nmol/L e 1.2 nmol/L nos outros grupos. Apesar da narrativa do artigo destacar a maior quantidade

de T, em relação ao espectro de normalidade, esse valor não é nada fora do comum. O efeito dessa narrativa é de supervalorizar essa diferença das atletas hiperandrogênicas.

Essa mesma supervalorização de pequenas diferenças acompanha as discussões convergentes de Rickenlund et al (2004). As autoras afirmam que hipoteticamente a hiperandrogenia poderia provocar vantagens atléticas. Entretanto, na conclusão de Rickenlund et al (2003) afirma-se que as evidências apontavam que o treinamento era o fator predominante, e não o perfil endócrino (a partir de comparações de resultados entre o teste de esteira e o de força de preensão palmar).

O efeito discursivo dessa rede de produção é de superestimar os efeitos de “masculinização” nas mulheres atletas com distúrbios menstruais e sinais de hiperandrogenismo. Esse diagnóstico aparece como uma forma de patologizar as mulheres que desviem da expectativa de feminilidade, pois o vetor fundamental da atribuição dele não é nenhuma função comprometida que não a feminilidade e a ovulação regular. A “masculinidade” em si é que é a patologia quando aparecem nessas mulheres. Com grupos de 8, até 16 atletas suecas, brancas e cisgêneras, em que menos da metade apresenta sinais de Síndrome de Ovário Policístico e sem evidências contundentes de vantagens atléticas nem testosterona acima do normal, o efeito da narrativa é de criar a figura hiperdimensionada da “mulher atleta masculinizada” que não menstrua regularmente, é mais forte e tem mais testosterona.

Logo, se a mulher atleta antes era associada com a Síndrome da Mulher Atleta: distúrbio de menstruação, densidade óssea reduzida e balanço energético negativo, agora ela se transforma na Síndrome do Ovário Policístico/Hiperandrogenismo, que poderia ser também chamado de “Síndrome da Mulher Masculinizada”. Se a atleta da Síndrome da Mulher Atleta era frágil, com densidade óssea reduzida, e implicitamente não era feita para esporte com alta demanda física, a atleta da síndrome do Ovário Policístico é masculinizada, viril, e por isso também, doente, errada. Ambas têm em comum o ponto de partida de distúrbio da menstruação e, portanto, desvio do que seria uma “essência feminina”. Se existia uma rede investigativa focada na interação com o cortisol como causa de estado catabólico ou do aumento de andrógenos (Lindholm et al, 1993 e 1994; Tsilchorozidou et al, 2003), no contexto esportivo o foco foi redirecionado para a hiperandrogenia como causa de distúrbio menstrual em atletas. Aparecem duas origens possíveis para esse fenômeno: Deficiência Energética Relativa (antiga Síndrome da Mulher Atleta) ou Síndrome do Ovário Policístico. A primeira indica fraqueza óssea,

maior chance de fraturas e baixo estrogênio. A segunda indica força, maior densidade óssea e maior quantidade de hormônios andrógenos.

A amenorreia também é estudada em relação a disfunções endoteliais²⁹ e perfil lipídico desfavorável (Rickenlund et. al, 2005). Mulheres magras e praticantes de esporte com amenorreia e oligomenorreia foram estudadas e comparadas em relação a grupos controle com menstruação regular. Foi observada uma relação entre a ausência de menstruação e perfis lipídicos desfavoráveis, como colesterol acima do valor de referência e função endotelial reduzida. A amenorreia foi associada predominantemente à Deficiência Energética Relativa em Esportes, sendo que o hiperandrogenismo foi um mecanismo considerado secundário nesse estudo. Embora os valores dos parâmetros observados estejam associados ao risco cardíaco aumentado, o artigo não pôde concluir se para atletas jovens e magras se verifica esse risco, ainda que os valores estivessem acima do patamar que é considerado adequado.

Em resumo, essa rede de produção científica fortalece os modelos explicativos para distúrbios de menstruação em atletas cis, que são basicamente dois: Deficiência Energética Relativa em Esportes (antiga Síndrome da Mulher Atleta) e Hiperandrogenismo. O primeiro associado com falta de estrogênio, o segundo com hormônios androgênicos aumentados. Essas características envolvem resultados diferentes pra vários parâmetros, entretanto, por ambos apresentarem o sintoma clínico na menstruação, eles são agrupados na mesma categoria de análise. Mais uma vez, a mulher atleta é performada[enact] pela ausência de menstruação. Os desenhos de pesquisa buscam associá-la com doenças, diagnósticos e com consequências negativas. Além disso, Rickenlund e.t al (2005a; 2005b) encontram diferenças significativas entre atletas que não menstruam (amenorreicas, geralmente definidas nas pesquisas por ausência de menstruação por no mínimo 3 meses) e atletas que têm a menstruação bem reduzida (oligomenorreicas, definida por intervalos entre menstruação de mais de 6 semanas, com 5 a 9 ocorrências de menstruação por ano). São mecanismos diferentes que produzem essas variações na menstruação e que produzem também efeitos distintos, quase que opostos. Entretanto, é recorrente que os estudos agrupem essas duas condições dentro da mesma categoria como “disfunções da menstruação”, em oposição a pessoas que tenham

²⁹ Endotélio é um tecido que reveste as camadas internas de vasos sanguíneos e do coração. É uma camada protetora que atua na homeostase vascular. Disfunções desse tecido estão associadas a problemas cardíacos e circulatórios, como enrijecimento dos vasos e aterosclerose (Storch, 2017)

menstruação regular, normal (definida como menstruações com intervalo de 22 a 34 dias em Rickenlund et. al (2005a). Isso também é um recurso discursivo de agrupamento de sentido tendo como chave para a compreensão da mulher “normal” o status da menstruação “saudável”, e que para fazer essa oposição binária, agrupa no mesmo campo de significado qualquer estado que seja diferente do “normal”, mesmo que eles tenham características fisiológicas totalmente distintas.

Enquanto isso, o que se diz das atletas que não possuem disfunções na menstruação? Linden et. al (2003) testa se existem diferenças de força e resistência ao longo das fases da menstruação. A inovação apresentada por esse trabalho foi a medida dos valores hormonais para cada fase da menstruação. Não foram encontradas diferenças de desempenho ao longo dessas fases. Mesmo assim, as autoras consideraram importante continuar a investigação das influências dos ciclos menstruais para prescrição de treino para atletas. Novamente, as mulheres cisgêneras são significadas a partir da menstruação, e um treino prescrito para estas deve considerar o ciclo menstrual como parâmetro fundamental, mesmo quando o estudo não encontra diferenças de força e resistência ao longo do ciclo.

Se o perfil lipídico e função endotelial podem estar sendo comprometidos nas atletas amenorreicas devido aos baixos níveis de estrogênio (Rickenlund et al, 2005a), então se cogita o tratamento com contraceptivos orais para regularizar esses parâmetros. O estudo relata melhoria da função, mas com alguns efeitos adversos no perfil lipídico. Nesse estudo, o grupo de atletas amenorreicas era composto por corredoras de média e longa distância, o que indica que o mecanismo predominante da alteração da menstruação provavelmente é a Deficiência Energética Relativa, associada ao baixo nível de estrogênio. Faz sentido, então, a proposição de utilização de contraceptivo oral baseado em estradiol para a verificação da melhoria da função endotelial.

Relembrando que mecanismos distintos estão envolvidos nos distúrbios de menstruação em Rickenlund et. al (2004), chamou a atenção que para esse estudo dos efeitos do contraceptivo oral o grupo “atletas amenorreicas” foi associado unicamente com deficiência de estrogênio e Deficiência Energética Relativa, ignorando a hipótese do Hiperandrogenismo. De acordo com os estudos mencionados até então, o tipo de esporte praticado pode indicar qual é o perfil mais provável: atletas de resistência (corrida de média e longa distância) estariam mais frequentemente associadas com amenorreia por

Deficiência Energética Relativa, e atletas de esportes de força e explosão estariam mais frequentemente associadas à oligomenorreia por Hiperandrogenismo.

Essa diferença é importante quando o mesmo grupo de pesquisadoras/es investiga a relação entre Contraceptivos Orais e desempenho (Rickenlund et. al, 2005). Na conclusão afirma-se que não foi demonstrado nenhum prejuízo para performance de atletas nos testes de desempenho. Entretanto, no grupo de atletas com distúrbios menstruais, houve um aumento maior de massa gorda e um declínio de 6% no teste de resistência. Foi encontrada correlação entre o aumento de peso e o declínio de andrógenos. O declínio do desempenho não foi considerado relevante. Não foi feita nenhuma suposição de que os diferentes mecanismos fisiológicos que promovem alterações na menstruação poderiam reagir de formas distintas ao uso de contraceptivos orais, visto que somente nas atletas com Deficiência Energética Relativa existe baixa densidade mineral óssea e baixo estrogênio. Não se supõe que a atleta cujo distúrbio menstrual possa ser advindo de hiperandrogenismo possa ter declínio no seu rendimento.

Implicitamente, isso demonstra descaso com o desempenho das atletas hiperandrogênicas e favorecimento da medicalização de pessoas com com contraceptivos orais. É como se a “essência feminina” representada por esses hormônios fosse sempre o melhor remédio para produzir mulheres saudáveis. A falha na feminilidade, seja por baixo estrogênio ou altos níveis de andrógenos, é o principal diagnóstico, sendo os contraceptivos orais a principal cura.

Se até aqui foram traçados perfis de atletas com “disfunções” de menstruação em comparação com atletas que tem menstruação “normal” ainda restava estabelecer parâmetros normativos dos níveis de hormônios andrógenos entre “atletas” e “não atletas”. Bermon et al (2014) publicam o artigo “Serum Androgen Levels in Female Athletes” (Níveis de Androgênios Séricos em atletas mulheres) com proposta. Nele, aparecem 3 dos pesquisadores/as chave da rede investigada: Stephane Bermon (SB) que é representante da Comissão Antidopagem da Federação Internacional de Atletismo, Angelica Lindén Hirschberg (ALH) e Martin Ritzen (MR). Com o objetivo de implementar a modalidade de esteróides sanguíneos no Passaporte Biológico de Atleta a prevalência de DDS (Diferenças de Desenvolvimento Sexual) e Hiperandrogenismo também foi investigada para alimentar a discussão sobre os limiares de T aceitos para elegibilidade na categoria feminina.

A demanda desse tipo de produção tem um contexto jurídico de batalhas na Corte Arbitral do Esporte a partir da suspensão das atletas Dutee Chand e Caster Semenya. Elas foram suspensas por terem excesso de andrógenos relacionados à intersexualidade e serem declaradas ineligiáveis para competição na categoria feminina pelas normas da Federação Internacional de Atletismo (World Athletics - instituição que Stephan Bermon representa). Ao desafiar judicialmente essa regulamentação, a Corte Arbitral do Esporte incumbiu a Federação Internacional de Atletismo de apresentar evidências de que os níveis de Testosterona encontrados nas atletas de fato produziam vantagens proporcionais à diferença entre homens e mulheres (de 10% a 12%).

O método em Bermon et al (2014) consistiu em medir os níveis de T, sulfato de desidroepiandrosterona, androstenediona, SHBG e gonadotrofinas cromatografia líquida-espectrometria de massa ou imunoensaio. Alguns parâmetros levados em conta para a comparação: raça/etnia, uso de contraceptivos hormonais, tipo de modalidade praticado (dentro do atletismo: corrida de curta, média e longa distância, arremessos, saltos), estado da menstruação.

A amostra foi composta por 855 atletas que participaram do campeonato mundial de atletismo de 2011 em Dagu, Coréia do Sul, como parte do projeto de Passaporte Biológico de Atleta, que coleta dados biomédicos a partir de sangue e urina. As atletas que competem em campeonatos internacionais somente o fazem mediante consentimento ao programa antidopagem o que implica que seus dados podem ser usados em pesquisas que fundamentam o programa. Nesse sentido, Stephane Bermon, como representante da comissão médica e científica da Federação tem acesso facilitado a um grande conjunto de dados.

Para apresentar os valores da média, mínimo e máximo, e percentis 25 e 75, o estudo retirou das estatísticas atletas que foram pegas no doping ou que fossem diagnosticadas com alguma condição intersexo. O desenho do estudo propositalmente retira essa parcela da população de atletas com o objetivo de estabelecer um valor de referência de “atletas mulheres” necessariamente endossexo. A linha de corte produzida por esse procedimento traça um limite explícito que separa as atletas endossexo cisgêneras com ovário policístico das atletas intersexo. O valor calculado do percentil 99 da amostra final de 717 atletas (retirando as que tinham utilizado doping, as que eram intersexo e as que utilizavam contraceptivos orais) foi de 3.08 nmol/L. Para a proposta dos autores foi um valor considerado coerente, já que é menor do que o limite de 10

nmol/L (referência limite inferior de níveis masculinos de T), próximo do valor de 2.78 nmol/L (referência para o diagnóstico de Síndrome de Ovários Polícísticos) e próximo de 3.0 nmol/L (proposto para diagnóstico de hiperandrogenismo). Com esse resultado, Bermon e colaboradores/as têm um valor numérico que representa a quantidade de T de atletas mulheres. Neste contexto, mulheres intersexo não são consideradas mulheres.

A menstruação é uma função fisiológica central na fixação material do que é considerado “ser mulher”. Simultaneamente, ela se relaciona com o paradigma genital da verificação de gênero, pois somente pessoas que tem útero e vagina menstruam, bem como o paradigma endócrino, visto que para a menstruação ocorrer são necessários equilíbrios hormonais que concretizem essa função.

Se tomarmos como referência as afirmativas de que “mulheres são pessoas que menstruam” bem como “pessoas que menstruam são mulheres”, temos um paradoxo em relação à “mulher atleta”. Um fenômeno notável é o de que muitas mulheres cis atletas não menstruam. Logo, é necessário apresentar uma justificativa para esse fenômeno sem prejudicar a premissa básica da normalidade dos corpos sexuados a partir da capacidade reprodutiva. As múltiplas ontologias apontadas por Mol (1999; 2002), em que realidades múltiplas são performadas[enact] utilizando diferentes tecnologias, ajudam a pensar estudos científicos como formas de convergir os objetos “corpos que não menstruam” e “mulheres”. Tanto a “Síndrome da Mulher Atleta” quanto a “Síndrome do Ovário Policístico” são diagnósticos – e também podem ser tomados como tecnologias de materialização do sexo biológico - que, ao buscar pelas razões pelas quais mulheres atletas não menstruam, performam[enact] estes corpos que não menstruam e, portanto, não férteis, como corpos de mulheres doentes. A patologização é um método de convergir os objetos com a realidade em que mulher é sinônimo de menstruação regular.

A ideia de que um corpo normal deveria menstruar vem antes da constatação de que aquele corpo de fato menstrua, e por isso o fenômeno causa surpresa e se transforma em objeto de investigação.

“Mulheres que não menstruam” é uma categoria analítica dentro da amostra de “mulheres atletas” que vai sendo construída e repetidamente afirmada junto com justificativas científicas e hormonais. Toma as formas de “mulher com Síndrome do Ovário Policístico”, “mulher com Deficiência de Energia Relativa” e “mulher com alguma síndrome intersexo”. O esforço discursivo é de produzir formas de diferenciar

entre essas 3 situações, já que a lente de inteligibilidade de “mulher” é primordialmente menstruação, que então deve ser associada a outros fatores fisiológicos pra constituir feminilidade legítima da categoria “mulher atleta”.

A esse conjunto de mulheres, existe em comum a característica de não menstruar. Mas a trajetória epistemológica de investigação e enunciação dos lugares possíveis de serem ocupados por elas denotam que o seu lugar na hierarquia de feminilidade é inferior, ainda que por diferentes razões. Para fixar nesses corpos a identidade de mulher é necessário patologizar essas condições, o que as coloca como mulheres inferiores, que precisam de vigilância e, por vezes, intervenções médicas para que “mereçam” ocupar a categoria feminina de competição, ou então que precisem de “cuidado” com os fatores de risco que a ausência de menstruação simboliza. Enquanto isso, mulheres atletas com menstruação regular são o eixo de comparação que permanece incólume, sem nuances e espectros.

5.2.2. Mulheres XY e Hiperplasia Adrenal Congênita

Os autores Myron Genel (MG) e Gerard Conway (GC) aparecem nos estudos focados em caracterizar pessoas com Hiperplasia Adrenal Congênita (Helleday et al., 1994; Hines et al., 2004; Collaer et al., 2009) e mulheres com Síndrome de Insensibilidade Androgênica (Conn et al., 2005; Minto et al., 2005). Maria José Martinez-Patiño (MJM-P) aparece relatando sua experiência com os testes de verificação de sexo (Martinez-Patiño, 2005) e analisando a regulamentação sobre atletas com Hiperandrogenismo implementada em 2011 pela World Athletics (Viloria e Martinez-Patiño, 2012).

Quando os Jogos Olímpicos e competições internacionais de atletismo utilizavam testes de cromossomo como forma de verificação de sexo, várias atletas descobriam que tinham o par cromossômico 46 XY. Esse foi o caso de Maria José Martinez Patiño em 1985. Ela conta que no mundial de atletismo em 1983 na Finlândia ela foi aprovada no teste de verificação de sexo e recebeu seu certificado de Feminilidade. Entretanto em novo teste a partir da saliva bucal, ela teve a notícia na frente de toda sua equipe de que houve um problema com esse teste (Martinez-Patiño, 2005).

A partir de então, foi descoberto que ela tinha Insensibilidade Androgênica Completa. Ela tem o cariótipo XY, mas como seu corpo não tem a sensibilidade à essa substância para efetuar processos que envolvem a formação de testículos e outros aspectos de características sexuais “masculinas”, ela se desenvolveu fisicamente com a

genitália externa feminina, foi designada como mulher e viveu sempre socialmente como mulher. Ao ser descoberto seu cariótipo nesse teste, a recomendação era que ela fingisse uma lesão e desistisse de competir (ibid., 2005). E esse era o procedimento com todas as atletas da época. Mulheres intersexo não eram consideradas mulheres “de verdade” para serem aceitas na categoria feminina e a revelação desse fato era tão associado à vergonha e humilhação que em alguns casos quando essa informação veio à público, essas mulheres eram humilhadas publicamente, seus feitos atléticos apagados da história, tendo prejuízos emocionais, psicológicos e profissionais muito sérios (Martinez-Patino, 2005; Martinez-Patino et al, 2010).

Contudo, Maria José Patiño protagonizou a luta contra essa determinação de que mulheres com Insensibilidade Androgênica não estariam aptas para competir na categoria feminina com a ajuda de aliados médicos e cientistas, incluindo Arne Lgjunvist (AL) – cientista que esteve envolvido com a criação de organizações contra o doping. Isso envolveu teorizar que, por não ser sensível à testosterona, essas mulheres não teriam vantagens atléticas sobre as outras, e inclusive poderiam ter desvantagens. A partir disso, houve uma modificação nesses protocolos, a qual permite a participação de mulheres XY (Síndrome da Insensibilidade Androgênica) e deslocou, assim a lógica da diferença sexual totalmente para a diferença hormonal de Testosterona, escolhendo um valor arbitrário de limite de 10 nmol/L de T sérica. Esse valor foi escolhido por ser considerado um limite inferior masculino (Bermon et al., 2014).

Sobre essa batalha de mudança de paradigma no tratamento de mulheres com Síndrome de Insensibilidade Androgênica, destaca-se o fato de que a produção encontrada sobre esse assunto trata essas mulheres com uma ambivalência similar às questões envolvendo a ausência de menstruação em mulheres atletas. Ao mesmo tempo que se pressupõe que o par cromossômico XX é o que faz alguém ser mulher/fêmea, quando são identificadas mulheres que tem um par cromossômico XY elas são analisadas, patologizadas e seu status como mulher é posto à prova. Entretanto, ao mesmo tempo que existe todo esse estigma e associação deste cariótipo a uma “verdade masculina” nesses corpos, quando Con et, al (2005) e Minto et. al (2005) analisam questões envolvendo o diagnóstico, eles se referem a “Mulheres XY”, em tradução literal poderia ser dito “Fêmeas XY” (XY Females). Então existem na produção científica “Fêmeas XY”, o que desloca a solidez da associação de que fêmeas são essencialmente pessoas com o cariótipo XX. As fêmeas XY podem apresentar genitália externa “feminina” (vulva, clitóris),

testículos internos, e altos níveis circulantes de T, mas já que esse hormônio não é processado pelas células, ele não promove configurações corporais que seriam tidas como masculinas. Geralmente não tem útero nem ovários. A literatura associada com essa rede de produções científicas trata essas mulheres como mulheres, fêmeas, mas sob esse estigma de que o diagnóstico deve ser revelado com cautela, com cuidados psicológicos. Esse último elemento confirma que essas características fisiológicas são associadas a uma essência masculina, mas isso não leva elas a serem tratadas como machos. A hipótese que eu sustento é de o que o status de “fêmea” nesse caso é garantido por 3 fatores: designação no nascimento, aparência da genitália externa e vivência social no gênero feminino – o que as coloca dentro do espectro da cisgeneridade (mas não da endosexualidade). Ainda que essas mulheres tenham seu gênero/sexo tratado com dúvida e cautela, o status de “macho” não é atribuído a elas, diferentemente de mulheres trans. Isso não quer dizer que sua cisgeneridade não seja precarizada. Ainda assim, na categorização do esporte, essas mulheres também foram sujeitas a violências e humilhações.

Já no caso de mulheres com Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC) que apresentam aumento de hormônios andrógenos ainda no útero, são estudadas como mulheres “virilizadas” e “masculinas”. Os desenhos de pesquisa são de tentativas de associar esses andrógenos a características em que “geralmente homens são melhores” (Collaer et al, 2009, p. 249), como mira, visualização espacial e força, ao mesmo tempo que se espera que elas sejam piores em tarefas consideradas femininas como motricidade fina e linguagem (Hines et al, 2003; Hines et al 2004 e Collaer, 2009). Inclusive são feitas associações entre preferências sexuais “masculinas” e brincadeiras na infância a essas mulheres, associando o desejo sexual voltado para outras mulheres como consequência da masculinização promovida por hormônios andrógenos. A partir de associações culturais entre masculinidade e um conjunto de características, os estudos se retroalimentam entre si, contendo os mesmos números de sujeitos (40 mulheres com HAC, 29 homens com HAC, 30 mulheres parentes sem HAC e 30 homens parentes sem HAC) e a partir deles são amplificadas essas noções já indicadas pelas próprias hipóteses de que devem existir essas relações entre hormônios andrógenos e masculinidade. Ao longo dos estudos, aparecem diversas controvérsias. A base da hipótese vem de estudos em animais em que foram administrados hormônios. Na impossibilidade ética de reproduzir esse tipo de estudo com humanos, pessoas com HAC são eleitas como cobaias

em que essa situação ocorreu “naturalmente” e, portanto, são usados para testar essas associações de gênero.

A essas mulheres são associadas características que poderiam trazer vantagens atléticas. Enquanto as mulheres XY da Insensibilidade Androgênica são caracterizadas por ambiguidade em relação ao gênero, as mulheres com Hiperplasia Adrenal Congênita têm seu status de feminilidade bem reduzido, embora apresentem cromossomos XX. As mulheres XY apresentam uma “incongruência” cromossômica, mas são tidas como femininas na aparência. Mulheres com HAC são vistas como virilizadas e masculinizadas em relação a mulheres “normais”.

Esse escrutínio sobre múltiplas espectros de gênero/sexo nas mulheres é o que parece conduzir esses especialistas na discussão sobre a categoria feminina no esporte. A exemplo das pesquisas sobre cérebros “masculinos” e “femininos” (Joel & Vihanski, 2019), as crenças sociais sobre homens e mulheres são base inseparável das hipóteses e da inteligibilidade dos resultados encontrados.

Com esse foco nos efeitos masculinizantes de andrógenos que se utiliza a categoria de “Mulher com Hiperandrogenismo”. Esse termo descreve mulheres que têm níveis de T circulantes mais altos do que a faixa considerada normal (0.7nmol/L – 2.8 nmol/L). Entretanto, as propostas de modelo teórico separam fundamentalmente as mulheres com Diferenças no Desenvolvimento Sexual (ou intersexo) das endossexo – a quem se atribui sempre a suspeita de Síndrome de Ovário Policístico. Autoras críticas à essa lógica (Karkazi e Jordan-Young, 2018; Karkazis e Carpenter, 2018; Karkazis et al., 2012) sugerem que o objetivo desse modelo teórico serve para excluir mulheres intersexo da categoria feminina e compreendem como uma grave falha ética que leva à desumanização e injustiça no tratamento das mesmas.

5.3. Batalha científica pela primazia da T na diferença de desempenho.

Stephan Bermon (SB) é o principal autor que representa a tentativa de demonstrar evidências de que as mulheres intersexo hiperandrogênicas apresentam vantagens atléticas da mesma magnitude de homens. Com a colaboração de outros/as autores/as entre eles/as Angelica Lindén Hirschberg (ALH), Martin Ritzen (MR) e Eric Vilain (EV)

foram publicadas pesquisas afirmando que a quantidade de Testosterona circulante é fator preditor de desempenho (Bermon e Garnier, 2017; Bermon, 2017; Bermon et al., 2018) e respostas às críticas em relação a ética de regulação dos corpos das mulheres intersexo (Bermon et al., 2013; Bermon et al., 2015) feitas por Karkazis e Jordan-Young (2012).

Também juntando forças à crítica da lógica da testosterona como fator predominante preditor de desempenho, Healy et al. (2014) afirmam que os níveis de Testosterona de homens e mulheres atletas se sobrepõem de tal medida que não seria possível determinar um patamar de diferença binária de desempenho a partir desse critério. Nesse estudo ele sugere que a razão entre a massa magra e massa total seja uma medida mais confiável para refletir a magnitude da diferença de desempenho tipicamente encontrada entre homens e mulheres. A essa crítica, Ritzen (MR), Angélica Lindén Hirschberg (ALH), Arne Ljungqvist (AL), Stephane Bermon (SB), Eric Vilain (EV), Maria José Martínez-Patiño (MJM-P) e outros colaboradores (2015) responderam refutando a hipótese de Healy e afirmando que a regulação das atletas intersexo hiperandrogênicas é válida da forma que eles propuseram. Essa publicação concentra grande parte dos especialistas envolvidos no Consenso de 2015, e dá indícios de como funcionam as articulações institucionais entre a produção de conhecimento científico e a produção de regulamentos esportivos pelos órgãos internacionais como World Athletics (Federação Internacional de Atletismo) e COI (Comitê Olímpico Internacional). Se um conjunto diferente de especialistas fosse consultado para produção do consenso (como aqueles que produziram as críticas aos posicionamentos de Stephan Bermon sobre a testosterona como vetor fundamental da diferença de desempenho) poderiam existir regulamentos diferentes e, portanto, outros rumos para a materialização das atletas da categoria feminina.

A partir de dados coletados nas competições mundiais de atletismo de 2011 e 2013, Bermon e Garnier (2017) analisaram 2127 atletas (1332 mulheres e 795 homens). As amostras foram divididas em tertis (3 grupos representando patamares crescentes de Testosterona Total). Com os resultados de todas as modalidades foi feita a comparação estatística para verificar se os grupos que tinham maiores níveis de T tiveram resultados melhores. Na conclusão, eles encontraram que entre as mulheres, o grupo com maiores níveis de T teve melhor desempenho nas seguintes proporções e modalidades: 2,73% nos 400 m, 2,78% nos 400 m com barreiras, 1,78% nos 800 m, 4,53% no arremesso do martelo e 2,94% no salto com vara. Um dado que surpreendeu os pesquisadores foi a

baixa média de T entre homens das modalidades de arremesso. Entre os arremessadores de peso a média foi 11,2 nmol/L, que é um valor bem próximo do limite inferior considerado normal entre homens (cis). Esse achado poderia ser uma fragilidade para o argumento que relaciona Testosterona com desempenho, mas os autores supõem outras hipóteses para explicação desse fenômeno que em nada comprometem essa premissa fundamental. Na categoria masculina eles não encontraram resultados estatisticamente significativos que demonstrassem que os homens com maiores valores de T tiveram um desempenho melhor do que os de menor quantidade. A esse achado os autores atribuem atuações diferentes da T a partir do binário sexual: a partir do limiar inferior do homem, o nível de T já não faz tanta diferença. A explicação que cai como uma luva para o dimorfismo sexual.

Os fatores citados como possíveis fontes da superioridade atlética associada a andrógenos são a maior quantidade de massa magra, agressividade e determinação mental, embora eles reconhecem que nenhuma dessas variáveis foi medida no estudo.

Foram detectadas 24 atletas mulheres com concentração de T maior do que 3,08 nmo/L, o valor que Bermon et al (2014) produziram como representativo da categoria de “mulheres atletas” – excluindo mulheres intersexo. Dessas 24, 6 foram diagnosticadas com Diferenças no Desenvolvimento Sexual, 9 foram detectadas como usuárias de doping e 6 foram “impossíveis de classificar” (Bermon e Garnier, 2017, p. 2). Esse número lembra as 5 mulheres com distúrbios de menstruação idiopáticas do estudo de Hagmar et al. (2009). As pessoas “inexplicáveis” nesses estudos são frequentemente invisibilizadas para sustentar uma hipótese principal. Esse efeito é ampliado quando se considera que as pequenas amostras de 6 mulheres oligomenorreicas hiperandrogênicas de Hagmar et al. (2009) e 8 atletas hiperandrogênicas em Rickenlund (2003) são utilizadas para fortalecer a narrativa de maior perfil anabólico associado com quantidades elevadas de T na revisão de Bermon (2017). É como se 8 mulheres suecas tivessem o potencial de universalizar o padrão para todas as outras mulheres, enquanto as 6 “impossíveis de classificar” são deixadas de lado, sem enfraquecer em nada a hipótese fundamental.

A porcentagem de prevalência também é um argumento fortalecido por essa associação de pesquisas. Bermon em geral afirma que as atletas intersexo são implicitamente mais recrutadas para o esporte por possuírem essa vantagem. Entretanto, Karkazis e Jordan-Young (2018) demonstram que esse mesmo grupo de cientistas defendem que países subdesenvolvidos teriam uma sub-representação de pessoas

intersexo no dado da prevalência pois não teriam as tecnologias necessárias pra fazer o diagnóstico, sugerindo, assim que essa intervenção de países “mais desenvolvidos” é necessária nessas populações. Se existe falha nas taxas de prevalência, então a comparação com a porcentagem de mulheres intersexo no esporte também deveria ser redimensionada. É uma contradição conveniente para sustentar a intervenção diagnóstica e medicamentosa em atletas intersexo de países do Sul Global.

Na revisão de Stephane Bermon (2017) ele reafirma seus achados junto de Garnier de 2% a 5% de diferença no desempenho de atletas com maiores níveis de T quando comparadas com mulheres de níveis “normais”. O autor também discute outros estudos sobre T e hormônios andrógenos e como ele estaria relacionado com composição corporal (massa muscular, capacidade aeróbica) e características como agressividade e percepção espacial. Juntando essas peças com evidências de que atletas com DDS (diferenças no desenvolvimento sexual) submetidas a redução dos níveis de T tiveram uma piora de desempenho ao longo de 2 anos em 5,7% ele afirma a importância de levar esses dados em conta na controvérsia sobre as atletas com hiperandrogenismo.

Para finalizar a trajetória da discussão sobre hiperandrogenismo e desempenho, Handelsman, Hirschberg e Bermon (2018) publicaram uma longa revisão exibindo todos os argumentos favoráveis à regulação de Testosterona de atletas com Hiperandrogenismo. Os argumentos revisam pesquisas sobre a influência da Testosterona na hipertrofia, na hemoglobina, na agressividade e no cérebro. Inclusive dados sobre pessoas trans que realizaram tratamento hormonal são utilizados para simbolizar o que acontece com “mulheres” que tomam Testosterona (tomando homens trans como mulheres) e “homens” que reduzem sua Testoterona (tomando mulheres trans como homens). A influência do cromossomo Y também é analisada, utilizando resultados de pesquisa sobre pessoas intersexo como indicativos das relações da diferença sexual. Em resumo, o artigo resume todos os aspectos da produção da diferença sexual correlacionados com desempenho atlético. Para proposta de analisar a diferença sexual no esporte com dúvida, sem uma certeza prévia, essa publicação é a expressão máxima da tentativa de aniquilar qualquer incerteza e calar qualquer questionamento. Entretanto, todo o malabarismo de dados e porcentagens distrai a atenção do seguinte fato: ainda não foram produzidas evidências significativas que identifiquem um limiar de T em mulheres intersexo que produza vantagens no desempenho esportivo (não mudanças na composição corporal) da magnitude da diferença sexual de homens e mulheres (10% a 12%). O que o malabarismo

conceitual faz é: a) reforçar todas as associações entre níveis de T e aumento de massa muscular, outros aspectos de composição corporal e desempenho em testes de força (fatores que influenciam sim no desempenho, mas não necessariamente na mesma magnitude que o resultado final da competição, que opera a partir de muito mais variáveis); b) estabelecer que “mulheres normais” têm até 5 nmol/L de T circulante – níveis maiores do que esse estariam associados a tumores, condições intersexo ou mulheres trans cuja hormonização não reduziu a T “o suficiente”. Huang et al (2014) são citados por uma pesquisa que demonstrou mudança significativa na massa magra, supino e legpress em mulheres com mais de 211 ng/dl de testosterona (7,1 nmol/L). Em Handelsman et al (2018) estrategicamente a pesquisa cita esse resultado como “<5 nmol/L”, o que somado a outras referências de que “mulheres saudáveis” não teriam T circulante acima de 5 nmol/L sustenta o novo argumento de que a regulação de T para atletas hiperandrogênicas intersexo deve limitar a T em 5 nmol/L e não 10 nmol/L.

Com essa robusta revisão, em 2018 a Federação Internacional de Atletismo modificou o regulamento sobre a questão diminuindo ainda mais o limiar aceito de Testosterona para atletas que queiram competir na categoria feminina. A tendência é que um novo consenso do Comitê Olímpico Internacional siga esse valor.

Pielke e colaboradores (2019) analisam em detalhe a integridade científica das publicações de Bermon e Garnier (2017) e Bermon et al (2017) e expressam dúvida sobre a integridade do método. Esse tipo de controvérsia entra no cerne do tensionamento analítico proposto aqui. A crítica mencionada acompanhou outras pesquisas que também apontara fragilidades no método de Bermon e colaboradores (Camporesi, 2019; Karkazis e Carpenter, 2018; Menier, 2018; Sónksen et al., 2018). Utilizando dados parciais disponibilizados (25% dos dados de Bermon e Garnier, 2017), foi feita a tentativa de reprodução dos resultados encontrados por Bermon e Garnier. Entretanto, foram detectados os seguintes erros de amostra: a) atletas duplicadas - para a mesma atleta foram encontrados 2 tempos de corrida (resultados) nos dados; b) resultados duplicados - para uma mesma atleta foram encontrados 2x o mesmo resultado (um erro de repetição dos dados); c) e tempos fantasma - não foram encontradas atletas correspondentes ao tempo registrado nos dados. De acordo com os autores, os dados problemáticos correspondem entre 17% e 33% dos dados utilizados na pesquisa.

Bermon afirmou que sabia da existência de alguns erros quando disponibilizou esse conjunto de dados e em Bermon et al. (2018) afirma que excluiu 230 dados

problemáticos. Pielke e colaboradores encontraram 220 dados modificados entre essas duas publicações, então a suposta correção de Bermon ainda apresenta erros. A partir da comparação entre os dados disponibilizados e os erros, os autores sustentam que a pesquisa não é confiável o suficiente para embasar a decisão do regulamento. Em uma questão tão sensível que envolve a exclusão de atletas em competições e possíveis intervenções medicamentosas desnecessárias como critério para elegibilidade em competições é necessária integridade e robustez na produção científica. Os dados utilizados nunca foram 100% disponibilizados para outros pesquisadores reproduzirem os resultados, e o pouco que se teve acesso demonstrou erros levando a mudanças significativas nos resultados.

Menier (2018) discute o método de comparação por tertil que foi utilizado por Bermon e Garnier (2017). Na análise da autora, por não definir a comparação com um limiar explícito do que significa “acima do normal”, a significância estatística dos tertis apresentados não pode ser extrapolada para concluir que mulheres com T acima do “normal” têm vantagem. Se o parâmetro considerado for a regra da World Athletics de 2011 e do COI, então até 10 nmol/L seria alta. Se for considerada outra referência como Haring et al. (2012) – que é citada pelos autores – então poderia ser utilizado o valor de 2,12 nmol/L para mulheres de 20 a 29 anos e 2,06 nmol/L para mulheres de 30 a 39 anos. Ao não definir qual o limite de Testosterona era considerado “alto”, então a comparação do tertil mais alto com os tertis mais baixos não reflete de fato na conclusão afirmada pelos autores de que as mulheres com T acima do normal têm vantagem sobre mulheres “normais”.

Utilizando essa lente de análise, a autora menciona um achado na modalidade de salto com vara. Uma diferença estatisticamente significativa de desempenho foi encontrada entre o tertil mais alto e o tertil mais baixo de Testosterona Livre, mas todas as atletas do salto com vara no tertil mais alto tinham valores de Testosterona Livre abaixo de 29,4 pmol/L e provavelmente tinham valores de T menores do que 2,12 nmol/L (baseado na média e desvio padrão publicados). Por consequência, nenhuma das atletas do salto com vara tinham objetivamente “T alta” / “acima do normal”, mas ainda assim uma diferença entre os tertis foi detectada. Com isso, a autora sugere que as relações entre hormônios andrógenos e desempenho não é tão simples e direta como os autores Bermon e Garnier sugerem.

Sónksen et al (2018) afirmam que esse método de comparação por tertil e teste-t não pareado não é adequado para sustentar as afirmativas mencionadas, e sugere que estudos transversais (cross-sectional) seriam mais adequados para esse propósito. O estudo de Eklund et al (2017) - que incluía Angélica Lindén Hirschberg como coautora – realizou comparações desse tipo numa amostra de 106 atletas suecas com um grupo controle de 117 mulheres sedentárias. Nesse trabalho não foram encontradas diferenças significativas em relação a T e desempenho em testes de força. Foi encontrada em relação DHT (hormônio andrógeno precursor da Testosterona), mas não em relação a T circulante – que é o parâmetro utilizado pelas regras dos eventos internacionais.

Em toda essa discussão, nunca foi demonstrada vantagem da proporção de 10% a 12% de mulheres intersexo com testosterona acima do “normal”. Ainda assim, a Corte Arbitral do Esporte aceitou como válida a implementação da nova regra de 2018 que exige a manutenção de 5 nmol/L para poder competir na categoria feminina.

A tendência é que o COI adote o mesmo parâmetro. Esses estudos não falam diretamente sobre atletas trans, embora algumas referências a pesquisas envolvendo hormonização de pessoas trans sejam utilizadas para reforçar a hipótese da vantagem injusta pela proporção de T e diferença sexual.

Essa disputa científica pela busca do embasamento robusto e rigoroso para fechar a caixa-preta da proposta de que a partir desse binário hormonal é possível afirmar condições justas de competição contém os elementos de tensionamento e epistemologias em disputa que acompanham a proposta de análise dessa pesquisa.

Capítulo 6. Atletas Trans: como determinar condições de igualdade?

A principal fonte de referência em relação a pessoas trans e desempenho esportivo no consenso de 2015 do COI é Joanna Harper. Mulher trans, graduada em Física Médica e atleta amadora de corrida, ela produziu um artigo comparando os tempos de desempenho na corrida de mulheres trans após o tratamento hormonal que emula os níveis fisiológicos de mulheres “46, XX”, como ela se refere. Nesse artigo, o contexto teórico aponta para a falta de estudos com amostras de grandes populações de pessoas trans (e também pessoas trans **atletas**), bem como medida de parâmetros que se relacionam com

desempenho esportivo (como tempos de corrida, desempenho em testes de força e em testes de velocidade e resistência). As referências anteriores são Gooren (2004), que apresenta resultados de mudanças na composição corporal após a terapia hormonal de “sexo cruzado” (ou terapia hormonal cruzada) que é o procedimento de administrar hormônios do sexo “oposto” para produzir mudanças nas características sexuais secundárias. Também é citado o trabalho de Devries (2008), que faz uma revisão bibliográfica da questão de atletas trans e possíveis vantagens e desvantagens a partir de dados também de composição corporal e níveis médios hormonais após terapia hormonal cruzada.

Gooren (2004) relata que a terapia hormonal cruzada teve efeitos significativos em composição corporal como massa muscular e distribuição de gordura, e também em variáveis bioquímicas como Hemoglobina e IGF-1. Essas mudanças alcançaram seu máximo após 1 ano de administração de hormônios sem nenhuma mudança quando medidas novamente após 2 anos. Ele compara com a puberdade, afirmando que a rapidez dos efeitos da hormonização sexual-cruzada é possivelmente devido a níveis muito mais altos do que na puberdade, que é mais distribuída num tempo maior.

Destaco que nos resultados de Gooren (2004) havia uma sobreposição de massa muscular entre as populações que ele chama de “M-F” (de masculino para feminino, que seria relativamente equivalente a “mulher trans”) e “F-M” (de feminino para masculino, que seria o equivalente a “homem trans”). Ele afirma que não existem evidências conclusivas de que a exposição pré-natal e perinatal à testosterona que acontece com homens (compreendendo aqui homens como sinônimo de pessoas nascidas com testículos) tenha impacto em atributos físicos no futuro. Então a principal premissa é de que as diferenças de massa muscular observadas em populações adultas de homens e mulheres está relacionada à quantidade circulante de Testosterona. A privação de andrógeno em mulheres trans induziu à perda de massa muscular, mas a média das mulheres trans ainda ficou maior do que a de homens trans pré-tratamento hormonal. Mas ele relata quase que uma sobreposição total. Essa sobreposição já existia antes, o tratamento hormonal só a acentuou. Isso traz reflexões acerca do que é considerado um dado representativo para populações. A média desse valor representa o que nessas comparações? Como lidar com essa sobreposição dos dados? Seria possível escolher outras variáveis que não dependem de designação de sexo e fazer outras comparações de

valores médios, encontrando outras diferenças significativas sem ser através da lente do “sexo biológico”?

Para homens designados desde o nascimento com esse gênero e com a presença de testículos Bhasin et. al (2001) encontraram relações entre os níveis de T e mudanças de massa muscular. Por um lado, concluíram que a relação entre T e massa muscular é linear de acordo com a faixa de T, mas por outro, relataram muita heterogeneidade na resposta à administração de T nos grupos que receberam a mesma quantidade. Em população de homens (cis), ainda que se encontrem todas essas variações entre valores de T, massa muscular, ao acoplar-se com essa heterogeneidade de fatores, não se estabelece uma relação de vantagem óbvia em esportes entre quem tem a faixa maior de T de quem tem as faixas menores. Nenhum esporte divide a categoria masculina em faixas de T. Em categorias de peso sim, como lutas. Mas no atletismo (que é o esporte que apareceu quase que exclusivamente nessas referências estudadas) não se supõe que toda essa variabilidade entre T e massa muscular em cada indivíduo possa resultar numa vantagem injusta de um homem que tenha mais T sobre outro que tenha menos. Se esse homem com menos T tiver desvantagem, isso é considerado individualmente, e não há preocupação em garantir que esse homem tenha um lugar no esporte de alto rendimento.

Gooren (2004) conclui que, individualmente, as pessoas não nascem com a mesma disposição física para alto rendimento no esporte. E também sugere que nem todas as capacidades físicas relacionadas à testosterona são relevantes para todos os esportes.

Entre as conclusões desse artigo, destaco que existe essa grande sobreposição de quantidade de massa muscular entre homens e mulheres, que a deprivação de andrógenos faz com que mulheres trans percam massa muscular, o que aumenta a sobreposição com o grupo de mulheres cis. Com esses fatos, a conclusão é de que para homens trans não têm indícios de nenhuma vantagem ou desvantagem desde que os níveis de T fiquem dentro do considerado fisiológico para homens, e que para mulheres trans, depende da arbitrariedade que seja aceita. Dentro da variabilidade possível entre indivíduos, não tem nenhuma evidência de que mulheres trans tenham enquanto grupo, valores muito mais altos de mulheres cis, embora algumas possam ter individualmente valores de massa muscular maior. Esses estudos não foram feitos com atletas.

Devries (2008) faz uma revisão de literatura sobre o assunto de pessoas transexuais e possíveis vantagens ou desvantagens nos esportes. Para estabelecer os

parâmetros de comparação e do que seriam vantagens justas ou injustas, a base de referência são as diferenças “entre os sexos”. Em Devries (2008) são encontrados inclusive mais de um valor de referência para homens e mulheres “não-trans”.

Sujeitos	Testosterona (nmol/L - Média e Erro padrão)	Estrogênio (pmol/L - Média e Erro padrão)	Referência
“Nascidos Fisicamente Homens” -A	21 ± 1	128 ± 13	Devries, MC et al. <i>Am J Physiol Regul Integr Comp Physiol</i> , 2006; 291:R1120-R1128. (Devries, 2008, p. 7)
“Nascidas Fisicamente Mulheres” – Fase Folicular	1,1 ± 0,1	184 ± 71	Devries, MC et al. <i>Am J Physiol Regul Integr Comp Physiol</i> , 2006; 291:R1120-R1128. (Devries, 2008, p. 7)
“Nascidas Fisicamente Mulheres” – Fase Lútea.	1,0 ± 0,2	361 ± 107	Devries, MC et al. <i>Am J Physiol Regul Integr Comp Physiol</i> , 2006; 291:R1120-R1128. (Devries, 2008, p. 7)
“Nascidos Fisicamente Homens” – B	22 ± 6	96 + 12	Elbers et al. <i>Am J Physiol Endocrinol Metab</i> , 1999; 276:E317-E325 (Devries, 2008, p. 10)

“Nascidas Fisicamente Mulheres” (sem fase menstrual referida)	1,6 ± 0,6	161 ± 55	Elbers et al. <i>Am J Physiol Endocrinol Metab</i> , 1999; 276:E317-E325 (Devries, 2008, p. 10)
“Homens Transicionados”	31 ± 11	134 ± 35	Elbers et al. <i>Am J Physiol Endocrinol Metab</i> , 1999; 276:E317-E325 (Devries, 2008, p. 10)
“Mulheres Transicionadas”	1,0 ± 0,0	175 ± 37	Elbers et al. <i>Am J Physiol Endocrinol Metab</i> , 1999; 276:E317-E325 (Devries, 2008, p. 10)

Os primeiros 3 valores (Homens Nascidos Homens, Mulheres Nascidas Mulheres – Fase Folicular e Fase Lútea) encontram-se na discussão sobre “diferenças entre os sexos”. O restante, encontra-se na discussão sobre diferenças entre pessoas trans e não-trans. A organização no original mostra Homens não-trans e trans seguidos um do outro, bem como os valores de mulheres não-trans e trans seguidos um do outro. Aqui, nessa reorganização desses dados, foi escolhida uma ordem de apresentação que visa destacar a diferença de valores para pessoas não trans. Nesse ponto da análise, me refiro a pessoas “não trans” em vez de pessoas Cisgêneras pois no contexto do trabalho analisado não necessariamente o conceito de “homens nascidos homens” vs. “homens transicionados” de fato necessariamente é a mesma coisa do que a comparação “homem cis” vs. “homem trans”. É necessário discutir sobre o que esses múltiplos conceitos que aparecem descrevendo pessoas “transicionadas” e pessoas “nascidas homens/mulheres” representam para poder relacionar com as categorias de pessoas trans e cis propostas pelas referências metodológicas.

Ao analisar as diferenças antropométricas (músculos, hemoglobina, Testosterona, Estrogênio, etc.) entre “os sexos” Devries (2008) conclui:

A magnitude da influência no desempenho esportivo que diferenças sexuais referidas exercem, se é que existem, ainda precisam ser determinadas.

Adicionalmente, se as diferenças hormonais entre homens e mulheres são as mediadoras dessas diferenças, com várias exceções, é também desconhecido (Devries, 2008, p. 7, tradução minha³⁰)

Existe um toque de mistério e desconhecimento sempre que se menciona a relação entre parâmetros corporais e resultados esportivos. Essa associação entre um e outro, embora exista, não é exatamente conhecida na sua dimensão, bem como se essas diferenças podem ser sempre mediadas por esses parâmetros de diferenças hormonais de Testosterona e Estrogênio. Entretanto, a escolha desses hormônios como referência é sempre a principal hipótese para explicar essas diferenças observáveis de médias de parâmetros corporais e de desempenho.

As diferentes médias utilizadas no mesmo trabalho para pessoas “Nascidas Fisicamente” de um gênero também indicam que a própria construção do que é mulher e homem “fisicamente” pode mudar de acordo com a comparação feita. Quando se constroem os valores de diferenças entre pessoas cis, se faz um processo e se tiram valores. Quando o objetivo é construir diferenças entre pessoas cis e trans, aparecem outras formas de entender e representar pessoas cis, como, por exemplo, não explicitando fases da menstruação. No momento que se compara esses personagens, a mulher cis já não precisa ser descrita em termos de fase de menstruação, ela vira um personagem geral só (ainda que seja implícito que ela menstrue). Não é necessário mostrar nessa comparação que a mulher cis pode ser mais de um valor (Fase Lútea, Fase Folicular). Ao se comparar com mulheres trans, a “mulher cis” vira um valor único.

A partir dos efeitos do tratamento hormonal, que muda a composição corporal e a área de seção muscular transversa, a partir das bases de comparação entre homens e mulheres “não-trans”, os homens e mulheres “transicionados” são considerados equivalentes a homens e mulheres “não-trans”. Alguns valores podem ser um pouco acima nas mulheres “transicionadas”, mas não o suficiente pra justificar uma vantagem injusta. Em relação a homens “transicionados”, os valores de testosterona suprafisiológicos (em relação à fisiologia de homens “nascidos homens”) é uma preocupação, já que regimes de injeção de 14 em 14 dias têm uma média de 5 dias de pico de T em que esses homens permanecem em valores suprafisiológicos, o que teria relação com uma possível “vantagem” em relação a homens com valores fisiológicos.

³⁰ The extent to which, if any, the aforementioned sex differences influence sport performance is yet to be determined. Additionally, whether differences in hormone levels between men and women mediate these differences, with several exceptions, is also unknown.

Sugere-se que a utilização de protocolos com undecanoato de testosterona, que é de uma injeção a cada aproximadamente 3 meses, não produz picos de testosterona tão frequentes, e mantém longos períodos de níveis fisiológicos.

Tanto Devries (2008) e Gooren (2004) apresentam revisões retroativas de valores de composição corporal em populações não-atletas que são extrapoladas para supor os seus efeitos no desempenho atlético. Refere-se a necessidade de estudar populações atletas e também de fazer medidas com parâmetros diretos de desempenho esportivo, como força, velocidade, tempos de corrida, Vo₂max, etc. Isso é que Joanna Harper (2015) fez ao analisar os tempos de corrida de 8 mulheres trans que fizeram terapia hormonal cruzada.

Essas 8 mulheres trans que aceitaram participar da pesquisa foram competidoras em corridas amadoras na categoria masculina e após a transição também participaram de competições na categoria feminina. Os seus resultados de tempo de corrida foram coletados através de entrevistas online ao longo de 7 anos e verificados quando disponíveis pelos eventos de corrida.

De acordo com Harper (2015), existem muitos métodos para comparar resultados de corrida de homens e mulheres. O mais simples que ela destaca é a comparação de que homens em geral tem um resultado 10% mais rápido do que mulheres. Ela também pondera que o método escolhido precisa refletir mudanças com a idade, pois as corredoras analisadas têm mais de 30 anos, e nessa faixa etária, é comum que exista um declínio de desempenho por causa da idade. Portanto, ela utiliza um sistema de classificação etária que utiliza como referência o tempo mais rápido que existe registro de corredores e corredoras com uma determinada idade. A equação é a seguinte:

$$PE (\%) = (TR \times 100) / TC$$

Onde:

PE - Percentual Etário (resultado da porcentagem que o tempo de corrida representa em comparação com a referência daquela idade e sexo)

TR – Tempo de Referência (o tempo mais rápido registrado para um corredor ou corredora daquela idade)

TC – Tempo de corrida da atleta ou do atleta analisada/o, medido em segundos.

Em outras palavras, essa equação relaciona o tempo de corrida de um atleta ao percentual do melhor tempo já registrado por um atleta do mesmo gênero e idade naquela modalidade de corrida. Um exemplo dado por Harper compara 2 corredores de 42 anos, para uma corrida de 5 quilômetros. O corredor faz a corrida em 19 min e 50 s (1170 segundos). A corredora faz a corrida em 21 min e 51 s (1311 segundos). Para descobrir o percentual que esses tempos representam em comparação com a referência do melhor resultado já registrado para essa corrida, nessa idade e com esse gênero é necessário ter esses dois valores: 13 min 39 s (819 segundos) para o corredor homem e 15 min e 18 s (918 segundos) para a corredora mulher, ambos de 42 anos.

Fazendo a equação para esses valores, ambos corredores resultam em uma classificação etária de 70. Ou seja, os tempos de referência para cada gênero, dessa mesma idade, representam 70% do tempo do corredor e da corredora. Isso significa que para aquele gênero e idade, ambos tiveram desempenho equivalente, mesmo que os tempos deles sejam diferentes. Esse método é bastante utilizado para analisar o desempenho de corredores e corredoras de acordo com a idade. Quanto maior o percentual resultante, mais próximo o corredor ou a corredora estará do melhor tempo de referência, ou seja, quanto maior o percentual, melhor o desempenho daquele indivíduo.

Atualmente, existem calculadoras prontas disponíveis na internet onde o usuário ou usuária coloca o seu sexo, idade e qual a modalidade de corrida e obtém o percentual etário. A seguinte tabela de referência³¹ é comumente utilizada para avaliação da classificação etária do tempo de corrida:

Percentual Etário	Padrão de Qualidade
100%	Recorde Mundial
90%+	Nível Mundial
80%+	Nível Nacional
70%+	Nível Regional
60%+	Nível Local

³¹ <https://runbundle.com/tools/age-grading-calculator#how-it-works>

Harper então coleta dados dos resultados de corridas das várias atletas para corridas de 5k, 10k, meia maratona e maratona ao longo de 7 anos. Esses tempos são todos utilizados na equação do percentual da classificação etária, de acordo com a categoria de gênero da época e com a idade correspondente. Com esses dados, foram produzidas médias do Percentual Etário para cada corredora na categoria feminina e na categoria masculina. Essas médias foram estatisticamente iguais: 68,7 na categoria masculina e 68,5 na categoria feminina. O mesmo procedimento, utilizando os valores mais altos de Percentual Etário para cada atleta, também produziu médias estatisticamente equivalentes: 72,7 na categoria masculina e 73,4 na categoria feminina.

A discussão sobre os resultados envolveu analisar pormenores dos dados: a corredora número 7 teve aumento significativo no desempenho após a transição de gênero justificada pela mudança de regime de treinamento e perda de peso. A corredora 4 teve muitas lesões após a transição e teve que reduzir suas cargas de treino. A corredora 5 perdeu gradativamente a motivação com a corrida e logo após o período de coleta de dados desistiu do esporte. Então, cada atleta analisada teve vários fatores influenciando seus resultados além da mudança hormonal.

O objetivo principal da lógica empregada por Harper (2015) foi demonstrar que os desempenhos das atletas não foram desproporcionais em relação ao de mulheres cis. Elas não passaram a ser atletas de nível muito maior após a transição. Seus desempenhos proporcionais ao gênero e a idade continuaram em média do mesmo nível.

A autora faz considerações destacando que esse trabalho se refere principalmente para corredoras de resistência, outras modalidades que são mais baseadas em força e potência não necessariamente são equivalentes a esse estudo, mas ela sugere que esse método possa ser utilizado para todas as modalidades que utilizem resultados individuais mensuráveis como tempo, quilograma e distância.

Genel (2017) pondera sobre como “transatletas” ou “atletas transgêneros/as” podem ser “acomodados/as” nos esportes. Ele retoma a construção do consenso de 2004 que exigia cirurgia de retirada de Gônadas e reconhecimento jurídico do sexo, e as mudanças ocorridas no consenso de 2015 que define como critério o limite de testosterona circulante em 10 mol/L por pelo menos 12 meses anteriores à competição e que, assim, deve ser mantido ao longo da carreira da atleta. Para homens trans é permitida a participação “sem restrições”. O valor de 10 nmol/L foi escolhido por ser o limite inferior do que é considerado normal para homens. E foi o mesmo limiar escolhido para o

protocolo de hiperandrogenismo em mulheres intersexo. Essa definição para hiperandrogenismo foi desafiada na Corte Arbitral do Esporte para que se mostrassem evidências de que níveis elevados de Testosterona produziam realmente uma vantagem desproporcional. O consenso sobre os 10 nmol/L ainda não está fechado. Além disso, Genel menciona preocupação das autoridades de que se as atletas mulheres trans mantiverem suas gônadas intactas, elas podem tentar trapacear modificando seu regime de medicamentos para ter testosterona elevada durante o treinamento. Alguns especialistas defendem que o limiar deve ser mais próximo do limite superior de mulheres, considerado aproximadamente 3,1 nmol/L. Esses valores de limiar inferior de 10 nmol/L para homens e 3,1 nmol/L de limiar superior para mulheres são mais uma opção de performar[enact] a “biologia feminina e masculina”. Até agora foram vários valores de média, mediana, faixas, percentis possíveis de serem escolhidos para representar “homens” e “mulheres”.

Genel (2017) também traz outra questão: qual o protocolo em relação a manutenção de níveis de testosterona em mulheres trans que retiraram as gônadas? Ele retoma o caso de uma atleta do ciclismo que, tendo retirado suas gônadas, processou a Corte canadense por não permitir que ela utilizasse testosterona exógena para manter níveis de 5 nmol/L de T. Ela sofria com sintomas de menopausa devido à baixa Testosterona, produzida exclusivamente pelas glândulas adrenais, no caso dela. O nível endógeno de produção de T não era suficiente para manter a saúde “normal” e o bem-estar, mas mesmo assim, as regras não permitiram que ela pudesse competir ao mesmo tempo que tomasse suplementação exógena de testosterona. Genel considera incongruente manter 2 limiares de testosterona muito diferentes para atletas trans com testículos intactos e sem eles. O bem-estar das atletas trans, entretanto, não parece ser um detalhe na composição das normativas. Ele cita um documento da National Collegiate Athletic Association (NCAA) – Associação Nacional de Colegiados Atlético, uma associação que reúne diversas instituições que organizam os esportes universitários nos Estados Unidos. As políticas para atletas trans da NCAA foram adotadas em 2011. Genel se refere a essas políticas como menos explícitas que as do COI – não definem níveis de testosterona para mulheres trans, somente exige-se um ano de terapia hormonal. Caso a mulher trans não esteja fazendo terapia hormonal, ela pode competir na categoria do gênero que foi atribuído no nascimento. Ele então afirma que a política “é bastante detalhada, com exemplos para justificativa de inclusão apropriada e uma extensa bibliografia”. Embora detalhada e extensa, a lógica desse documento não parece ter sido

incorporada na proposta do COI. Um dos especialistas consultados para a elaboração dela foi Eric Villain (EV), também membro do consenso de 2015 do COI. Também contou com a participação de diversos/as atletas trans.

A regulamentação da NCAA de esportes universitários (Griffin e Carroll, 2011) leva em consideração prioritariamente o acolhimento e respeito às pessoas trans que desejam competir em esportes universitários. O documento conta com relatos de atletas trans, e com guia para treinadores/as e gestores/as com o objetivo de educar todas as pessoas a respeito da inclusão de pessoas trans no esporte, com dignidade e respeito pela identidade de gênero.

A proposta epistemológica desse documento difere diametralmente do Consenso do Comitê Olímpico Internacional. A regulamentação da NCAA discute as principais razões pelas quais existe a preocupação de que mulheres trans vão diminuir as oportunidades de mulheres cis de participarem no esporte devido a vantagens injustas: a) que mulheres cis vão perder oportunidades nos esportes devido a essas vantagens e b) que homens cis vão ser induzidos a “se transformarem” em mulheres trans para ter mais chances de ganhar. O documento reconhece que se assumir de um gênero diferente do designado é um processo complexo e que não deve ser tomado levemente, reconhecendo a legitimidade da vivência de gênero de pessoas trans, o que descaracterizaria a preocupação de que homens cis viessem a desejar serem mulheres trans somente para o propósito de ganhar competições. Já a preocupação sobre vantagens físicas de mulheres trans não é bem fundamentada, especialmente nos casos em que mulheres trans começam a transição hormonal cedo, sem terem passado pela puberdade. Além disso, também é destacado que existe diversidade corporal entre pessoas trans, podendo existir mulheres trans mais altas, mais baixas, mais fortes, mais fracas, de diversos tipos corporais. Portanto, não seria justo associá-las somente com um tipo corporal maior e mais forte, então a preocupação sobre vantagens injustas e representatividade desproporcional no esporte feminino não se justificam.

Se existe algum risco documentado sobre a utilização de procedimentos de mudanças físicas com o objetivo único de promover vantagens nos esportes é o de induzir a administração de hormônios andrógenos a mulheres cis. Essa estratégia foi documentada nos anos 70, e é citada como uma das principais razões pelas quais se policiam as mulheres intersexo com hormônios andrógenos “em excesso” (Bermon, 2017; Franke et al, 1997). Em alguns casos, essas atletas cis recebiam hormônios sem o

seu consentimento. O caso de Andreas Krieger foi documentado em um curta chamado “Heidi’s fartherst shot³²” (O lançamento mais distante de Heidi).

Andreas foi designado no nascimento como Heidi Krieger e competia na modalidade do arremesso de peso no atletismo. Recebeu hormônios andrógenos sem seu consentimento pelo técnico da equipe e desenvolveu características físicas consideradas masculinas. Ao descobrir sobre transexualidade ele resolveu adotar então uma identidade masculina, passando a se chamar Andreas, o que ele diz ter salvado sua vida. O caso de Andreas fornece materiais de análise sobre a confluência entre características físicas derivadas de hormonização associadas a um gênero. Ele não manifestava desejo de viver como homem, mas devido a características físicas que ele adquiriu com treinamento e hormonização, fez mais sentido socialmente para sua vida que ele vivesse sendo reconhecido como homem. Isso também ilustra como o tratamento dado a homens trans é desumanizante e discriminatório, visto que sua família cortou laços com ele devido à decisão de viver como homem. Entretanto, sua história de hormonização compulsória não deve ser um parâmetro de análise em relação a homens trans em geral. Os elementos que o constituíram como homem trans não refletem a realidade desse grupo político. Aí que o conceito de “pessoas trans” deve ser separado da mera mudança física de caracteres sexuais secundários. A ideia de que a presença de caracteres sexuais secundários é o único quesito que informa o gênero vem dos traços da cisnormatividade desenvolvidos por Vergueiro (2015). Essa operação conceitual promove a redução de pessoas trans a essa mudança corporal, o que é observado também na discussão sobre esportes quando esta centra-se em quantidades hormonais e efeitos na composição corporal.

A identidade política de homens trans considerada nesse trabalho é de pessoas que tem a identidade de gênero masculina por autodeclaração. Hormonizar alguém sem consentimento não é o que isso significa. No caso de Andreas, ele eventualmente passou a se identificar como homem na sociedade, mas o fato dele ter sido submetido à hormonização compulsória sem consentimento é condenável. Várias outras atletas contemporâneas foram submetidas ao mesmo tratamento e não decidiram viver como homens, o que aponta também para o componente fundamental da auto-identificação de gênero.

O que este caso demonstra é que as chances de induzirem pessoas do “sexo masculino” a transformarem seus corpos no que a cisnormatividade considera “feminino”

³² <https://www.andreas-krieger-story.org/en/>

é menos documentada do que o oposto. Uma possível explicação para essa ocorrência é que o status superior da masculinidade é muito mais protegido. O próprio medo de “contaminar” a masculinidade com essa “feminilização” é evidência disso. Mesmo sem nenhuma história documentada que indique essa possibilidade, o medo antecipatório protege o status de supremacia masculina. Ao mesmo tempo, demonstra como a inferiorização incide sobre pessoas a quem se atribui o sexo feminino no nascimento e como isso invisibiliza homens trans, já que eles não são uma ameaça para a categoria esportiva masculina em geral. Não existe nenhum receio de que homens trans tenham vantagens injustas contra homens cis. O policiamento dos limites só acontece para o limite superior na categoria feminina.

Atualmente o único homem trans que se tem registro que compete em nível internacional é Chris Mosier do triatlão (Klein, 2018). O boxeador Patricio Manuel³³ também fez história ao ser reconhecido como primeiro homem trans a lutar num evento de boxe profissional. Controvérsias envolvendo homens trans no esporte tem características diferentes das envolvendo mulheres trans. Ambas apresentam elementos de discriminação transfóbica, mas os homens trans são mais frequentemente considerados “ameaças” ao sistema de sexo/gênero do que ameaças à segurança de atletas cis. A não ser em casos como de Mack Beggs (ibid., 2018), competidor da luta olímpica em nível escolar, que não foi aceito para competir na categoria masculina devido ao seu registro de sexo jurídico feminino. Ao competir contra mulheres, foi duramente vaiado e criticado. Outro caso que demonstra o lugar simbólico inexistente para homens trans na sociedade.

Em geral, a discussão sobre pessoas trans no esporte ainda gira muito ao redor da busca de equivalências corporais entre pessoas trans e pessoas cis, tomando como base as referências cis de superioridade masculina e a branquitude. Isso inclui também pesquisas com cérebro de pessoas cis e trans (Luders et al, 2009 - EV) da mesma forma que ao longo do séc XIX se busca a verdade do “sexo biológico” presente no cérebro. Nos esportes, a concentração é prioritariamente nos hormônios androgênicos, por estarem associados à produção de massa corporal, tamanho e hemoglobina. Características que influenciam do desempenho atlético, mas que não necessariamente determinam o sucesso competitivo, já que são múltiplos os fatores envolvendo cada esporte. Esse processo de resumir identidades cis e trans a caracteres fisiológicos promove um apagamento do efeito produzido pelas interações com o gênero culturalmente, e faz com que se sustente uma

³³ <https://esportes.estadao.com.br/blogs/blog-do-baldini/primeiro-boxeador-transgenero-estreia-com-vitoria-no-boxe-profissional/>

ilusão de que existe um dado da natureza “sexo” que é isolado dessa produção cultural de gênero.

Capítulo 7. Discussão e Conclusões

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro.

Donna Haraway

A trajetória da discussão sobre diferença sexual no desempenho quando analisada a partir do conjunto de especialistas presentes na reunião do consenso do Comitê Olímpico internacional apresenta uma narrativa que começa na discussão do doping, estabelecendo tecnologias utilizadas na detecção de substâncias em atletas, bem como em um projeto de base de dados das referências fisiológicas de cada atleta (Passaporte Biológico Atlético). O segundo elemento que continua a narrativa é a investigação sobre o fenômeno das atletas cisgêneras que não menstruam. Essa investigação inaugura a figura da “atleta hiperandrogênica” (Hagmar, 2009) cuja ausência de menstruação vem de um perfil hormonal “mais androgênico”. A hipótese mais comum anterior é de que a principal razão para atletas não menstruarem era a chamada “Síndrome da Mulher Atleta” – caracterizada pela ausência ou irregularidade da menstruação, baixa densidade óssea e distúrbios alimentares. Inicialmente essa síndrome era pensada como “da mulher” atleta, pois a centralidade da sua ocorrência partia da ausência de menstruação. Simbolicamente, a ideia por trás da concepção desse fenômeno dessa forma é quase como que se o exercício de alto rendimento, ou em grandes quantidades, afetasse a “essência” feminina de uma mulher, acarretando então na perturbação da menstruação. A atleta que apresentava esse fenômeno tinha baixos níveis de estrogênio, que está associado à baixa densidade mineral óssea. Em resumo, é como se o exercício em excesso prejudicasse e fragilizasse esse corpo que não é essencialmente feito pra atividades consideradas viris.

Em 2014, o consenso do COI reconfigurou a Síndrome da Mulher Atleta a partir de constatações de que homens também são afetados por efeitos do balanço energético

negativo devido às altas demandas esportivas e ingestão inadequada de nutrientes - o que ocorre mais frequentemente em esportes que necessitam de baixa quantidade de gordura, ou em que atletas precisam estar dentro de uma categoria de peso específica (Mounjoy et al, 2013 e 2014). Existem ainda controvérsias e muita resistência em relação a essa modificação, indicando dificuldade no abandono da performatividade da lógica científica que relacionava essa síndrome com a “mulher atleta”.

Quando Hagmar (2009) propõe que hiperandrogenismo também é uma causa para ausência de menstruação em atletas, surge uma nova representação de mulheres atletas: a mulher hiperandrogênica. Aquela que é mais “masculina”, que tem mais hormônios androgênicos do que a média. Essa tem maior densidade óssea e maior perfil anabólico. Dessa vez, a associação simbólica mostra uma mulher que foi “contaminada” pela masculinidade, e por isso apresenta um perfil mais coerente com a virilidade do esporte.

Em relação a atletas mulheres, a produção de inteligibilidade que parte da menstruação parece fazer parte da performatividade de gênero/sexo que repetidamente produz inteligibilidade da essência da feminilidade através desse parâmetro fisiológico. Vários elementos precisam estar alinhados entre si para que ocorra uma menstruação considerada saudável. Entre eles: equilíbrio hormonal entre andrógenos e estrógenos, além de outras substâncias; a presença de útero, ovários e canal vaginal para produzir hormônios e materializar a ocorrência da menstruação, genitália externa do tipo vulva e combinações de cromossomos (XX). Quando estes fatores são fragmentados em diversas possibilidades que foram apresentadas na narrativa da produção científica apresentada. São formas de performar[enact] a mulher atleta através de dispositivos diferentes que convergem na reiteração da performatividade da associação sexo/mulher/feminilidade:

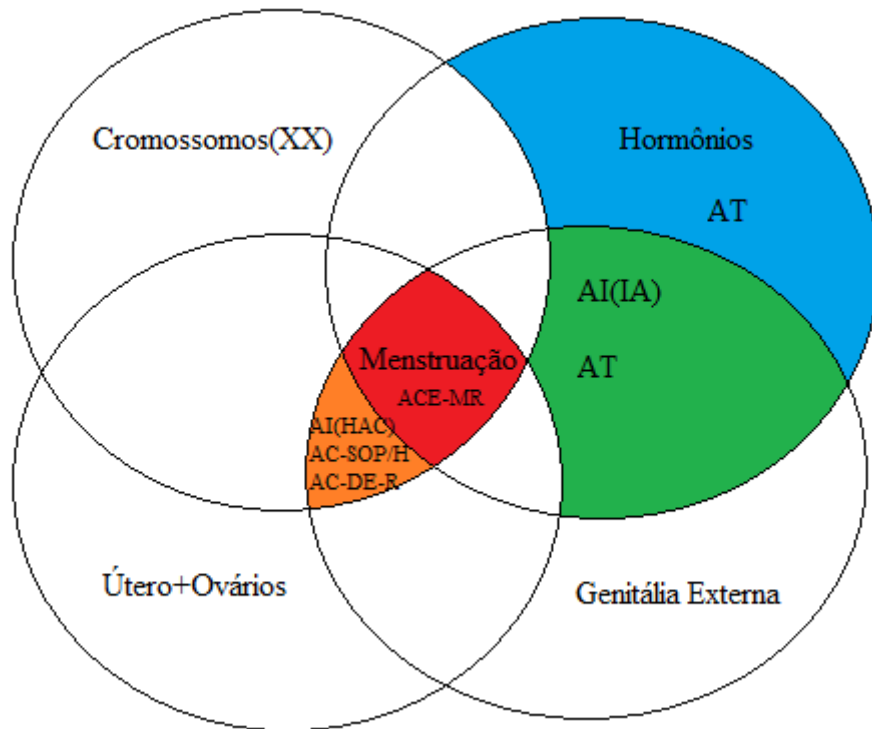


Figura 6: Esquema da sobreposição de condições envolvidas com a menstruação. Fragmentação da performance[enactment] de diferentes mulheres atletas.

Sigla	Tipo de Atleta	Cor	Característica Fisiológica
AC-DE-R	Atleta Cisgênera com Déficit de Energia Relativo	Laranja	Devido ao bloqueio do eixo hipotalâmico e baixo estrogênio não apresenta menstruação.
ACE-MR	Atleta Cisgênera Endossexo Com Menstruação Regular	Vermelho	Única categoria que apresenta todos requisitos para menstruação regular: Cromossomos XX, perfil hormonal “normal”, útero, ovários, genitália externa.
AC-SOP/H	Atleta Cisgênera com Síndrome do Ovário Policístico ou Hiperandrogênica	Laranja	Perfil hormonal com níveis mais altos de andrógenos.

			Menstruação irregular.
AI(HAC)	Atleta Intersexo com Hiperplasia Adrenal Congênita	Laranja	Perfil hormonal com níveis mais altos de andrógenos. Menstruação irregular.
AI(IA)	Atleta Intersexo com Insensibilidade Androgênica	Verde	Cromossomos XY, Alta produção de T mas que não é processada (Insensibilidade aos andrógenos)
AT	Atleta Trans	Verde	Cromossomos XY, perfil hormonal com níveis muito altos de andrógenos que é reduzido por tratamento hormonal. Retirada das gônadas e vaginoplastia (opcional).
AT	Atleta Trans	Azul	Cromossomos XY, perfil hormonal com níveis muito altos de andrógenos que é reduzido por tratamento hormonal.

ACE-MR: Atleta Cisgênera Endossexo Com Menstruação Regular

AC-DE-R: Atleta Cisgênera com Déficit de Energia Relativo

AC-SOP/H: Atleta Cisgênera com Síndrome do Ovário Policístico ou Hiperandrogênica

AI(HAC): Atleta Intersexo com Hiperplasia Adrenal Congênita

AI(IA): Atleta Intersexo com Insensibilidade Androgênica

AT: Atleta Trans (que pode ou não ter a genitália externa considerada “feminina”)

Quando dissecamos as condições possíveis pelas quais mulheres atletas cis, trans, endossexo e intersexo tem sua menstruação analisada, percebemos que para apresentar a

menstruação “saudável” estão presentes todos esses elementos fisiológicos. Esta composição fisiológica é, portanto, a detentora da posição de maior superioridade no espectro da hierarquia entre mulheres. É o que a matriz cisnormativa elege como o critério universal de constituição do que é ser mulher, tomando a fertilidade como o topo da idealização. A partir daí, se hierarquizam os níveis de mulheridade, sendo que todas que não apresentarem menstruação “saudável” são patologizadas de alguma forma. Mulheres cis endossexo são caracterizadas como “hiperandrogênicas” quando têm a composição hormonal mais andrógena. Se têm estrôgenio baixo, provavelmente é o caso da antiga “Síndrome da Mulher Atleta”. Se são intersexo e têm maiores níveis de T são associadas com o diagnóstico de Hiperplasia Adrenal congênita, ou com Síndrome da insensibilidade androgênica para as que tem cariótipo XY, e, portanto, não vão ter a testosterona mais alta. Quando são Trans, nem são consideradas oficialmente mulheres, mas têm os critérios hormonais dos elementos destacados e também podem ter a genitália externa se fizeram cirurgia.

Como apontou Favero (2019), as cisgeneridades também podem ser múltiplas e precarizadas. O limiar do aceitável do espectro de identidades de mulheres possível para ser aceita nas competições aceita mulheres cis e endossexo, sendo que as que têm ovário policístico são as que mais se afastam do ideal da feminilidade. Ainda assim são tidas dentro do espectro da normalidade, visto a proposta de ponto de corte de testosterona em Handelsman (2018) de 5 nmol/L que entende que não existem mulheres “normais” com níveis de T acima desse limiar. Para obter o Passaporte Biológico de Atleta, mulheres intersexo e trans precisam expressar esse ideal fisiológico. A cidadania atlética é então condicionada com uma intervenção medicamentosa.

Já para homens, não existe o mesmo escrutínio fisiológico. Homens trans pouco aparecem nas análises, já que se pressupõe que eles sejam inferiores do que homens cis, acompanhando análise de Peçanha (2018). Logo, eles não representariam uma ameaça no desempenho esportivo, desde que mantivessem níveis de T no mesmo espectro que o de homens cis, que são a matriz de referência para ser enquadrado no espectro “humano”. Para homens trans, a retórica utilizada na discussão é se eles conseguiriam superar a “inferioridade” do perfil hormonal “feminino” o suficiente para chegar no nível de homens cis. Os poucos dados disponíveis, como em Goren et al (2014), apontam que sim. O espectro de composição corporal muscular de homens trans que tomaram T se sobrepôs aos de homens cis, ainda que o limite inferior de homens trans fosse mais baixo

que o limite inferior da média considerada para homens cis. A análise apresentada é de que como somente os homens trans mais fortes e atléticos estariam na competição de alto rendimento, então já haveria essa seleção daqueles cujo valores de T estão no espectro superior.

Em 2018, a Associação Mundial de Atletismo (World Athletics, antiga IAAF) publicou novas normas para participação de mulheres intersexo nas competições de atletismo. Pielke e colaboradores (2019) destacam que a exigência de intervenção medicamentosa para mulheres com hormônios andrógenos elevados (hiperandrogenismo) é voltada somente para mulheres com variações no desenvolvimento sexual³⁴ (DDS – “Desordens do Desenvolvimento Sexual”), não inclui mulheres endossexo na mesma situação. O limiar de 5 nanomol/L foi escolhido a partir da pesquisa de Handelsman et al (2018), que a metade do limiar escolhido para a resolução do COI de 2015. Os eventos sujeitos a essa regulamentação são: 400m, 400m com barreiras, 800m, 1500m e 1 milha.

Interessantemente, a pesquisa que embasou essa nova regulamentação, apresentou diferença estatística na prova do martelo, mas essa modalidade não entrou no novo regulamento. Karkazys e Jordan-Young (2018) destacam que a escolha dessas provas atinge especificamente a atleta Caster Semenya, cuja batalha jurídica contra a World Athletics era notória.

Além disso, Pielke (2019) destaca a fragilidade da integridade científica da publicação: foram encontrados dados repetidos, dados imprecisos, que não correspondem inteiramente ao argumento do estudo. Isso compromete seriamente a integridade da publicação utilizada para regular uma política esportiva que vai afetar a saúde de todas as mulheres intersexo que competem no alto rendimento do atletismo.

As discussões sobre atletas trans aparecem como um fragmento da discussão mais geral da testosterona como elemento fundamental da diferença sexual no esporte, não constituindo um campo com produção própria fora o fato de ser mais um elemento que reforça a estrutura do binário cisgênero endossexo da diferença sexual.

7.1. Os traços da cisnormatividade na divisão sexual do esporte

a) Pré discursividade:

³⁴ Pires (2020) DDS, Machado, DDS

Quando a proposta do limiar de 10 nmol/L de T para atletas mulheres trans é feita, não existem referências que demonstrem relação direta com o desempenho. Ele é escolhido arbitrariamente por ser o limite inferior de homens cis pelo método de espectrometria de massa por cromatografia em fase líquida feita por Haring et al (2012) em comparação com várias possibilidades de referências do método de imunensaio, que têm pequenas variações, sendo menos preciso especialmente para valores pequenos, como no caso de mulheres cis.

Pielke (2019) retoma o histórico da Federação Internacional de Atletismo (World Athletics, antiga IAAF) que precisou produzir fundamentação teórica para seu regulamento em relação a mulheres intersexo. Ou seja, quando ambas instituições COI e World Athletics fizeram seus regulamentos, que, no caso da segunda, barrou atletas como Caster Semenya e Dutee Champ de competirem devido a altos valores de T, não existia fundamentação teórica de que elas tivessem vantagens injustas da magnitude da diferença sexual entre homens cis e mulheres cis. Isso foi uma materialização da pré-discursividade da relação entre T, composição corporal, força e desempenho atlético. Em 2015, a Corte Arbitral do Esporte suspendeu a regulação da Federação de Atletismo, requisitando que mostrassem então evidências científicas dessa relação. Os estudos realizados para isso foram os de Bermon e Garnier (2017) e Bermon et al (2018), resultando em revisões de Bermon (2017) e Handelsman et al (2018) – **posteriores** à implementação das regras iniciais.

Em Bermon e Garnier (2017) alguns resultados inesperados: Homens cis de modalidades de arremesso (martelo, dardo e disco) apresentaram concentrações de T menores do que outros atletas, quase no limite inferior de 10 nmol/L. Foram valores menores do que a média de corredores de maratona (conhecidos por apresentarem hipoandrogenismo: níveis menores de hormônios masculinos). Essa surpresa com os valores de T dos arremessadores indica uma falha na performatividade da lógica científica da reiteração da relação T – Desempenho. A pré-discursividade em que se supõe a correlação linear entre maior T = maior virilidade não consegue explicar esse fenômeno.

Para contornar essa falha, os autores fazem **suposições hipotéticas** envolvendo possível uso de doping, e relação entre quantidade de gordura mais alta nesses atletas, que interfere na quantidade de T. Essas propostas de explicação aparecem para redirecionar o fenômeno incompreensível para a normatividade performativa. Ou seja, nunca os parâmetros básicos da cisnormatividade que constituem essa inteligibilidade

entre sexo biológico – Virilidade – Força – Testosterona são questionados quando aparecem fenômenos que desafiam essa lógica.

Nessa mesma pesquisa, a concentração maior de Testosterona Livre foi relacionada com uma vantagem competitiva de 1.8% a 2.8%. Longe de ser aqueles 10% das diferenças sexuais. Mas com esse dado, os autores supõem que podem extrapolar para afirmar que atletas mulheres com T próximas do espectro considerado masculino terão vantagens ainda maiores, e essa especulação vira o regulamento que impõe a obrigatoriedade de mulheres intersexo de se medicar para reduzir níveis de T, mesmo que isso traga malefícios para sua saúde (como efeitos colaterais do uso de contraceptivos orais).

Para ampliar ainda mais o efeito da diferença sexual, na conclusão desse estudo, é afirmado:

“Nos 400m, 400m com barreiras, 800m, arremesso do martelo e salto com vara, atletas mulheres com altos níveis de testosterona se beneficiam de vantagem competitiva de 1.8% a 4.5% sobre outras atletas com níveis androgênicos **normais**.” (Bermon, 2017, grifos meus, tradução minha³⁵)

Inferre-se pela escolha de palavras um pareamento de desempenho entre mulheres atletas normais e anormais baseado nos níveis de T. Seguindo a análise de Menier (2018) essa inferência está incorreta. A metodologia empregada de comparação entre tertis que não definem a priori qual é esse limite do normal e anormal não pode ser extrapolada para essa conclusão. Inclusive, por essa metodologia, existe diferença de desempenho estatisticamente significativas entre atletas que estão dentro do patamar “normal” na modalidade de salto com vara. Então o parâmetro de níveis de T “normal” vs “anormal” para definir a “igualdade” entre competidoras não é metodologicamente válido nessa pesquisa. Somado a isso, ainda foram encontrados erros significativos nos dados (Pielke, 2018).

As inferências baseadas em noções pré-discursivas da relação entre T e atletismo demonstradas nessas pesquisas materializam o traço da pré-discursividade da cisnormatividade (Vergueiro, 2015).

³⁵ In 400 m, 400 m hurdles, 800 m, hammer throw and pole vault, female athletes with high testosterone levels benefit from a 1.8% to 4.5% competitive advantage over other female competitors with normal androgen levels.

Binariedade: a busca por 2 patamares bem divisíveis, delimitados de correspondência entre desempenho e níveis de T.

Dentre o conjunto de pesquisadores da rede pesquisada, Stephane Bermon é o que mais se destaca nos esforços de estabelecer as diferenças sexuais a partir das diferenças de concentração de T. A base do argumento está representada em Handlesman, Bermon e Hirschberg (2018), artigo em que pesquisas citadas indicam que existe um patamar de concentração de T que produz aumento significativo de força e massa muscular, resultando num tipo de interruptor entre masculinidade e feminilidade, entre homens e mulheres. Esse interruptor é o símbolo do traço da binariedade da cisnormatividade. A busca por produzir essa inteligibilidade na produção científica é parte da magia do truque da naturalização da cisgeneridade. Handelsman et al (2018) revisaram várias pesquisas que buscaram elucidar as relações entre Testosterona, elementos da composição corporal e testes físicos.

Dados das pesquisas demonstram que em homens cis, em situações que os níveis de T são graduados em patamares diversos a partir de medicamentos que interrompem a produção endógena de T, e então são administrados valores controlados desse hormônio, em homens que passam de valores “femininos” de T (0.9 nmol/L) para valores “anormais” em mulheres (acima de 6.9 nmol/L) observa-se um aumento de 2,3% de massa magra total (massa muscular), 3.0% de área muscular na coxa e 5.5% de força no legpress (Bhasin, 2001).

Em mulheres cis no mesmo tipo de contexto, em que as doses de estrogênio e testosterona eram administradas para produzir patamares diferentes de T (doses: 0, 3 mg, 6.25 mg, 12.5 mg, and 25 mg, respectivamente) produziram-se efeitos na massa muscular de tamanhos diferentes de acordo com a dose. Mulheres que aumentaram a concentração de T para 7.3 nmol/L apresentaram aumento de 4.4% até 12% de massa muscular, e 26% de aumento de testes de força como supino, legpress e subida de degrau com peso) (Huang et al, 2004).

Resultados em pessoas trans também foram incluídos no argumento de Handlesman, Hirschberg e Bermon. Em uma amostra de 17 homens trans que com uma média de 31 nmol/L aumentaram a massa muscular em 19.2%, outro em que 23 homens trans fazendo hormonização aumentaram os volumes de massa muscular entre 6.5% e 16.6% e força de preensão palmar em 18% (comparados com grupos controle de mulheres

cis). Já em 20 mulheres trans que fizeram tratamento hormonal a base de estrogênio - reduzindo os níveis de T circulante para magnitude dos de mulheres cis adultas, foi observada a redução de 9.4% a massa muscular, medida pela área da seção circular.

A apresentação desse conjunto de dados é uma repetição performativa de que a Testosterona é a responsável ÚNICA pelas diferenças sexuais observadas no atlecisismo de homens e mulheres. A influência da T na massa magra e na produção de força não é inquestionável. Entretanto, afirmar que a **magnitude** dessa influência obedece a um padrão binário bem definido que mimetiza a “normalidade” dos níveis de T de homens e mulheres parece ser uma ficção. Por razões já apresentadas em Menier (2018), Pielke (2018) e Healy et al (2014) essa extrapolação para o modelo binário é frágil.

As amostras utilizadas nessas referências não são escrutinadas por sua adesão à normatividade de gênero. Em populações menos treinadas, a possibilidade de mudança de composição corporal e desempenho físico é maior, isso se chama janela de treinamento. As pesquisas citadas não consideram a combinação da janela de treinamento com o gênero. Se as valências físicas e atleticismo são consideradas de domínio da masculinidade, a normatividade de gênero pode influenciar na janela de treinamento da amostra.

As relações com a atribuição de gênero/sexo no nascimento são complexas. Atribui-se normatividade e expectativas de gênero/sexo no nascimento, mas o nível de aderência a essas normas é muito variável. As normas em si prevêm comportamentos diferentes em relação a esporte e atleticismo em homens ou mulheres. Pessoas trans em geral apresentam maior rejeição das normas de gênero atribuídas no nascimento. Todo esse conjunto de fatores não é de forma alguma considerado na medida da magnitude das diferenças nos resultados de competição. É como se a única inteligibilidade aceitável fosse a de que existem homens e mulheres bem definidos, congruentes às normas de gênero. A partir dessa ficção, estabelecem-se as relações com as variáveis biofísicas, invisibilizando os efeitos da parafernália de gênero na materialização dos corpos.

Além disso, todas essas pesquisas lidam com diferenças em massa muscular e em testes de força em laboratório. Nenhuma lida com desempenho em competições. As variáveis envolvidas em competições esportivas são muito mais complexas do que somente a medida de massa muscular, ou de testes de força. Ainda que sejam medidas importantes e relevantes, é uma falácia estabelecer relação direta entre as mesmas. A única pesquisa que tenta estabelecer essa comparação (Bermon e Garnier, 2017)

encontrou variação de até 4.8 %, que ainda não é os 10% a 12% da diferença sexual observada. Aí que entra a crítica de Pielke (2019) que mostra falhas na integridade dessa pesquisa. O truque para funcionar a binariedade precisa esconder essas falhas.

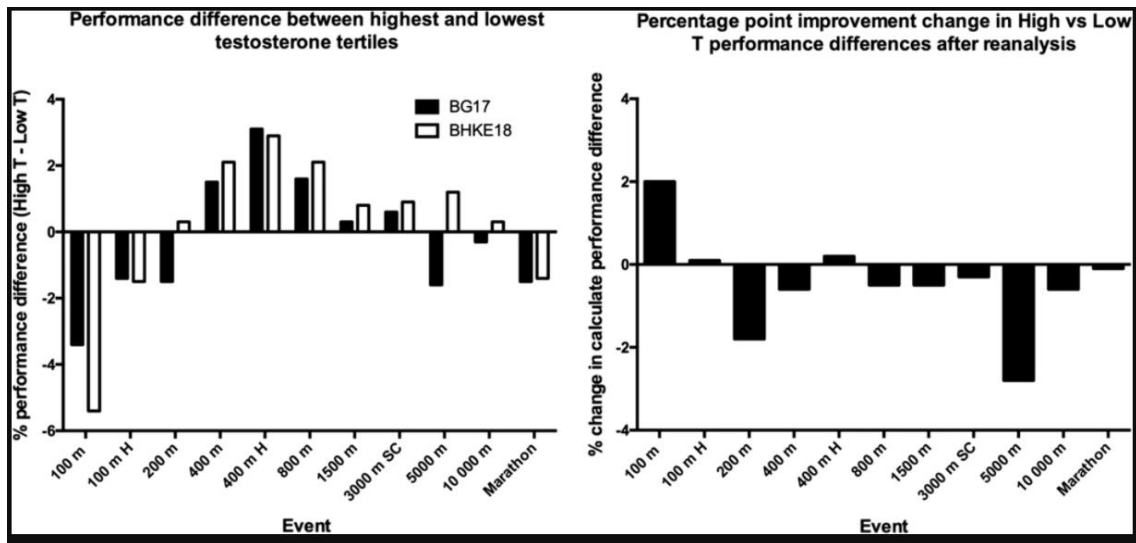


Figura 7: Gráfico reproduzido de Pielke (2019)

Quando Pielke analisa os impactos estatísticos da exclusão dos dados que continham erro nos estudos de Berman e Garnier (2017) e a correção subsequente em Berman (2018), aos quais ele se refere como BG17 e BHKE18 respectivamente, nota-se que em ambos os casos existem porcentagens negativas de diferenças de porcentagem entre atletas com altos patamares de T versus baixo patamares de T. Ou seja, em algumas modalidades, corredoras com mais T eram mais lentas. Maiores níveis de T significariam então desvantagem para essas provas? Essa relação negativa não aparece como parte significativa da análise. É a parte que precisa ser escondida para garantir a eficácia do truque. As barras que apresentam correlação positiva, são as correspondentes às modalidades sujeitas à regulação das mulheres intersexo supostamente por elas terem essa vantagem injusta. O que o estudo de Pielke (2018) ressalta, é que os dados que continham erro produziram um efeito estatístico da mesma magnitude que era o objetivo encontrar: se a afirmativa é que altos níveis de T impactaram em até 5% o resultado, os próprios erros dos dados causaram impactos dessa magnitude, logo, não teria integridade científica em afirmar que os resultados são totalmente confiáveis. E além disso, não demonstram uma relação linear de vantagem de T em um patamar binário.

b) Permanência:

Os traços da vivência corporal no “sexo de nascimento” permaneceriam? Na literatura científica estudada, o traço da permanência aparece na busca pelos traços que são irreversíveis pela vivência de gênero/sexo (incluindo aqui a experiência hormonal) que levaria à possível vantagem injusta de mulheres trans competirem contra mulheres cis, inclusive com preocupação de ameaça à segurança de mulheres cis. No contexto do desempenho esportivo, “ser mulher” significa ser “mais fraca”. Isso que foi a base do enactment da cisgeneridade no esporte, e que é o foco da produção científica. A ausência de regulamentos para pessoas trans competirem em esportes também pode ser relacionada com a permanência, pois não existe a inteligibilidade de pensar um ou uma atleta poderia modificar parâmetros fisiológicos que se relaciona com “gênero/sexo”. Ao mesmo tempo, tendo um referencial branco de cisgeneridade, a preocupação primordial com a segurança é voltada para mulheres brancas. Ao mesmo tempo, esse dispositivo também busca a estabilidade da supremacia do homem branco. A segurança de mulheres negras que são sujeitas a escrutínios racistas não é levada em consideração bem como a segurança de mulheres intersexo e mulheres trans de qualquer raça. A ameaça da transfobia e intersexofobia não são parâmetros inteligíveis para a busca das verdades inerentes e permanentes do sexo biológico.

7.2. Cisgeneridade e espelhos múltiplos: o palco para performance[enactment] da transexualidade

Harper (2015) apresenta seus dados de comparação entre mulheres “transgênero” (transgender) e “mulheres 46, XY”. Gooren (2004) apresenta dados referentes a “transexuais” (transsexuals) que podem ser F-M (de Fêmea para Macho) e M-F (de macho para Fêmea). Devries (2008) apresenta resultados referentes a pessoas “nascidas mulheres”, “nascidas homens”, “transicionadas para mulher”, “transicionadas para homens”. Essas referências de nomenclatura mostram concepções do que seriam pessoas trans e do que seriam pessoas “não-trans”. Mulheres que não são trans então seriam “nascidas mulheres”, “Fêmeas” e “46, XX”. Homens “não-trans” seriam pessoas “nascidas homem”, “Machos” e “46, XY”.

Considerando as questões anteriores relativas a atletas intersex, nota-se que “Fêmeas XY” ou “Mulheres XY” (no original “XY Females”) não são consideradas nesse

tipo de comparação. Nem também Homens XX, que apesar de não aparecerem com evidência nesses estudos, também existem. Isso leva a crer que “Mulheres XY”, por exemplo, não cumprem o requisito de serem “nascidas mulheres”, embora esse status de 46, XY não as retire completamente da associação com serem mulheres, pensando por exemplo na discussão sobre o diagnóstico de “Fêmeas XY” (“XY Females” no original). Já pessoas trans estão completamente dissociadas do seu gênero “transicionado”.

A maneira de fixar o gênero feminino a mulheres trans é através do processo de “transição” que só faz sentido se essa mulher é considerada “nascida homem”, “macho”, “XY”, e o mesmo para homens trans pensados como “nascidos mulheres”. O processo de mudança de valores fisiológicos de Testosterona e Estrogênio é, então, o que significa essa mulher como “mulher-transicionada”, “M-F”, “mulher trans/transgênera”. O status de “mulher” só consegue ser atribuído nesse contínuo, não encontrando inteligibilidade fora dessa matriz de significação. O mesmo ocorre para homens trans que fazem uso da Testosterona. Essa matriz de significados também é expressa pela sigla FTM (Fêmea para Macho) e MTF (Macho para Fêmea), que designam as pessoas que fazem essa modificação de sua fisiologia, que nesse contexto é chamada de “transição de gênero”. Esses termos encontram significado dentro dos traços da cisnormatividade. Não necessariamente todas as pessoas trans são equivalentes a esses termos, mesmo que façam uso de hormônios, visto que seu significado pode ser pensado prioritariamente como político: como uma forma de significar essas existências ininteligíveis dentro da matriz cisnormativa.

A partir da lente da cisnormatividade, as identidades trans seriam “revolucionárias”, subvertem a lógica cisgênera de coesão entre anatomia, fisiologia e gênero. Entretanto, para que esse status de revolução faça sentido no [c]istema, existe um policiamento dessas subversões, que precisam se manter dentro da expectativa cisgênera sobre pessoas trans, utilizando por exemplo dessas designações biomédicas e hormonais para dar um sentido amigável ao sistema para esses corpos. Utilizando da transgeneridade como espelho, a cisgeneridade se estabiliza como natural.

Outra evidência dessa relação de espelhamento estabilizador com a cisgeneridade está nos valores múltiplos de referências hormonais encontrados ao longo da produção. Os diferentes métodos, estudos e grupos de pessoas cis produzem valores com pequenas diferenças. Para Haring e colaboradores (2012), o espectro masculino foi de 10 a 35 nmol/l; o espectro feminino de 0.35 a 2.0 nmol/l. O método de imunoensaio é considerado

menos preciso. Dependendo do laboratório fabricante do kit utilizado, os valores de referências mudam. O método espectrometria de massa por cromatografia em fase líquida é considerado mais preciso, especialmente para valores baixos, como o do espectro feminino. Para Handlesman (2018) o espectro feminino é de 0.12 nmol/L a 1.79nmol/L, enquanto que para homens adultos é de 7.7 nmol/L a 29.4 nmol/L. Mulheres intersexo podem ter valores tão altos quanto o espectro masculino, e, por isso, elas precisam ser patologizadas para dar sentido à “normalidade” cisgênera cujos limites são tão bem delimitados e binários. Mulheres trans e homens trans fornecem outros recursos para a naturalização da cisgeneridade, através desse espelhamento: reconhecer esses indivíduos como “tentativas de cópia” das referências cisgêneras.

Os métodos de medida performam os espectros femininos e masculinos. Materializam as diferenças sexuais em medidas hormonais. Pequenas variações por método ou por grupo estudado indicam a dificuldade de encontrar um valor exato, preciso, único para concretizar a verdade do dimorfismo sexual hormonal cisgênero. As variações são pequenas, ainda assim existe evidência suficiente para demonstrar que homens cis têm quantidades muito mais altas de T em geral do que mulheres cis. Ainda assim, o espelho da transgeneridade auxilia a estabilizar a verdade cisgênera, pois quando se trata de descrever “FTM’s” e “MTF’s” as referências são estáveis, fixas, conhecidas. Os efeitos da hormonização que são tornados inteligíveis na discussão do esporte (menor massa muscular em mulheres trans, maior massa muscular em homens trans, entre outros) são aqueles que reforçam a estabilidade das verdades de corpos cisgêneros.

Para a proposta de epistemologias trans-centradas, não-cissexistas, uma das apostas possíveis é a inclusão séria da relação com a identidade de gênero como variável de análise. Em estudos como o de Harper (2015), Bermon e Garnier (2017), Bermon et al (2018) toma-se como premissa que é possível isolar a influência da Testosterona no desempenho esportivo como uma variável independente de outros fatores, como, por exemplo, as experiências de gênero e raça. Tal premissa acoberta os efeitos corporais da interação com esses marcadores sociais, tomando o corpo como o resultado puro, pré-discursivo, binário e permanente da interação entre moléculas de hormônios.

Para propor uma Pedagogia do corpo não-cissexista é necessário levar em consideração os vários fatores que constituem a materialização das vidas de pessoas trans para além de influências hormonais que ‘imitem’ a suposta natureza cisgênera. Quando a produção científica sobre pessoas trans no esporte isola essas variáveis como se elas

fossem suficientes para descrever a materialidade de pessoas trans, ela utiliza uma pedagogia de corpo que é cisgênero já no ponto de partida, reduzindo as possibilidades de diversidade.

Quando Harper (2015) propõe explicações para as possibilidades diferentes de valores do percentual de faixa etária de tempo de corrida, ela ressalta como para algumas corredoras tiveram lesões e desmotivação pelo esporte que justifica a redução do desempenho, assim como para que teve um aumento da motivação e mudança de composição corporal, o desempenho melhorou. E se fossem incluídos parâmetros do desempenho a partir do acesso a identidade de gênero? Para homens cis, existe alguma recompensa social em ficar mais atlético, forte, rápido ou resistente? Para mulheres cis, existe recompensa social de mudar esses parâmetros da mesma forma? O que significa para homens trans enquanto percebidos como mulheres, acessar esse tipo de atividade esportiva? E para mulheres trans? E para travestis e pessoas não binárias? A complexidade desses questionamentos indica o quanto é necessário multiplicar os palcos em que o gênero é performado, analisar as práticas que estão envolvidas em materializar o corpo gendrado a partir de lentes múltiplas, que não da cisgeneridade compulsória. E isso inclui perceber possibilidades de interação entre moléculas de hormônios para além do binário do dimorfismo sexual cisgênero.

Habib (2020) analisa os corpos de pessoas trans como Corpos Transformacionais, e propõe um jogo de duplo vínculo nas representações dos corpos trans:

“A expressão duplo vínculo é a designação de situação em que um sujeito recebe duas ou mais informações conflitantes e paradoxais em simultâneo, uma negando a outra. Um acerto em uma resposta a uma dessas informações resulta conjuntamente em falha nas respostas às outras. Isso torna qualquer resposta possível automaticamente equivocada.” (ibid., p. 84)

Para os corpos trans, o autor sustenta que o duplo vínculo é operado pela relação entre invisibilização x hipervisibilização, e (Não) presentificação e representação. Transpondo essa lógica para a questão esportiva analisada, a invisibilidade de pessoas trans se manifesta pela ausência de regulamento que permitisse a participação institucional desse grupo, numa pressuposição de inexistência (não presentificação). A partir do momento em que a presença dessas pessoas é considerada, existe a hipervisibilização da construção das identidades trans como espelhos da matriz biológica cis, corpos construídos pela modificação da essência cis. O duplo vínculo paradoxal é que a existência de pessoas trans só se torna inteligível pela aderência a um modelo

cisnormativo que toma as existências trans como inferiores, não-naturais, cópias imperfeitas da cisgeneridade. Se o argumento de que a hormonização torna as pessoas trans “equivalentes” às pessoas cis é o fundamento para defender a participação das mesmas nos esportes institucionais, então toda pessoa trans que não aderir a essa concepção corporal não tem o direito de existir. A mesma lógica é estendida a diferença sexual entre homens e mulheres: se uma mulher tem o desempenho atlético maior do que homens, ela deixa de ser mulher. Se um homem não tem o desempenho atlético maior do que mulheres, ele não é aceito como homem. Esses jogos de visibilidade e invisibilidade são mecanismos de fazer a normatividade se materializar.

A base da cisnormatividade como ferramenta teórica é caracterizada por recusar a associação automática entre biologia/fisiologia e parâmetros de gênero, como historicamente se fez em diversas instâncias e também com associações entre branquitude/negritude e parâmetros fisiológicos corporais que hierarquizam existências. A cissexualidade se baseia na noção de “naturalidade” do gênero, como se a masculinidade e a feminilidade fossem oriundas de cromossomos, hormônios e gônadas. Para construir essa naturalidade, os desenhos de pesquisa analisados partem da associação inequívoca entre hormônios e performance. Mulheres são tidas como inferiores fisicamente unicamente pela hormonização causada pela presença de ovários, estrogênio e testosterona, bem como cromossomos 46, XX. Esse conjunto de características fisiológicas é tido como sempre junto, sempre coeso e sempre relacionado a um desempenho físico 10% a 12% inferior ao de homens (que também vem associado ao conjunto fisiológico de características 46, XY, gônadas do tipo testículos, testosterona e aderência à identidade de gênero masculina desde o nascimento). A cisnormatividade quando utilizada como parâmetro para análise permite então deslocar essas características fisiológicas desse “cistema” coeso, bem definido e fixo. A leitura e análise dos artigos mencionados pôde apontar as instâncias em que as associações foram feitas, permitindo a interrupção dessa cadeia de significados e proposta de outros, considerando como nova premissa que o significado fisiológico dos corpos sejam ampliados, de forma que homens trans e mulheres trans não sejam tidos como “reformas” ou “imitações” de pessoas cis.

Quando Healy (2014) desafia a hegemonia da testosterona como variável principal que explica a diferença de desempenho entre homens e mulheres desenha um gráfico com as quantidades de testosterona relacionadas a performance espalhadas, sem traçar uma reta média separada por gênero. Nesse gráfico de pontos, observa-se que existe uma

sobreposição muito grande entre as quantidades de hormônio e desempenho. Logo, fica mais difícil sustentar que essa divisão seja como um interruptor, em que a partir de uma quantidade muito específica, o desempenho seja tão diferente que justifique uma diferença abissal. Nessa mesma pesquisa, ele sustenta que a maior correlação entre desempenho e gênero que foi encontrada em relação a uma variável fisiológica é a razão entre quantidade de massa magra e massa total. Em termos mais abrangentes, a quantidade de massa muscular na proporção da massa total. A crítica em relação ao estudo de Healy (2014) foi a utilização do método de imunoensaio em vez do método espectrometria de massa por cromatografia em fase líquida, bem como a coleta de sangue ter sido feita logo após o exercício extenuante, o que é um fator que influencia os níveis de hormônio. De acordo com Bermon, esse estado pós-exercício não reflete adequadamente o estado crônico de equilíbrio hormonal de uma pessoa, entretanto no caso de atletas de alto rendimento, é questionável se não seria adequado um modelo oscilatório de compreensão da variação hormonal. Dito isso, mesmo com fragilidades, o estudo de Healy indica outras possibilidades de compreensão dos corpos que não seja o binário expresso em quantidades hormonais de T. Seria possível pensar em modelos com múltiplas variáveis, que poderiam incluir testosterona, massa magra, gênero, raça e outros marcadores que influenciam no desempenho.

7.3. A centralidade da Raça

“A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.” (Davis, p. 25)³⁶

Gênero/sexo são marcadores que não podem ser isolados da raça. Davis (2016) aponta que nos Estados Unidos, quando da ideologia da feminilidade começa a ser espalhada, ela não é aplicada às mulheres negras. Logo, a ideia de fragilidade feminina, ou de “sexo frágil” não era aplicada às mulheres escravizadas na exploração do seu trabalho físico nas lavouras, nas minas de carvão, cavando valas ou qualquer outro

³⁶ Entendo aqui que “escravas” poderia ser substituído por “mulheres escravizadas” para não naturalizar a condição de escravização, embora na tradução citada foi escolhido esse termo.

trabalho considerado “masculino”. O mesmo vale para a masculinidade negra que jamais poderia almejar o papel de “chefe da família” da mesma forma que homens brancos.

Assim como as mulheres negras dificilmente eram “mulheres” no sentido corrente do termo, o sistema escravista desencorajava a supremacia masculina dos homens negros. Uma vez que maridos e esposas, pais e filhas eram igualmente submetidos à autoridade absoluta dos feitores, o fortalecimento da supremacia masculina entre a população escrava poderia levar a uma perigosa ruptura na cadeia de comando. (ibid, p. 26)

Davies ressalta que essas mulheres negras que foram exploradas dessa forma violenta devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão, ficando abaladas e destruídas. Mas a maioria que sobreviveu, adquiriu características consideradas tabu na sociedade daquela época (séc XIX) e, além disso, podem ter aprendido

“a extrair das circunstâncias opressoras de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão. A consciência que tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo. (Davis, 2016, p. 27)”

A partir dessa passagem, pode-se sugerir que existe uma associação entre a representação da força e confiança como símbolos da luta contra opressão racista que mulheres negras promovem com o tratamento de policiamento e vigilância dos limites da feminilidade como no caso de Caster Semenya. Não só as mulheres negras representam, então, a falha na ideologia feminina de sexo frágil, quanto a falha na ideologia de supremacia branca quando se destacam nos esportes, quando mostram força e vitalidade. Esses símbolos ameaçam a colonialidade branca, cisgênera e heterossexual.

Por conta disto, são utilizados recursos para significar esses feitos de atletas negras que não ameacem a narrativa colonial. Um exemplo disso é descrito por Djamilia Ribeiro (2018) ao recordar como a atleta Serena Williams é tratada pela mídia. Nas transmissões brasileiras na ESPN, Serena é chamada de “Serenão”, fazendo referência à sua força física como algo que depreciativamente a colocasse no espectro de masculinidade.

“O apelido denota que mulher e força não combinam, reproduzindo assim o mito da fragilidade feminina. Além disso, Serena tem garra, expressa raiva e seu jogo é agressivo. Tudo isso é quase um crime para uma mulher.” (Ribeiro, 2018, n.p.)

Essas opiniões emitidas por comentaristas nos esportes contextualizam o que Douglas (2012) se refere como uma nova forma de exclusão e policiamento de pessoas

negras quando elas começam a habitar espaços que anteriormente eram exclusivos para pessoas brancas, como é o caso de campeonatos e torneios de tênis que passaram a ser estrelados por Serena Williams e sua irmã Vênus. Essa forma de escrutínio exercida sobre as atletas é utilizada para policiar e limitar o alcance da representatividade de pessoas negras. A autora retoma a história de Althea Gibson, tenista negra que só foi autorizada a participar do campeonato nacional de tênis nos Estados Unidos em 1950, quebrando, assim, a segregação racial nesse espaço. Entretanto, para acessar esse espaço, no que a autora aponta como interseccionalidade entre gênero e raça, Gibson foi obrigada a fazer um teste de cromossomos para provar que era do sexo feminino. Esse acontecimento demonstra que a cisgeneridade e a branquitude são inseparáveis. Mulheres negras cisgêneras nunca foram consideradas “mulheres” da mesma forma que mulheres brancas nesse referencial colonial.

Ribeiro (2018) também escreve sobre o rechaço coletivo ao goleiro Barbosa, ressaltando que, para grupos oprimidos, a falha de um indivíduo reflete como uma falha do grupo, levando a estereótipos como de que “negros não servem para goleiro”. Esse tipo de processo é similar ao que Douglas (2012) caracteriza como formas de policiamento e escrutínio do acesso de pessoas negras que, desse modo, limita as chances de outros meninos negros acessarem, por exemplo, essa posição de goleiro em times de futebol.

Nesse contexto, mulheres trans negras, que são consideradas como partindo de um referencial masculino (expresso na ideia de “ter nascido homem”), são associadas com o mito do homem negro estuprador, que é uma ameaça à mulher branca. Oliveira (2018) destaca que as teorias de racismo científico implantadas no Brasil pela Antropologia Criminal de Cesare Lombroso tiveram um papel importante na constituição dessa associação entre homens negros e criminalidade, o que respingava nas travestis.

Ao mesmo tempo, por ser associada com esse potencial agressivo, hipersexualizado e heterossexual, a existência de mulheres trans e travestis pode ser considerada como uma traição da negritude por esses referenciais (Oliveira, 2017). Mulheres trans negras são, então, associadas com o mesmo potencial de perigo e ameaça que advém da masculinidade ameaçadora do homem negro, que ameaça não só as mulheres negras, como também a supremacia dos homens brancos, mas não são acolhidas pelo movimento negro como referências legítimas de expressão da negritude (Oliveira

2017, 2018), em mais um exemplo de como a interseccionalidade entre marcadores produz lugares de ininteligibilidade.

Em relação aos artigos analisados, o racismo aparece principalmente a partir do referencial universal branco. Se por um lado, procurar por diferenças biológicas inerentes entre raças pode ser um dispositivo de inferiorização e controle colonial, ignorar os efeitos da produção cultural de diferenças sociais baseadas em raça produz um ideal universal branco. Em Bermon et al (2014), em que se propõem valores de referência de hormônios andrógenos de mulheres atletas, afirma-se que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre raças – afastando assim da produção de diferenças biológicas inerentes – não necessariamente isso significa que não existam parâmetros relevantes de análise em relação à raça. No mesmo trabalho, as referências que apontam, por exemplo, para valores normativos referentes à Síndrome de Ovário Policístico, síndromes intersexo e distúrbios de menstruação são todos utilizando grupos de mulheres brancas. A definição de raça é ausente nesses trabalhos, o que instiga ao questionamento se os efeitos heterogêneos da colonização em populações negras que foram escravizadas conseguem ser expressos nessa formulação metodológica.

Dessa forma, silenciosamente, a branquitude é tomada como referência universal, e a raça só aparece para dizer que as atletas negras estatisticamente “não importam”. Com esse referencial silenciosamente branco, as mulheres negras se tornam alvos mais frequentes dessa vigilância, escrutínio e diferenciação em relação à norma (branca, cis e heterossexual). É esse referencial silencioso que cobra teste de cromossomos da tenista Althea Gibson, chama Serena Williams de “Serenão” e suspende Caster Semenya da categoria feminina. O objetivo desse rechaço seria de limitar a possibilidade de sucesso e celebração dos feitos dessas mulheres negras, e, assim, diversificar as possibilidades de acessos e representatividade de pessoas negras.

Os homens trans negros apresentam uma conjugação de vários elementos de inferiorização e invisibilização. A partir de Santana (2017; 2018) e Peçanha (2018; 2019) os fatores que se interseccionam para produzir o homem trans negro são: a negritude relacionada à ameaça (como também descrita por Oliveira, 2017), a pressuposição de inferioridade do “sexo feminino” ao nascer e a hipersexualização do homem negro a quem se exige hipervirilização. A conjugação desses elementos produz invisibilização e violências sociais específicas para os homens trans negros. Nesse sentido, o acesso aos

níveis mais elevados do esporte é dificultado pelos mecanismos de rejeição social e violências sexistas, racistas e transfóbicas (Santana, 2017, Peçanha 2018, Douglas, 2012).

O aparato ideológico da cisgeneridade produz esse efeito de ameaça relacionado a mulheres trans em geral, tanto negras quanto brancas, mas em relação a mulheres negras produz outras instâncias de desumanização. Essa compreensão é essencial pois as ferramentas de superação desses dispositivos precisam ser pensadas diferentemente para pessoas trans e travestis brancas e negras. Se essa superação tiver como ponto de partida a branquitude silenciosa corre-se o risco de aumentar a representatividade de pessoas trans brancas nos espaços institucionais e simultaneamente dificultar o acesso de pessoas trans e travestis negras.

7.4. Desenrolando os nós das identidades e proposições de futuro

O modo como o sexo biológico é performado nessa rede de produção científica associada com o consenso do COI de 2015 não é linear como esquematizado pela proposição do sexo biológico como caixa preta. Em vez de linear, o sexo biológico é feito com a simultaneidade de pelo menos 3 fatores: Gênero-Raça, Hormônios e Desempenho. Gênero e raça são um fator conjunto pois não existe como isolar esses dois fatores entre si. Isso significa que para pessoas negras o acesso a esses modelos de sexo e gênero é diferente do que para pessoas brancas, intermediado pelo racismo que as desumaniza, visto que o projeto colonial cissexista é também branco. A percepção do dimorfismo sexual, junto com a descoberta de valores de T muito diferentes em grupos selecionados de homens e mulheres (cisgênero, endossexo e brancos) acompanhada da observação de rendimentos esportivos diferentes (de 10% a 12%) entre homens e mulheres materializa simultaneamente o nó da matriz de inteligibilidade cisnormativa que dá sentido ao “sexo biológico”. Não é uma relação linear em que um fator desencadeia o outro. Eles se materializam simultaneamente. Se um desses 3 fatores não estiver em concordância com o nó da matriz, as forças do sistema oferecem maneiras de significar esse fenômeno através dessa matriz: mulheres intersexo são anormais, mulheres trans nasceram homens, homens trans nasceram mulheres, atletas do arremesso com baixa testosterona provavelmente usaram doping, ou são muito gordos, testosterona faz homens trans serem fortes, diminuir testosterona em mulheres trans as enfraquece, e assim por diante.

Esse processo é visível em Harper (2015):

Então, o atleta homem e a atleta mulher tem o mesmo escore de graduação de desempenho, mesmo que o corredor homem tenha corrido mais de 2 minutos mais rápido do que a corredora mulher. Isso é **justo. Homens correm mais do que mulheres.** Os dois corredores estão acima da média para seu sexo e idade e ambos merecem receber elogios **equivalentes.** (p. 4, tradução minha³⁷, grifos meus)

O mapa de inteligibilidade disponível leva à realidade de que homens correm mais do que mulheres. Os futuros possíveis de serem construídos dependem desse nó de inteligibilidade intacto. Logo, para verificar se mulheres trans têm um desempenho equivalente ao de mulheres cis, toma-se como referência que sempre se mantenha essa diferença de desempenho intacta. As influências culturais e sociais que permitem esse fenômeno não se transformam em variáveis de análise, mas em premissas fixas, naturalizadas, tomadas como objetivo a ser concretizado. Já os hormônios são outro ponto de fixação desse mapa, já que eles mimetizam a diferença sexual de desempenho e se relacionam com produção de força e aumento de massa muscular. Assim, o sexo biológico é materializado como natural a partir da cisgeneridade.

Uma controversa consequência da discussão apresentada até agora é o seguinte dilema: Se o argumento ético de que mulheres intersexo não deveriam ser obrigadas a reduzir seus níveis de T porquê não foi possível demonstrar com eficiência científica que esse fator por si só é preditor da diferença de desempenho de 10% 12%, o que isso significa quando aplicado para mulheres trans? Se a T por si só não é um bom modulador para “equidade” nas categorias de gênero, como promover a inclusão de mulheres trans na categoria feminina sem entrar em contradição?

Parte da reflexão aponta para as diferenças nas experiências de gênero, tomando o treinamento de gênero como uma variável fundamental. Entretanto, aqui corre-se o risco de cair no determinismo cultural alertado por Butler (2015) e Nicholson (2000), que é a mesma retórica que as feministas radicais utilizam para invalidar o gênero de mulheres trans (Bagagli, 2019). Entre determinismo cultural e fundacionalismo biológico é necessário encontrar um modelo de compreensão da diversidade corporal e de gênero que não incorra em nenhuma dessas armadilhas.

A performatividade proposta por Butler aparece na rede discursiva através da repetição da noção de que Testosterona é a chave para as diferenças sexuais nos esportes.

³⁷ Thus, our male and female runners score the same age grade despite the fact that the male ran more than two minutes faster than the female did. **This is fair. Men run faster than women.** The two runners are both well above average runners for their age and sex, and **deserve to receive equal accolades.**

Os artigos tomam essa premissa como ponto de partida inequivocamente, com as mesmas estratégias retóricas encontradas por Joel e Vikhanski (2019) na proposição de “cérebros masculinos e femininos”. As autoras propõem um modelo de “mosaico de gênero” em que os cérebros de indivíduos são compostos por mosaicos de características “masculinas” e “femininas”, sendo impossível designar que existe a priori que um cérebro seja essencialmente masculino ou feminino. Esse modelo se sustenta com as pesquisas revisadas pelas autoras que encontram diferenças de gênero na média das populações de homens e mulheres. Isso significa que ainda que existam características que (por razões que não necessariamente são bem definidas e descritas biologicamente) são mais típicas em homens do que em mulheres (e vice-versa) no plano individual, os cérebros são compostos por um conjunto impossível de ser pré-definido como uma totalidade masculina ou feminina. Se esse mesmo raciocínio for aplicado para a questão do desempenho esportivo algumas pistas de elementos para a composição desse mosaico foram apresentados: a quantidade de massa magra em relação a massa total (Healy e al, 2014; Eklund et al, 2017) e quantidade do hormônio DHEA (desidroepiandrosterona) que foi um fator estatisticamente significativo para o desempenho em Eklund et al, 2017.

Devido à necessidade de repetição performativa da T como fator primordial, esse achado da DHEA foi deslocado, como uma evidência indireta da T. Variáveis do treinamento de gênero e dos efeitos da racialização também devem ser ponderados para um modelo de compreensão da equidade atlética.

Viloria e Patino (2012) apontam para a falta de psicólogos e das próprias atletas impactadas pelas decisões sobre hiperandrogenismo na composição desses comitês que produzem os regulamentos. As autoras também destacam que numa reunião sobre condições médicas que o COI reconhece que oferecem vantagens atlética, somente aquelas consideradas relacionadas à divisão sexual entre homens e mulheres que são alvo das políticas de regulação. Viloria (2011) argumenta que atletas com aparência considerada masculina são mais frequentemente alvo das políticas de regulação da diferença sexual do que atletas que tem um ótimo desempenho, mas tem apresentação mais feminina. A análise de Karkazis et. a. (2018) também aponta para a vigilância de traços da aparência física que remetem à hiperandrogenismo, o que inclui destacadamente a observação genital, como o tamanho do clitóris, bem como pelos e musculatura. A composição dos comitês que produzem consensos precisa levar em consideração várias produções de áreas diversas, não somente biomédicas e endocrinológicas. A presença de

movimentos sociais organizados internacionalmente também é recomendável para que as vozes múltiplas de pessoas trans e intersexo sejam ouvidas, e não somente aquelas como Maria Patino e Joanna Harper que individualmente conseguiram ocupar lugares de especialistas, ainda que elas também sejam importantes vozes.

Harper e colaboradores (2018) argumentam que o desconhecimento dos/as profissionais da atividade física a respeito de questões envolvendo pessoas trans é um dos maiores desafios na implementação de regulamentos. Os autores sugerem que seja criado um modelo de “sexo atlético” que não seja necessariamente congruente com o sexo/gênero jurídico e autoidentificado. Nesse contexto, mulheres trans e intersexo que sejam consideradas ineligíveis para categoria feminina sob esse critério não estariam sendo dissociadas de sua identidade feminina. O argumento de que essas políticas não são sinônimo de “verificação de sexo” já vem sendo sustentado por Sanchez, Martinez-Patino e Vilain (2013) a partir da crença de que alguns parâmetros fisiológicos que conferem injustiças na competição do alto rendimento devem ser policiados para garantir a equidade. Mulheres intersexo que não são sensíveis a T por exemplo não seriam alvo dessa política e, portanto, não é automaticamente discriminatória com esse grupo. A identidade de gênero da pessoa nesse caso não estaria sendo questionada, e sim as condições de competição em igualdade com o parâmetro “feminino”.

Isso representa um bom resumo da separação sexo/gênero aplicada à essa questão do esporte. Se “categoria feminina” não é então sinônimo de ser do sexo feminino (juridicamente, desde o nascimento ou não), então o que é essa categoria? O que ela representa? A resposta seria que ela agrupa um conjunto de pessoas identificadas como mulheres que tem um limiar de desempenho possível limitado a partir da distância em relação ao potencial presumido da masculinidade. É uma categoria que representa e reforça a necessidade de implementar diferenças significativas entre os sexos.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado à categoria masculina. Em esportes em que não existe categoria de pesos, se supõe que a competição é justa para todos os “homens”. Entretanto, existe uma seleção daqueles que são os que têm as maiores vantagens para ocupar o pódio (sejam essas vantagens econômicas, de treinamento, fisiológicas ou de qualquer tipo). Homens que não conseguem chegar no nível do alto rendimento não precisam ter uma categoria separada que lhes confira chance de ocupar o pódio, embora eles existam.

Segundo essa lógica, a função da categoria feminina é de permitir que essa categoria política “inferiores” possa também ter acesso à prática de esportes e à premiações em esportes. A elegibilidade para essa categoria está fundamentada nessa suposição de inferioridade aliada ao direito de participar nos esportes e competições. Seguindo a essa lógica, a cisnormatividade prevê que pessoas trans precisam ser “equivalentes” às pessoas cis, reduzindo a categoria “sexo/gênero” a características físicas como níveis de hormônios e composição corporal. Nessa lógica, as controvérsias questionam se as mulheres trans teriam vantagem por ter passado por uma identidade masculina. Na mesma direção, seguindo esses mesmos preceitos, não seria justo então questionar se homens trans teriam desvantagens esportivas? Se sim, não seria justo propor uma categoria especial para homens trans dentro da categoria masculina para garantir a possibilidade de participação nos esportes?

O objetivo de fazer esse questionamento não é de defender que essa categoria tenha que existir, e sim demonstrar a fragilidade no argumento cissexista que procura essas equivalências entre pessoas cis e trans, mas não prevê na mesma medida, proteção e garantia de acesso sob a mesma lógica em que o faz na comparação entre homens cis e mulheres cis.

Existe sobreposição entre o desempenho de homens e mulheres, ainda que alguns níveis de desempenho sejam tidos como “exclusivos” de homens cis. A visibilidade dessa sobreposição é prejudicada pela retórica de organizar os dados de análise separando por sexo, tomando como postulado essa garantia de diferença.

A observação desse fenômeno com o **isolamento dessas variáveis** motiva toda a rede de raciocínio repetir performativamente que a diferença de desempenho é **natural da fisiologia dos sexos**. Para esse isolamento ser efetivo é necessário invisibilizar todas as formas de diferenciação cultural e social a que são submetidos/as homens e mulheres, bem como invisibilizar as zonas de sobreposição. Esse é o principal sucesso retórico das categorias de gênero/sexo esportivas: promover o palco que performe a magnitude das diferenças sexuais.

Sobre a variável “treinamento” a história de Andreas Krieger fornece uma pista interessante. Nas memórias que ele retoma da época em que treinava ainda sob identidade feminina, ele destaca que o volume e intensidade de treinamento a que ele era submetido eram muito intensos. Tão intenso ou mais do que o treinamento **dos homens**. No caso

dele, ele estava sendo dopado por hormônios andrógenos sem saber, assim como muitas outras atletas mulheres, possivelmente em doses **suprafisiológicas masculinas** (Franke, 1997) e com volume e intensidade de treinamento **iguais a dos homens**. Essas duas variáveis juntas produziram atletas mulheres com desempenho equivalente ao dos homens, mas como separar a magnitude da influência de cada uma delas? O recurso lógico empregado pelos defensores da diferença sexual baseada somente em T é de atribuir toda e qualquer diferença somente a variáveis biológicas, sem verificar se o treinamento é equivalente. Produz-se, dessa forma, a lógica circular: “treinos diferentes entre homens e mulheres são necessários porque eles têm diferenças biológicas, que levam à diferentes desempenhos, que são justificados pelas diferenças biológicas”. A variável “treino” mediada pelas crenças de gênero/sexo não é posta em escrutínio.

Esse é o principal risco de não cortar as mulheres com desempenho “em excesso”. Ao mesmo tempo, já que a Testosterona é o argumento fundamental também repetido à exaustão, as mulheres com níveis mais altos desse hormônio precisam ser monitoradas, patologizadas e modeladas para não existir inteligibilidade em situações que desafiem a norma. Mulheres com altos níveis de hormônio que não tenham tanta vantagem competitiva assim poderiam arriscar a linearidade da norma. Homens com baixa testosterona e alto desempenho também e, por isso, os dispositivos de interpretação dessas situações são calculados minuciosamente para não desestabilizarem a premissa fundamental.

Ao mesmo tempo, a manutenção desses parâmetros é um argumento estratégico para a inclusão de pessoas trans no esporte. Se a premissa é considerada válida, então não teriam (ainda) argumentos que validassem a proibição de elegibilidade das mesmas nas categorias de gênero. No Brasil, esse argumento é defendido veementemente por ativistas como a Vereadora Erika Hilton, a Deputada Erica Malunguinho e o professor de Educação física Leonardo Peçanha³⁸ (2018; 2019) presentes em vários eventos e mídias defendendo os direitos das pessoas trans nos esportes e pela igualdade de acesso à profissão de atleta. A transfobia naturalizada na sociedade também é um fator a ser considerado para entender a inserção de atletas trans nessa profissão. A responsabilidade em arcar com todos os custos de exames, testes, remédios que fazem a manutenção do

³⁸ <http://leonardombpecanha.pro.br/tag/transnoesporte/>
<https://www.youtube.com/watch?v=nbumTHq2HVw>

status de elegibilidade para competição também é uma diferença naturalizada que beneficia a cisgeneridade.

Como explica Peçanha (2018), a hormonização não é só estética, é também funcional. Se essa funcionalidade mimetiza a idealização cisgênera com equivalência, então excluir as pessoas trans do esporte institucionalizado seria uma forma de discriminação.

Gleaves (2016) sugere que esse argumento é contingencial, pois está fundamentado na produção dessa equivalência. Ou seja, se em algum momento foram produzidos dados que indiquem vantagem injusta de pessoas trans então o argumento cai, e seria legítimo impedir a participação de pessoas trans. Esse fenômeno foi observado em relação à disputa pela participação das atletas Dutee Chand e Caster Semenya (Pielke, 2018). A federação internacional de atletismo foi intimada a utilizar evidências científicas para sustentar a suspensão de atletas intersexo com níveis altos de T. A partir de então, Stephane Bermon, membro da comissão médica e científica dessa instituição, produziu artigos sustentando essa lógica, que foram então aceitos pela Corte Arbitral do Esporte, que em 2018 voltou a aceitar a regra de que mulheres intersexo deveriam manter seus níveis de T até 5 nmol/L, em eventos específicos apontados pelas pesquisas. Erros na integridade da pesquisa foram apontados por Pielke e colaboradores mas, mesmo assim, essa situação se sustenta juridicamente.

O mesmo fenômeno ocorre atualmente em relação à regulação de mulheres trans. Era previsto que em 2020 esse consenso do COI sobre os critérios de elegibilidade de pessoas trans no esporte seria atualizado, mas devido à dificuldade de chegar a um consenso, as regras ainda não foram atualizadas. A Federação Mundial de Rugby anunciou³⁹ que os dados científicos indicam risco de 20% a 30% maior para mulheres cis quando competindo com “mulheres trans”, portanto, quer proibir mulheres trans de competirem no alto rendimento. Joanna Harper demonstra⁴⁰ falhas nessa lógica estatística, afirmando que se for considerado o risco para todas as partidas, com todas as jogadoras em campo, o risco aumentado seria de somente 1%, e somente quando mulheres trans estivessem em campo, o que não ocorreu nenhuma vez em nenhuma partida internacional. Além disso, essa afirmativa é baseada em dados que comparam homens cis

³⁹ <https://poenaroda.com.br/comportamento/world-rugby-proibe-mulheres-trans/>

⁴⁰ <https://www.outsports.com/2020/8/28/21405145/joanna-harper-world-rugby-transgender-athlete-ban-science-research-transphobia>

com mulheres cis, novamente observando-se a falha retórica em considerar que mulheres trans são equivalentes a homens cis (Peçanha, 2018 e 2019).

A batalha científica que vai produzir várias verdades sobre os corpos de pessoas trans no esporte ainda está só começando. É por essa razão que se torna fundamental ter uma base epistemológica consciente da cisnormatividade, Racismo e Sexismo que envolvem as formulações de desenhos de pesquisa.

Cada esporte possui características próprias. Alguns são mais dependentes de características físicas puras como, por exemplo, o Powerlifting que depende prioritariamente da força máxima, Levantamento de Peso Olímpico que depende de força máxima e explosiva. Atletismo depende muito de velocidade, bem como esportes similares em que o objetivo é o de completar um trajeto o mais rápido possível. Esportes coletivos ainda que sejam influenciados pela composição corporal e qualidades físicas tem também elementos táticos muito presentes, e não podem ser facilmente descritos por composição corporal, tendo exigências diferentes a cada posição no jogo. Esportes de luta têm categorias de peso que levam em consideração vantagens injustas pelo tamanho e peso.

Na questão da produção de um ponto de partida justo entre pessoas trans e pessoas cis, é interessante produzir medidas justas para cada esporte, cada um com sua característica (Harper et al, 2018). A proposta de uma regra universal também reflete a pretensão da cisnegeridade de ser universal. Quando se analisa em detalhe todos esses parâmetros envolvidos nas modalidades diferentes, corre-se o risco de não conseguir estabelecer uma universalidade cisgênera na qual basear o espelhamento trans. Esse é um dos riscos que o projeto colonial cissexista corre quando é interpelado pela resistência trans. Para encontrar um ponto de convergência também é necessário considerar como condição justa de acesso todas as faltas de condições mínimas de vida, empregabilidade e inteligibilidade social a que pessoas trans estão sujeitas ao longo da vida, bem como a interação com raça e com a classe.

A tendência atual é que a questão de pessoas trans no esporte passe pela mesma batalha científica que a questão das mulheres hiperandrogênicas. Entretanto, se os referenciais epistemológicos que orientam essa produção tiverem como base a cisnormatividade, esse conhecimento será uma forma renovada de hierarquizar e

inferiorizar pessoas trans como seres abjetos que precisam ser medidos, escrutinados e categorizados para representarem o espelho da Cisgeneridade.

É possível que em um contexto social em que pessoas trans sejam tratadas com igualdade e equivalência em relação a pessoas cis, fatores hormonais possam ser um fator muito relevante no quesito de competição esportiva, mas enquanto existirem tantas evidências de que as pessoas trans são sistematicamente inferiorizadas e discriminadas, as pesquisas precisam levar seriamente em consideração os aspectos sociais envolvidos no desempenho, e não somente hormônios e composição corporal. Ainda assim, quando se leva em consideração somente esses fatores, não existem atualmente dados que suportem vantagem injusta de pessoas trans que se hormonizam. A diversidade de corpos e gêneros ainda precisa encontrar inteligibilidade para categorias além do masculino e feminino, mas enunciar essas 2 categorias primordiais como exclusivas de pessoas cis é um ato discriminatório e supremacista que elege a cisgeneridade como o parâmetro do “humano”.

Essa questão ainda está longe de ser resolvida cientificamente. Muitas produções ainda vão tentar produzir dados e argumentos. Com este trabalho de análise da epistemologia envolvendo os corpos cis e trans, utilizando a cisnormatividade como ferramenta teórica, objetivou-se produzir uma base de raciocínio que possa ser referência em desenhos de pesquisa que não reproduzam como premissa o projeto cisheteronormativo, sexista e racista.

Enquanto isso, professores/as, treinadores/as e gestores/as do esporte são interpelados pela questão de como resolver as controvérsias sobre a participação de pessoas trans no esporte. As referências de especialistas do treinamento aparecem como marcos importantes na tomada de decisões. Entretanto, as Pedagogias do corpo e epistemologias utilizadas nessas referências precisam ser situadas em relação a cisnormatividade para que seja possível produzir uma pedagogia de corpos múltiplos utilizada também para análise de desempenho esportivo, sem utilizar pessoas trans como estabilizadoras da cisnormatividade e da branquitude.

Referências

BAGAGLI, B. P. 2019. Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo. Dissertação de Mestrado Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2019. 174 páginas

BERMON S, Hirschberg AL, Kowalski J, Eklund E (2018) Serum androgen levels are positively correlated with athletic performance and competition results in elite female athletes. **British journal of sports medicine**. <https://doi.org/10.1136/bjsports-2018-099700>

BERMON S. Androgens and athletic performance of elite female athletes. **Curr Opin Endocrinol Diabetes Obes.** 2017 Jun;24(3):246-251. doi: 10.1097/MED.0000000000000335. PMID: 28234801.

BERMON, S., & Garnier, P. Y. (2017). Serum androgen levels and their relation to performance in track and field: mass spectrometry results from 2127 observations in male and female elite athletes. **British journal of sports medicine**, 51(17), 1309–1314. <https://doi.org/10.1136/bjsports-2017-097792>

BERMON, S., Garnier, P. Y., Hirschberg, A. L., Robinson, N., Giraud, S., Nicoli, R., Baume, N., Saugy, M., Fénelon, P., Bruce, S. J., Henry, H., Dollé, G., & Ritzen, M. (2014). Serum androgen levels in elite female athletes. **The Journal of clinical endocrinology and metabolism**, 99(11), 4328–4335. <https://doi.org/10.1210/jc.2014-1391>

BERMON, S., Ritzén, M., Hirschberg, A. L. & Murray, T. H. (2013) Are the New Policies on Hyperandrogenism in Elite Female Athletes Really Out of Bounds? Response to “Out of Bounds? A Critique of the New Policies on Hyperandrogenism in Elite Female Athletes”, **The American Journal of Bioethics**, 13:5, 63-65, DOI: 10.1080/15265161.2013.776129

BERMON, Stéphane & Vilain, Eric & Fenichel, Patrick & Ritzen, Martin. (2015). Women With Hyperandrogenism in Elite Sports: Scientific and Ethical Rationales for Regulating. **The Journal of clinical endocrinology and metabolism**. 100. jc20143603. 10.1210/jc.2014-3603.

BHASIN, S. (2014). Testosterone dose-response relationships in hysterectomized women with or without oophorectomy: effects on sexual function, body composition, muscle performance and physical function in a randomized trial. **Menopause (New York, N.Y.)**, 21(6), 612–623. <https://doi.org/10.1097/GME.000000000000009>

BHASIN S, Woodhouse L, Casaburi R, Singh AB, Bhasin D, Berman N, Chen X, Yarasheski KE, Magliano L, Dzekov C, Dzekov J, Bross R, Phillips J, Sinha-Hikim I, Shen R, Storer TW. Testosterone dose-response relationships in healthy young men. **Am J Physiol Endocrinol Metab.** 2001 Dec;281(6):E1172-81. doi: 10.1152/ajpendo.2001.281.6.E1172. PMID: 11701431.

BURGER H. G. (2002). Androgen production in women. **Fertility and sterility**, 77 Suppl 4, S3–S5. [https://doi.org/10.1016/s0015-0282\(02\)02985-0](https://doi.org/10.1016/s0015-0282(02)02985-0)

BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. 1993, editora Routledge

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2015, 8ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

CAMARGO, Wagner Xavier de. (2018). O armário da sexualidade no mundo esportivo. **Revista Estudos Feministas**, 26(1), e42816. Epub February 08, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142816>

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 191-225, abr. 2017 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832017000100191&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000100007>.

CAMPORESI, Silvia. “A question of 'fairness': Why ethics should factor in the Court of Arbitration for Sport's decision on the IAAF Hyperandrogenism Regulations.” **British journal of sports medicine** vol. 53,13 (2019): 797-798. doi:10.1136/bjsports-2018-099387

CATLIN, DH, Fitch KD, Ljungqvist A. Medicine and science in the fight against doping in sport (Review). **J Intern Med** 2008; 264: 99–114.

COLLAER, M. L., Brook, C. G., Conway, G. S., Hindmarsh, P. C., & Hines, M. (2009). Motor development in individuals with congenital adrenal hyperplasia: strength, targeting, and fine motor skill. **Psychoneuroendocrinology**, 34(2), 249–258. <https://doi.org/10.1016/j.psyneuen.2008.09.007>

Comitê Olímpico Internacional, COI (2003). Statement of the Stockholm consensus on sex reassignment in sports. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_905.pdf.

Comitê Olímpico Internacional, COI (2015). IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf.

CONN, J., Gillam, L., & Conway, G. S. (2005). Revealing the diagnosis of androgen insensitivity syndrome in adulthood. **BMJ (Clinical research ed.)**, 331(7517), 628–630. <https://doi.org/10.1136/bmj.331.7517.628>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S. Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

DETTENBORN, L., Tietze, A., Bruckner, F., & Kirschbaum, C. (2010). Higher cortisol content in hair among long-term unemployed individuals compared to controls. **Psychoneuroendocrinology**, 35(9), 1404–1409. <https://doi.org/10.1016/j.psyneuen.2010.04.006>

DEVRIES, M. (2008). Do Transitioned Athletes Compete at an Advantage or Disadvantage as compared with Physically Born Men and Women : A review of the Scientific Literature.

DORNELLES, P. G. (2012). Do corpo que distingue meninos e meninas na educação física escolar Cad. Cedes, Campinas, vol. 32, n. 87, p. 187-197, mai.-ago. 2012

DOUGLAS D. D. (2012). Venus, Serena, and the inconspicuous consumption of blackness: a commentary on surveillance, race talk, and new racism(s). **Journal of black studies**, 43(2), 127–145. <https://doi.org/10.1177/0021934711410880>

DUMARESQ, L. (2016) Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i5.17180>

EKLUND E, Berglund B, Labrie F, Carlström K, Ekström L, Hirschberg AL. Serum androgen profile and physical performance in women Olympic athletes. **Br J Sports Med**. 2017 Sep;51(17):1301-1308. doi: 10.1136/bjsports-2017-097582. Epub 2017 Jun 23. PMID: 28646101.

FAUSTO-STERLING, Anne. (2000), **Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality**. Nova York, Basic Books.

FAVERO, S. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/18675>

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRANKE WW, Berendonk B. Hormonal doping and androgenization of athletes: a secret program of the German Democratic Republic government. **Clin. Chem** 1997; 43:1

FRIDÉN, Cecilia; Hirschberg, Angelica Lindén; Saartok, Tönu . Muscle Strength and Endurance Do Not Significantly Vary Across 3 Phases of the Menstrual Cycle in Moderately Active Premenopausal Women, **Clinical Journal of Sport Medicine**: July 2003 - Volume 13 - Issue 4 - p 238-241

GARCIA, RM; Pereira, E G B. (2019). Queer in Sport: A Report About the Case of Tiffany Abreu. **Journal of Physical Fitness, Medicine & Treatment in Sports**, Volume 7 Issue 1 - October 2019. DOI: 10.19080/JPFMTS.2019.07.555703

GENEL, Myron MD Transgender Athletes: How Can They Be Accommodated? **Current Sports Medicine Reports**: 1/2 2017 - Volume 16 - Issue 1 - p 12-13, doi: 10.1249/JSR.0000000000000321

GLEAVES, J., & Lehrbach, T. (2016). Beyond fairness: the ethics of inclusion for transgender and intersex athletes. **Journal of the Philosophy of Sport**, 43, 311 - 326.
Gooren L J G, Bunck M C M. Transsexuals and competitive sports. *Eur J Endocrinol* 2004; 151: 425–29.

GOOREN L, Bunck M. (2004). Transsexuals and competitive sports. **European Journal of Endocrinology** 151: 425-429.

Griffin P, Carroll H. NCAA Inclusion of Transgender Students-Athletes, August, 2011. Disponível em: www.ncaaorg/sites/default/files/Transgender_Handbook_2011

Habib, Ian Guimarães. Corpos Transformacionais: Proposições Decoloniais sobre corpos e diversidades de gênero nas artes da cena. In: **Práticas Decoloniais nas Artes da Cena**. Org(s): Joice Aglae Brondani, Robson Carlos Haderchpek e Saulo Vinícius Almeida. Giostri Editora, São Paulo. 2020

Hagmar, M., Berglund, B., Brismar, K., & Hirschberg, A. L. (2009). Hyperandrogenism may explain reproductive dysfunction in olympic athletes. *Medicine and science in sports and exercise*, 41(6), 1241–1248. <https://doi.org/10.1249/MSS.0b013e318195a21a>

Handelsman DJ, Hirschberg AL, Bermon S. Circulating Testosterone as the Hormonal Basis of Sex Differences in Athletic Performance. *Endocr Rev.* 2018 Oct 1;39(5):803-829. doi: 10.1210/er.2018-00020. PMID: 30010735; PMCID: PMC6391653.

Haraway, D. (2016). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, (22), 201-246.

Haring, R., Hannemann, A., John, U., Radke, D., Nauck, M., Wallaschofski, H., Owen, L., Adaway, J., Keevil, B. G., & Brabant, G. (2012). Age-specific reference ranges for serum testosterone and androstenedione concentrations in women measured by liquid chromatography-tandem mass spectrometry. *The Journal of clinical endocrinology and metabolism*, 97(2), 408–415. <https://doi.org/10.1210/jc.2011-2134>

Harper, J., Lima, G., Kolliari-Turner, A., Malinsky, F. R., Wang, G., Martinez-Patino, M. J., Angadi, S., Papadopoulou, T., Pigozzi, F., Seal, L., Barrett, J., & Pitsiladis, Y. P. (2018). The Fluidity of Gender and Implications for the Biology of Inclusion for Transgender and Intersex Athletes. *Current Sports Medicine Reports*, 17(12), 467-472. <https://doi.org/10.1249/JSR.0000000000000543>

Harper, Joanna. 2015. "Race Times for Transgender Athletes." *Journal of Sporting Cultures and Identities* 6 (1): 1-9. doi:10.18848/2381-6678/CGP/v06i01/54079.

Healy, M.L., Gibney, R., Pentecost, C., Wheeler, M.J., & Sonksen, P. H. (2014). Endocrine profiles in 693 elite athletes in the post competition setting. *Clin Endocrinol (Oxf)*. Aug;81(2):294-305

Helleday, Jan; Siwers, Bo; Ritzén, Martin; Hugdah, Kenneth. Normal lateralization for handedness and ear advantage in a verbal dichotic listening task in women with congenital adrenal hyperplasia (CAH), *Neuropsychologia*, Volume 32, Issue 7, 1994, Pages 875-880, ISSN 0028-3932, [https://doi.org/10.1016/0028-3932\(94\)90024-8](https://doi.org/10.1016/0028-3932(94)90024-8).

Hines, M., Brook, C. & Conway, G. S. (2004) Androgen and psychosexual development: Core gender identity, sexual orientation, and recalled childhood gender role behavior in women and men with congenital adrenal hyperplasia (CAH), *Journal of Sex Research*, 41:1, 75-81, DOI: 10.1080/00224490409552215

Hines, M., Fane, B. A., Pasterski, V. L., Mathews, G. A., Conway, G. S., & Brook, C. (2003). Spatial abilities following prenatal androgen abnormality: targeting and mental rotations performance in individuals with congenital adrenal

hyperplasia. *Psychoneuroendocrinology*, 28(8), 1010–1026.
[https://doi.org/10.1016/s0306-4530\(02\)00121-x](https://doi.org/10.1016/s0306-4530(02)00121-x)

Hopker, J., Schumacher, Y. O., Fedoruk, M., Mørkeberg, J., Bermon, S., Iljukov, S., Aikin, R., & Sottas, P. E. (2018). Athlete Performance Monitoring in Anti-Doping. *Frontiers in physiology*, 9, 232. <https://doi.org/10.3389/fphys.2018.00232>

Huang, G., Basaria, S., Travison, T. G., Ho, M. H., Davda, M., Mazer, N. A., Miciek, R., Knapp, P. E., Zhang, A., Collins, L., Ursino, M., Appleman, E., Dzekov, C., Stroh, H., Ouellette, M., Rundell, T., Baby, M., Bhatia, N. N., Khorram, O., Friedman, T., ...

Iljukov, S., Bermon, S., & Schumacher, Y. O. (2018). Application of the Athlete's Performance Passport for Doping Control: A Case Report. *Frontiers in physiology*, 9, 280. <https://doi.org/10.3389/fphys.2018.00280>

JEFFREYS, Sheila. The politics of the toilet: A feminist response to the campaign to 'degender' a women's space. *Women's Studies International Forum*. Pergamon, 2014. p. 42-51.

JESUS, J. G. (2014). *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia.

Jesus, Jaqueline Gomes de. (2014). Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, 78(78), 241–258.
<https://doi.org/10.11144/Javeriana.UH78.gsef>

Joel, D; Vikhanski, L. 2019. *Gender Mosaic: Beyond the Myth of the Male and Female Brain*. 1ª Edição, Editora Little Brown Spark, Nova York.

Jones, B. A., Arcelus, J., Bouman, W. P., & Haycraft, E. (2017). Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. *Sports medicine (Auckland, N.Z.)*, 47(4), 701–716.
<https://doi.org/10.1007/s40279-016-0621-y>

KAAS, Hailey. O que é cissexismo. 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em: 07/09/2020

KAAS, Hailey. O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução. 2ª Versão. Hailey Kaas, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-é-Transfeminismo.pdf Acesso em: 07/09/2020

Karkazis, K., Jordan-Young, R. 2018. The powers of testosterone: Obscuring race and regional bias in the regulation of women athletes. *Feminist Formations* 30(2): 1–39.

Karkazis, K., R.M. Jordan-Young, G. Davis, and S. Camporesi. 2012. Out of bounds? A critique of the new policies on hyperandrogenism in elite female athletes. *The American Journal of Bioethics* 12(7): 3–16.

Karkazis, Katrina; Carpenter, Morgan. (2018). Impossible Choices: The Inherent Harms of Regulating Women's Testosterone in Sport, *Journal of Bioethical Inquiry*: 15:579–587

KERNER, Ida. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos**. Dossiê Teoria Crítica, n. 93, p. 45-58, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005>.

KLEIN, A., Vikki Krane & Amanda L. Paule-Koba (2018) Bodily changes and performance effects in a transitioning transgender college athlete, **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, 10:5, 555-569, DOI: [10.1080/2159676X.2018.1466721](https://doi.org/10.1080/2159676X.2018.1466721)

Krieger, Jörg & Pieper, Lindsay & Ritchie, Ian. (2018). Sex, drugs and science: the IOC's and IAAF's attempts to control fairness in sport. *Sport in Society*. 1-19. [10.1080/17430437.2018.1435004](https://doi.org/10.1080/17430437.2018.1435004).

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Latour, Bruno. (1998) *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2ª edição, Editora Unesp, São Paulo.

Lindholm C, Hirschberg AL, Carlström K, von Schoultz B. Altered adrenal steroid metabolism underlying hypercortisolism in female endurance athletes. *Fertil Steril*. 1995 Jun;63(6):1190-4. PMID: 7750587.

Lindholm C, Hirschberg AL, Carlström K, von Schoultz B. Hormone anabolic/catabolic balance in female endurance athletes. *Gynecol Obstet Invest*. 1993;36(3):176-80. doi: [10.1159/000292621](https://doi.org/10.1159/000292621). PMID: 8244193.

Ljungqvist A. (1975). The use of anabolic steroids in top Swedish athletes. *British journal of sports medicine*, 9(2), 82. <https://doi.org/10.1136/bjism.9.2.82>

Ljungqvist, A., & Genel, M. (2005). Essay: Transsexual athletes--when is competition fair?. *Lancet (London, England)*, 366 Suppl 1, S42-S43. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)67844-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)67844-0). Acesso em: 06/11/2019

Ljungqvist, A., Horta, L., & Wadler, G. (2008). Doping: world agency sets standards to promote fair play. *Nature*, 455(7217), 1176. <https://doi.org/10.1038/4551176a>

LUDERS, E, Sánchez FJ, Gaser C, Toga AW, Narr KL, Hamilton LS, Vilain E. Regional gray matter variation in male-to-female transsexualism. **Neuroimage**. 2009 Jul 15;46(4):904-7. doi: [10.1016/j.neuroimage.2009.03.048](https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2009.03.048). Epub 2009 Mar 31. PMID: 19341803; PMCID: PMC2754583.

MACHADO, Paula Sandrine. Intersexualidade e o “Consenso de Chicago”: as vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias. *Rev. bras. Ci. Soc.* 23(68), 2008, pp.109-124. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300008. Acesso em: 14/03/2020.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cad. Pagu, Campinas*, n. 24, p. 249-281, Junho 2005.

Martínez-Patiño M. J. (2005). Personal account: A woman tried and tested. *Lancet (London, England)*, 366 Suppl 1, S38. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)67841-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)67841-5)

Martínez-Patino, M, C. Mateos-Padorno, A. Martínez-Vidal, et al. 2010. An approach to the biological, historical and psychological repercussions of gender verification in top level competitions. *Journal of Human Sport and Exercise* 5(3): 307–321.

Menier A. (2018). Use of event-specific tertiles to analyse the relationship between serum androgens and athletic performance in women. *British journal of sports medicine*, 52(23), 1540. <https://doi.org/10.1136/bjsports-2017-098464>

Minto, C. L., Crouch, N. S., Conway, G. S., & Creighton, S. M. (2005). XY females: revisiting the diagnosis. *BJOG : an international journal of obstetrics and gynaecology*, 112(10), 1407–1410. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0528.2005.00664.x>

Mol A. Ontological politics: a word and some questions. *Sociol Rev.* 1999; 47 Suppl 1:74-89

Mol A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Londres: Duke University Press; 2002.

Møller, Verner. (2005). Knud Enemark Jensen's Death During the 1960 Rome Olympics: A Search for Truth?. *Sport in History*. 25. 452-471. 10.1080/17460260500396319.

NICHOLSON, Linda. "Interpretando o gênero". *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOVAIS, F. L. M. “Não tem como chegar à perfeição”: as múltiplas performatividades da testosterona a partir da praxiografia de Annemarie Mol. Dissertação de Mestrado, 2017. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional

Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Tese de Doutorado em Educação, Linha de Cultura, Escola e Ensino. UFPR, 2017.

Oliveira, Megg Rayara Gomes de. *Porque você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros*. **Revista SUR** 28 - v.15 n.28, 167 – 179. 2018

UDSHOORN, Nelly. (1994), *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones*. Londres/Nova York, Routledge.

PEÇANHA, L. M. B. 2019. *Inclusão e Legitimidade de Atletas Trans nos Esportes*. Disponível em: <https://midianinja.org/editorninja/inclusão-e-legitimidade-de-atletas-trans-nos-esportes>, acesso em 18/07/2020

PEÇANHA, L. M. B. “Homens trans sofrem transfobia diferente das mulheres trans no esporte” afirma Leonardo Peçanha. Observatório da discriminação racial no esporte, 2018. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/homens-trans-sofrem-transfobia-diferente-das-mulheres-trans-no-esporte-afirma-leonardo-pecanha/>. Acesso em: 21/11/2020

Pielke, R., Tucker, R. & Boye, E. Scientific integrity and the IAAF testosterone regulations. *Int Sports Law J* 19, 18–26 (2019). <https://doi.org/10.1007/s40318-019-00143-w>

PIRES, Barbara Gomes. O legado das regulações esportivas. Diagnóstico e consentimento na elegibilidade da categoria feminina. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. nº 35 – agosto, 2020, p. 283-307. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/download/52902/35153>. Acesso em: 18/09/2020

PISCITELLI, A. “Recriando a (categoria) mulher?”. In: ALGRANTI, L. (org.). “A prática feminista e o conceito de gênero”. *Textos Didáticos*, nº 48. Campinas, IFCH Unicamp, 2002, p. 7-42.

Portal Câmara dos Deputados, 2019. Propostas que tratam de transgêneros no esporte dividem opiniões na Câmara. 05 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559393-propostas-que-tratam-de-transgeneros-no-esporte-dividem-opinioes-na-camara/>. Acesso em: 15/08/2019

Rauh, M. J., Barrack, M., & Nichols, J. F. (2014). Associations between the female athlete triad and injury among high school runners. *International journal of sports physical therapy*, 9(7), 948–958.

Revista VEJA, 2018. Caso Tiffany: Só controle de testosterona não tira a vantagem. 04 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/caso-tiffany-so-controle-de-testosterona-nao-tira-a-vantagem/>. Acesso em: 13/05/2019

Revista VEJA, 2019. Bernardinho Desabafa sobre Tiffany durante partida. 27 de março de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/esporte/bernardinho-desabafa-sobre-tiffany-durante-partida-um-homem-e-f/>. Acesso em 13/05/2019

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? Companhia das Letras, 2018, 1ª edição, São Paulo.

Rickenlund A, Carlström K, Ekblom B, Brismar TB, von Schoultz B, Hirschberg AL. Hyperandrogenicity is an alternative mechanism underlying oligomenorrhea or amenorrhea in female athletes and may improve physical performance. *Fertil Steril*. 2003 Apr;79(4):947-55. doi: 10.1016/s0015-0282(02)04850-1. PMID: 12749436.

Rickenlund A, Eriksson MJ, Schenck-Gustafsson K, Hirschberg AL. Amenorrhea in female athletes is associated with endothelial dysfunction and unfavorable lipid profile. *J Clin Endocrinol Metab*. 2005a Mar;90(3):1354-9. doi: 10.1210/jc.2004-1286. Epub 2004 Nov 30. PMID: 15572426.

Rickenlund A, Eriksson MJ, Schenck-Gustafsson K, Hirschberg AL. Oral contraceptives improve endothelial function in amenorrheic athletes. *J Clin Endocrinol Metab*. 2005b Jun;90(6):3162-7. doi: 10.1210/jc.2004-1964. Epub 2005 Mar 15. PMID: 15769986.

Rickenlund A, Thoren M, Carlstrom K, von Schoultz B, Hirschberg AL. Diurnal profiles of testosterone and pituitary hormones suggest different mechanisms for menstrual disturbances in endurance athletes. *J Clin Endocrinol Metab*. 2004; 89(2):702–7.

Ritzén, M., Ljungqvist, A., Budgett, R., Garnier, P.-Y., Bermon, S., Lindén-Hirschberg, A., Vilain, E. and Martínez-Patiño, M.J. (2015), The regulations about eligibility for women with hyperandrogenism to compete in women’s category are well founded. A

rebuttal to the conclusions by Healy *et al.*. Clin Endocrinol, 82: 307-308. <https://doi.org/10.1111/cen.12531>

Rohden, F. 2009. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

ROHDEN, Fabíola. (2008), "O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos". História, Ciências, Saúde, 15 (supl.): 133-152, jun., Manginhos, RJ.

Sánchez FJ, Martínez-Patiño MJ, Vilain E. The new policy on hyperandrogenism in elite female athletes is not about "sex testing". J Sex Res. 2013;50(2):112-5. doi: 10.1080/00224499.2012.752429. Epub 2013 Jan 15. PMID: 23320653; PMCID: PMC3554857.

SANTANA, Bruno Silva De. Educação física e transgeneridade: novos olhares e perspectivas sobre diversidades corporais e de gênero. Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30534>>. Acesso em: 21/11/2020

Santana, Bruno. Pensando Transmasculinidades Negras. In: **Diálogos Contemporâneos Sobre Homens Negros e Masculinidades**. Org: Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza, 2018. Editora Ciclo Contínuo.

Schiebinger, L. (1986) "Skeletons in the Closet: The First Illustrations of the Female Skeleton in the nineteenth-century Anatomy," Representations 14: 42–83.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol.20 (2), jul/dez.1995: 71-100.

Silva, Ana Cláudia Rodrigues (2016); Políticas Ontológicas e Realidades Múltiplas: a doença falciforme performada na prática. Revista ANTHROPOLÓGICAS. Ano 20, 27(2):169-195.

Sónksen PH, Bavington LD, Boehning T, Cowan D, Guha N, Holt R, Karkazis K, Ferguson-Smith MA, Mircetic J, Böhning D. Hyperandrogenism controversy in elite women's sport: an examination and critique of recent evidence. Br J Sports Med. 2018

STORCH, Amanda Sampaio et al . Métodos de Investigação da Função Endotelial: Descrição e suas Aplicações. **Int. J. Cardiovasc. Sci.**, Rio de Janeiro , v. 30, n. 3, p. 262-273, jun. 2017.

Strahm E, Sottas P, Schweizer C, et al Steroid profiles of professional soccer players: na international comparative study British Journal of Sports Medicine 2009;43:1126-1130.

Tramontano, Lucas. Testosterona: as múltiplas faces de uma molécula. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, 2017.

Tsilchorozidou, T., Honour, J. W., & Conway, G. S. (2003). Altered cortisol metabolism in polycystic ovary syndrome: insulin enhances 5alpha-reduction but not the elevated adrenal steroid production rates. *The Journal of clinical endocrinology and metabolism*, 88(12), 5907–5913. <https://doi.org/10.1210/jc.2003-030240>

Tucker R, Collins M. 2009 The science and management of sex verification in sport. *South African J Sports Med* 21:147–150

Vergueiro, Viviane. (2015). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Salvador. Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>

Vieira, Helena e Fávero, Sofia. Toda cisgeneridade é mesma? Subalternidade nas experiências normativas. *Revista Fórum*, 13/09/2015. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/lgbt/toda-cisgeneridade-e-a-mesma-subalternidade-nas-experiencias-normativas-por-helena-vieira-e-sofia-favero/?print=pdf>
Acesso em: 08/09/2020

Viloria, H. P., & Martínez-Patino, M. J. (2012). Reexamining rationales of "fairness": an athlete and insider's perspective on the new policies on hyperandrogenism in elite female athletes. *The American journal of bioethics* : *AJOB*, 12(7), 17–19. <https://doi.org/10.1080/15265161.2012.680543>